

PCP

**Interrupção
Voluntária
da Gravidez
PCP defende
lei clara
e corajosa**

Comunicado da Comissão Política
Pág. 14

EM FOCO

**Décadas
de mudanças**

Algumas injustiças até se agravaram. Há mais distâncias entre ricos e pobres, há o desemprego e as formas de trabalho precário que perduram. A sociedade é menos solidária.

■ João Amaral Pág. 18

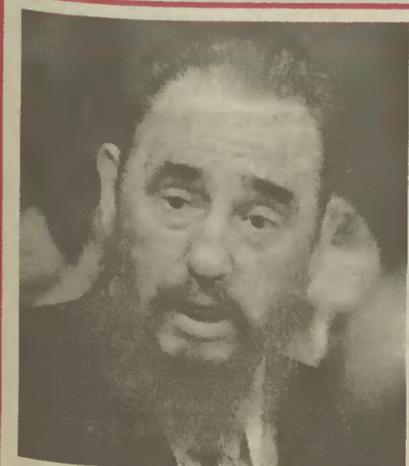
**Um ano
sobre o Dia D
da Droga**

Governo arruma a casa mas não consegue disfarçar a ineficácia no combate ao flagelo da toxicodependência.

■ Carlos Nabais Pág. 19

**Disciplina nas escolas
Entre
a prevenção
e a
remediação**

■ Lígia Calapez Págs. 20 e 21



**CUBA
O discurso
de Fidel**

Pág. 23

Proletários de todos os países UNI-VOS!



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Janeiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1261 • Director: Carlos Brito

EDUCAÇÃO

Uma semana curta

Edgar Correia ao «Avante!» — «A Semana da Educação promovida por Jorge Sampaio acabou por evidenciar a profunda distância entre o discurso do Ministério da Educação e a realidade existente no terreno, a manifesta incapacidade oficial para enfrentar os problemas existentes e a irritante lentidão executiva, apesar do dedicado empenho de muitos (e em geral mal estimados) profissionais do sistema educativo.»

Pág. 5

A OUTRA FACE DO EURO



**Quem pagará os custos
de implementação
da Moeda Única?**

■ Pedro Carvalho Centrais

Editorial Da maior actualidade



20 por cento da TAP vão ser privatizados até Junho

RESUMO

21
Quarta-feira

Os funcionários judiciais anunciam uma semana de greve em Fevereiro ■ No Porto, um incêndio destrói o Convento de Monchique ■ O Papa João Paulo II inicia a sua visita oficial a Cuba ■ Duas explosões em Argel provocam a morte de duas pessoas ■ Num encontro realizado em Washington, o primeiro-ministro israelita recusa a proposta de retirada da Palestina apresentada pelo presidente norte-americano.

22
Quinta-feira

O grupo parlamentar do PS afirma-se a favor da liberalização da interrupção voluntária da gravidez e contra o referendo sobre esta questão ■ No Porto, as principais associações académicas do País reiteram o apelo ao boicote do pagamento de propinas ■ O ministro do Trabalho e Solidariedade anuncia um aumento de 3,9 por cento para o salário mínimo nacional, uma decisão imediatamente contestada pelos sindicatos ■ Vem a público que o FBI gravou declarações de Mónica Lewinski declarando que Bill Clinton a instruiu para mentir sobre a natureza da relação entre os dois ■ Os EUA pedem à Autoridade Palestiniana para aceitar a retirada limitada dos territórios ocupados por parte de Israel.

23
Sexta-feira

O Tribunal Constitucional envia para o Presidente da República o acórdão que considera legal o diploma que anula as portagens no Oeste ■ Sabe-se que 20 por cento da TAP vão ser privatizados até Junho ■ Uma nova bomba artesanal explode na capital argelina, fazendo duas vítimas ■ No processo de assédio sexual movido contra Bill Clinton, o testemunho de Monica Lewinski é adiado indefinidamente ■ As milícias protestantes matam um católico, no Ulster.

24
Sábado

No final da Semana da Educação, Jorge Sampaio defende que «o Estado tem de fazer mais» neste domínio e que tem como dever «reforçar o seu compromisso com a escola pública, afastando quaisquer tendências neoliberais» ■ A polícia belga convoca jornalistas da RTP, no âmbito das investigações sobre as redes pedófilas ■ A polícia da Irlanda do Norte lança uma vasta operação contra os grupos paramilitares irlandeses.

25
Domingo

No último dia da sua visita a Cuba, João Paulo II condena o embargo dos Estados Unidos à ilha ■ Os serviços de segurança argelinos anunciam que 20 pessoas foram assassinadas durante a noite por um «grupo terrorista» ■ Nos EUA, Monica Lewinski declara estar disposta a «contar tudo o que sabe» em troca de imunidade ■ No Ulster, um taxista católico é morto e uma bomba explode, provocando elevados estragos materiais ■ O «Le Monde» noticia que o Clube de Paris perdeu uma parte substancial da dívida externa de Moçambique ■ Uma mulher anglicana, Sally Wells, pela primeira vez na Áustria, é ordenada sacerdote.

26
Segunda-feira

São retomadas as conversações sobre a Irlanda do Norte ■ O representante do Partido Democrático Unionista (PDU), Garry McMichael, anuncia retirada do seu partido das conversações multipartidárias sobre o Ulster ■ Durante o Conselho de Assuntos Gerais, a União Europeia pede à Argélia que demonstre «maior transparência» sobre a situação que se vive no país ■ Rússia condena uso da força contra o Iraque, considerando-o «inaceitável» ■ Arafat anuncia em Londres que vai pedir a convocação de uma cimeira árabe para discutir o processo de paz com Israel ■ Com 99 anos, morre em Matsumoto, Japão, Shinichi Suzuki, fundador do «método Suzuki» de ensino de música aos jovens e crianças.

27
Terça-feira

Morre Maria Luísa Guterres, mulher do Primeiro-Ministro português ■ Centenas de alunos da Escola Superior de Educação de Setúbal iniciam vigília de 24 horas de protesto contra a Lei-Quadro de Financiamento do Ensino Superior ■ Dionísio Silveira toma posse como presidente do Serviço Regional de Protecção Civil ■ Federação Universitária Argentina, apresenta à Audiência Nacional, em Madrid, uma lista de 2129 estudantes «detidos, torturados e desaparecidos» durante a ditadura militar argentina, entre os quais 243 jovens espanhóis ■ Em França, milhares de trabalhadores e desempregados manifestam-se em várias cidades pela lei das 35 horas ■ Ministro japonês das Finanças, Hiroshi Mitsuzuka, demite-se na sequência do escândalo de corrupção que abalou o seu Ministério ■ A Igreja Católica da Alemanha acata decisão do Papa e vai deixar de passar certificados autorizando a interrupção voluntária da gravidez.

EDITORIAL

Da maior actualidade

Na presente situação política nacional, ao contrário do que costuma acontecer noutras alturas, sobem à primeira linha da actualidade abundantes questões sem que uma ou algumas delas revista um carácter dominante ou determinante em relação às demais.

Esta abundância de temas não traduz riqueza nem intensidade do debate político, mas parece ser, pelo contrário, uma manifestação identificadora do marasmo, da indecisão e da fluidez da actual acção governativa.

Há, entre estas abundantes questões, as que são reais e pungentes, mas em relação às quais só a muito custo se consegue romper o silêncio, como acontece com todas as que se relacionam com a situação social do país e as condições de vida da maioria dos portugueses.

Há, por outro lado, as que são artificiais ou virtuais, traduzindo meras campanhas políticas-partidárias, como as pressões em torno da revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República, ou que correspondem ao empoamento de processos partidários internos do PSD, do PP e até do PS, que embora de irrecusável importância para os respectivos partidos, não revestem o alcance nacional que lhes é exageradamente conferido nos noticiários, nos telejornais e nos grandes títulos da imprensa.

Isto para já não falar de acontecimentos internacionais mercedores da maior projecção, como a visita do Papa a Cuba, ou denunciadores da maior abjeção, como a campanha que agita os órgãos mediáticos dos Estados Unidos em torno dos alegados «escândalos sexuais» do seu presidente, Bill Clinton, que também servem de pretexto para cobrir de silêncio os problemas mais prementes do País.

Pela nossa parte, sem menosprezo por outras igualmente importantes, centramos a atenção sobre três questões nacionais da maior actualidade - os salários, a educação e a interrupção voluntária da gravidez - que noutras peças da presente edição do nosso jornal têm também adequado desenvolvimento.

Em relação aos salários, o facto mais relevante foi a fixação dos novos valores para o salário mínimo nacional que passam a ser 58.900 escudos para o regime geral e de 54.100 escudos para o serviço doméstico.

Não deve passar sem registo que as percentagem de aumento, especialmente a de 3,88 por cento, do regime geral, obtida graças a acção desenvolvida pelo movimento sindical, foi um pouco além do que pretendiam impor as confederação patronais, mas que ficou bastante aquém da que era reivindicada pela CGTP.

É, além disso, sublinhe-se, uma percentagem de actualização semelhante à verificada o ano passado, o que não corresponde ao «crescimento da economia», que o Governo se gaba de ter sido entretanto alcançado, nem repõe o poder de compra perdido ao longo dos anos, mantendo o salário mínimo do nosso país na cauda dos que vigoram no conjunto dos países da União Europeia. Não se percebe em tudo isto onde estão as «preocupações sociais» de que a equipe governativa continua a reclamar-se.

De qualquer maneira, muito mais que a percentagem verificada na actualização dos vencimentos da Administração Pública, a percentagem que vigorou agora neste aumento do salário mínimo nacional aproxima-se da indispensável valorização do trabalho, como componente de uma ver-

dadeira política de desenvolvimento, e é nela, de certeza, que os trabalhadores vão pôr os olhos no processo da contratação colectiva.

Em relação à educação, avultou naturalmente a «Semana» que o Presidente da República lhe dedicou numa iniciativa de natureza positiva, tanto pelas intenções manifestadas à partida, como pelas revelações que proporcionou e ainda pela mensagem final que transmitiu.

Mas também esteve em grande evidência, no domínio da educação, a contestada política governamental de financiamento do ensino superior, o aumento das propinas e uma clara reactivação da luta estudantil que se lhe opõe.

Foi pena que estas duas linhas que marcam a actualidade das questões da educação não se tivessem cruzado, o que certamente permitiria ajudar a fazer alguma luz sobre um dos pontos mais obscuros da actuação do Ministério e teria atenuado a impressão de uma certa identidade entre o itinerário da «Semana» presidencial e a política do Governo para o sector.

De qualquer maneira, como Edgar Correia salientou na declaração que prestou ao «Avante!»: «A Semana da Educação promovida por Jorge Sampaio acabou por evidenciar a profunda distância entre o discurso do Ministério da Educação e a realidade existente no terreno.»

O que se espera é que esta objectiva desmistificação e os alertas do Presidente em relação às «tendências neoliberais» tenham constituído algum sobresalto que contribua para ultrapassar os caminhos errados, a incapacidade e a inoperância em que o Governo tem incorrido, por calculismo ao gosto da direita e não por alegada «paixão», de forma a que o ensino público conheça significativos e rápidos progressos.

Não falta gente, como se viu, com vontade de cooperar.

Com a autoridade que lhe confere a intervenção percursora na elaboração legislativa nos domínios da defesa da maternidade e da sua realização consciente e no combate ao aborto clandestino, o PCP deu na semana passada uma conferência de imprensa sobre o reacender do debate em torno da interrupção voluntária da gravidez.

Os comunistas abordaram de maneira clara, como sempre fizeram, as soluções proposta no seu projecto de lei que foi apresentado em Outubro, e que na altura era o único projecto apresentado, desmascaram a nova campanha obscurantistas da direita, incluindo a defesa do referendo por parte do PSD, como forma de obstruir a evolução da legislação em vigor e lamentaram o recuo nas ideias defendidas pela JS, ad admitirem reduzir de 12 para 10 semanas o período no decorrer do qual o aborto a pedido da mulher é admitido.

Além de voltar a salientar que na visão do PCP a interrupção voluntária da gravidez é sempre um último recurso e que a sua iniciativa tem sobretudo em vista acabar com o flagelo do aborto clandestino, é muito importante, na posição dos comunistas, a ideia de que não há que ter medo do debate com «a convicção de que o seu desenvolvimento, longe de prejudicar a aprovação dos projectos positivos, só a pode favorecer».

É com esta convicção que manifestam a sua confiança «de que, desta vez, seja possível uma maioria de deputados» para «fazer terminar uma injusta penalização da mulher e proteger o valor de uma maternidade consciente e responsável».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhd — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. Li. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Deposito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Mais papistas que o Papa...

... Foram, de uma forma geral, os principais órgãos de Comunicação Social na apreciação que fizeram da visita de João Paulo II a Cuba. Lendo ou ouvindo a generalidade dos habituais comentadores de serviço, dir-se-ia que eles se sentiam como mandatados por qualquer divino poder para incitar, empurrar o Papa a assumir-se como porta-voz da contra-revolução durante a sua estadia em Cuba. Convencidos, talvez, de que bastaria isso para que o regime se desmoronasse... É verdade que, do Papa e das suas múltiplas viagens pelo Mundo, escreveu há tempos Manuel Vasquez Montalban que «o Santo Padre nunca invoca o nome de Deus... nem viaja... em vão» - afirmação que, a meu ver, sintetiza com algum humor e com grande rigor, as abundantes peregrinações de João Paulo II. Mas é igualmente verdade que vários foram os comentadores que tudo fizeram para que esta viagem do Papa a Cuba não fosse «em vão». Daí as exaustivas «previsões», muitas vezes de carácter puramente astrológico, sobre «o dia seguinte»; daí as tontarias especulativas

sobre a divisão da História de Cuba em «antes» e «depois» da visita do Papa.

O «direito» da RTP 1 dedicado à chegada de João Paulo II ao aeroporto José Martí marcou impressivamente conteúdo da cobertura da visita: enquanto esperávamos que o avião aterrasse, fomos sendo informados repetidamente pela jornalista de serviço que Fidel se limitaria a fazer um curto discurso de boas-vindas. Aconteceu que Fidel decidiu não cumprir as orientações da RTP 1 e achou por bem - e muito bem - fazer uma viagem aos problemas reais do Mundo contemporâneo; sublinhar a globalização das injustiças e das desigualdades; referir o globalizado desrespeito pelos direitos e pelos sonhos de milhões e milhões de cidadãos; defender a necessidade humanista de «a distribuição equitativa das riquezas e a solidariedade entre os homens e os povos» serem, essas sim, globalizadas. A tamanha impertinência respondeu a RTP 1 como sabe e pode: interrompeu o «directo» e forneceu-nos uma dose substancial

de notícias sobre transferências goradas de uma série de jogadores de futebol. E só voltamos a ter direito a «directo» quando o Papa começou o seu discurso - discurso que pudemos ouvir na íntegra para maior glória da RTP 1.

A visita de João Paulo II a Cuba terminou. O tão desejado «dia seguinte» chegou. E agora? É minha firme convicção que, na Pátria de Martí, um povo corajoso e determinado, no meio das maiores dificuldades, sujeito às mais cruéis e desumanas represálias, continuará a resistir ao imperialismo norte-americano e a lutar pelo futuro, continuará a demonstrar, na prática, que «preferimos mil vezes a morte a renunciar às nossas convicções». E é igualmente meu convencimento que essa resistência, apesar de todas as dificuldades, sairá vitoriosa. Como escreveu um grande jornalista sintetizando a impressão colhida no decorrer de uma visita a Cuba: «Havana... mas não cai».

■ José Casanova

Esquerda, dogmas e diálogos

«Há indiscutivelmente energias, vontades e talentos no PCP que poderiam prestar um melhor serviço à esquerda se abandonassem a postura dogmática em que se têm mantido e se disponibilizassem para um novo diálogo com outras forças de esquerda, nomeadamente com o PS» - afirmava no «Semanário» do passado sábado o líder parlamentar do PS, Francisco Assis.

São palavras a somar à proliferação de comentários vindos a lume nas últimas semanas, de quadrantes muito diversos, sobre «a esquerda» e sobre o papel do PCP na esquerda. O caso merece referência e reflexão, quer pela importância do tema, quer pela actualidade de que se reveste. Até porque as múltiplas referências, os apelos e «conselhos» ao PCP, mesmo quando eivados de preconceitos anticomunistas, não deixam de traduzir o reconhecimento, embora por vezes a contra gosto, de que, sem PCP, não há em Portugal esquerda credível e possível.

Mas não há esquerda que possa alhear-se dum facto maior do nosso tempo: o impiedoso e gigantesco processo de concentração e acumulação do capital à escala mundial que, sob a designação e a pretexto da «globalização», desencadeou um ataque ele sim, global, contra a condição dos trabalhadores, a independência da vida cultural, os conteúdos da democracia, a essência das soberanias.

O que está em causa são conquistas sociais e políticas alcançadas ao longo de dois séculos pelas lutas da esquerda e que constituem o mais valioso património não só da esquerda como do avanço civilizacional da humanidade. Função e responsabilidade de uma esquerda dos nossos dias é, sem dúvida, apresentar as formas de contenção e as alternativas às agressões económicas, sociais, políticas e culturais desta nova fase de exploração, alienação e opressão do ser humano.

Serão isto «posturas dogmáticas»? Pelo contrário, são leituras bem actuais, necessárias (e crescentemente reconhecidas) das dramáticas consequências decorrentes das novas formas assumidas pelo capitalismo. E não venham dizer-nos, afirmando-se em posições «de esquerda», que a

alternativa a esse processo é, declarando-o «imparável», aceitar e pretender impor, precisamente, a lógica de domínio visado pela operação «mundialização».

É precisamente nessa linha que se coloca Pina Moura quando, no seu artigo «Governar à esquerda» (D. de Notícias, 20/1/98) aplicando pudicamente o conselho de Eça de Queiroz, estende o manto diáfano da fantasia «de esquerda» sobre a nudez forte da verdade de direita do Governo de A. Guterres.

Nunca o PCP afirmou ser o PS um partido de direita. Há sem dúvida no PS muitos militantes, apoiantes, eleitores, que são de esquerda. Mas uma coisa é a política proposta e quem nela honestamente confia, e outra a que se aplica e atinge cruelmente milhares de pessoas condenadas ao infortúnio, ao desemprego, à insegurança, aos atentados contra a sua dignidade, até à fome. É o aproveitamento do poder para prosseguir caminhos e projectos que não lhe foram confiados.

Com a fria clareza do grande capital definiu-o bem o presidente da AIP, Ludgero Marques, ao manifestar (Público - 29/12/97) as suas simpatias pelo governo de Guterres: «Eu não via mal numa maioria absoluta do PS, desde que tivesse uma política económica que satisfizesse os empresários, desde que as suas regras sejam as da economia de mercado.»

O dialoguismo do PS escorrega para um solipsismo profundamente enterrado em si mesmo. Há uma dogmática dos erros que não se querem encarar nem reconhecer. E o diálogo emperra quando temos à frente apenas o recitar de um monólogo.

No entanto: dialogar é preciso.

Em Portugal, desde o relâmpago revolucionário de Abril, estamos visivelmente atrasados no necessário debate clarificador. Que não pode ignorar a cultura de esquerda solidamente implantada na sociedade portuguesa que tem no PCP uma referência insubstituível.

■ Aurélio Santos

Pelo fim ao BLOQUEIO

A visita do Papa a Cuba é, sem dúvida, um importante acontecimento neste final de século. Acompanhada em todo o mundo com muito interesse e grande expectativa, esta atitude geral tem, contudo, conteúdos opostos. Uns depositam esperanças que uma nova fase de «evangelização», aberta por esta viagem, abale alcerces e valores da Revolução, conduzindo à «queda do 2º muro de Berlim». Outros vêem nela um contributo para isolar os EUA, na sua obstinação em manter o bloqueio, e assim abrir caminho para o seu fim - situação nova para Cuba que lhe facilitaria a solução de problemas prementes que o povo cubano defronta no seu quotidiano. As apreciações em torno da visita, e ela própria, revelam aspectos muito contraditórios. A sua real repercussão no desenvolvimento económico, político, social e cultural de Cuba são ainda difíceis de avaliar. Por agora, deter-nos-emos nas intervenções de Fidel e do Papa no início e fim da visita.

«A distribuição das riquezas e a solidariedade entre os homens e os povos devem ser globalizadas» - foi com esta frase que Fidel acabou o seu discurso de boas-vindas. Estas poucas palavras condensam a crítica ao capitalismo e apontam um projecto de sociedade sem exploração nem opressão, numa intervenção caracterizada pelo rigor histórico e a frontalidade revolucionária. Contrariando a actual fase de revisão falsificadora da História, o «pensamento único» e a negação sistemática de valores humanistas e ideais progressistas, o discurso de Fidel contribui para o conhecimento do passado e a compreensão do presente. E traz para a actualidade a validade do nosso projecto de sociedade, exactamente quando, nestes dias, decorrem os 150 anos do Manifesto Comunista.

O Papa terminou o seu primeiro discurso em solo cubano com um apelo - «que Cuba se abra ao mundo e que o mundo se abra a Cuba». Frase equívoca, em que o sentido aparente das palavras não coincidem com a realidade efectiva. Cuba tem, efectivamente, relações diplomáticas com mais de 160 países de todos os continentes. E se as relações diplomáticas não garantem livres trocas comerciais é porque há uma potência imperial que assim o pretende impor. Estará então subentendido, nessas primeiras palavras, o voto duma mudança em Cuba? A parte final do apelo do Papa pode ser interpretada como dirigindo-se aos EUA pois, no quadro internacional actual, «o mundo só se abrirá a Cuba» livremente se os EUA assim o permitirem. Uma maior explicitação relativamente ao bloqueio seria feita, pelo Papa, no seu discurso de despedida, ao condenar «as medidas económicas restritivas impostas de fora do país, injustas e eticamente inaceitáveis». Num conjunto de intervenções muito contraditórias, não se pode deixar de considerar importante tal declaração final.

O fim do bloqueio dos EUA a Cuba é uma palavra de ordem dos dias de hoje - não apenas dos homens, mulheres e jovens progressistas, mas de forças políticas, económicas e sociais muito diversas em todo o mundo, incluindo nos EUA. Este posicionamento, cada vez mais unânime contra o bloqueio, tem obviamente objectivos diversos. Porque do que se trata é dum prolongado confronto entre duas realidades distintas. Por um lado, o imperialismo que, com a sua pretensão de domínio mundial, é o grande responsável pelo cortejo de injustiças e desigualdades, que não param de crescer, e tão bem foram caracterizadas no discurso de Fidel. Por outro, um país e um povo orgulhoso da sua independência e determinado em prosseguir um caminho por si escolhido, tendo o socialismo como opção.

Perante o fracasso e crescente isolamento da política dos EUA face a Cuba, é possível que para alguns meios imperialistas o fim do bloqueio surja como camuflagem para outro tipo de ingerências. Mas essencialmente o fim do bloqueio é uma necessidade e um objectivo de Cuba, da sua inalienável soberania, a reposição do direito internacional, uma exigência dos povos do mundo, solidários com o povo cubano na sua luta pelo fim ao bloqueio dos EUA. A luta continua!

■ Manuela Bernardino



Foto: Jorge Caria

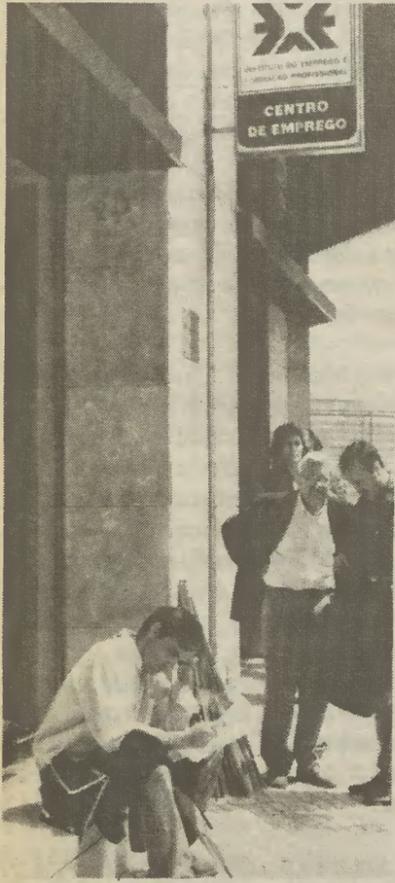
Vinho - É bebê-lo antes que o Governo o desdoure

Investimento «desacelera» e desemprego aumenta

Segundo a Síntese Económica do Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento económico em Portugal «desacelerou» no final do ano passado, essencialmente devido à quebra do investimento em todas as áreas: construção civil, material de transporte e máquinas e equipamentos. Em contrapartida, e contraditoriamente, os dados do INE apontam

para um decréscimo no desemprego no mesmo período, enquanto o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relata exactamente o contrário, informando que no segundo semestre do ano passado se inscreveram nos centros de emprego 207.711 novos desempregados (um aumento homólogo de 9,51%) e no conjunto do ano se

dirigiram ao IEFP um total de 376.833 novos desempregados, um crescimento de 4,71% em relação a 1996. Como exemplifica o suplemento *Negócios do Diário de Notícias*, esta discrepância deve-se à metodologia seguida pelo INE, «onde uma pessoa que perde o emprego na indústria ou nos serviços e fica a cultivar uma pequena courela - que muitas vezes já cultivava nos tempos livres - é considerada empregada pelo INE» ou onde «um jovem sem trabalho e que ajuda numa loja familiar, sem remuneração e apenas algumas horas por semana, é considerado empregado pelo INE».



Clinton em maus lençóis

Prosegue, sem abrandamento à vista, o escândalo fabricado à volta de alegados envolvimentos amorosos extracônjugais do presidente norte-americano Bill Clinton, que já se transformou numa telenovela de dimensão planetária. O que, inicialmente, surgiu como um quase *fait divers* para alimento das colunas de mexericos de todo o mundo, passadas duas semanas ameaça transformar-se numa crise fatal para a carreira política de Bill Clinton, com os adversários a reivindicarem abertamente a sua destituição sob acusação de perjúrio, dado que o presidente norte-americano negou, sob juramento, os envolvimentos amorosos de que o acusam. A crise começou com as declarações de Clinton em tribunal refutando as acusações de assédio sexual contra si levantadas por uma antiga colaboradora do tempo em que era governador de Estado de Arkansas, agravando-se quando, há cerca de duas semanas, veio a público o nome de uma jovem que, há cerca de dois anos, terá tido outro envolvimento com o presidente, envolvimento que terá negado em tribunal a pedido deste. Caso a jovem se retracte em tribunal - no que estão empenhados todos os adversários do actual presidente dos EUA -, Bill Clinton poderá ser acusado de perjúrio e corrupção de testemunhas, o que o empurrará para a destituição.



ANTRAM contra portagens em nome da segurança

A Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários (ANTRAM) considera que o aumento do preço das portagens vai fazer com que os transportadores pesados de mercadorias evitem as auto-estradas e recorram às estradas nacionais que atravessam as povoações do país, o que irá agravar o congestionamento de tráfego, a sinistralidade, o impacto ambiental, a saúde das populações, o consumo de combustível e o desgaste de equipamento, defendendo a diminuição do valor das portagens aos transportadores profissionais de merca-



Crise asiática ameaça têxteis portugueses

A Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário (APT) faz-se eco das preocupações dos empresários do sector, afirmando que a actual crise que alastra pelos países asiáticos vai afectar a indústria portuguesa do vestuário já nos próximos meses, provocando quebras sensíveis nas expor-

tações, dado o afluxo aos mercados internacionais, para onde exportamos, de produtos semelhantes vindos desses países a preços cada vez mais baixos. Os mecanismos que conduzem à baixa dos preços assentam no chamado *dumping*, praticado indiscriminadamente por esses países

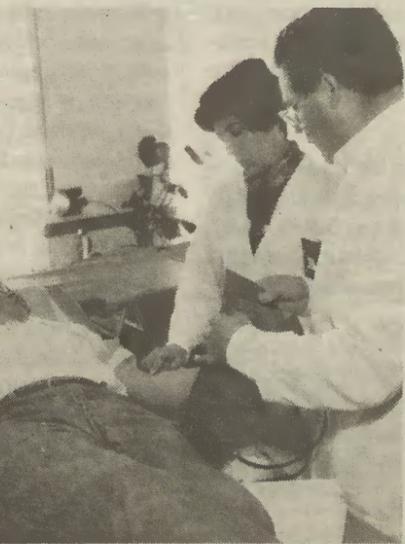
asiáticos, que consiste na exportação dos seus produtos a preço inferior ao próprio custo de produção («recuperando» com a aplicação de preços elevados imposta nos mercados internos), ao mesmo tempo que erguem taxas aduaneiras elevadíssimas (oscilando entre os 50% e os 80%) para

impedir o afluxo de importações. As exportações portuguesas de produtos têxteis e vestuário ascenderam a 862 milhões de contos em 1996, cerca de 25% do total das exportações do país. Entretanto, esta indústria emprega cerca de 250.000 trabalhadores em Portugal.

Médicos estrangeiros no Alentejo?!...

A administração Regional de Saúde de Beja (ARBS) anuncia a possibilidade de contratar médicos estrangeiros para colmatar a falta destes profissionais de Saúde no Baixo Alentejo, recordando que, ao nível do quadro de clínica geral, a região tem cerca de 40 médicos a menos, enquanto carece, ainda, de mais de 30 médicos previstos no quadro hospitalar.

João Lemos, director da ARBS, afirmou ao *Diário de Notícias* que, por enquanto, não existe qualquer contacto com médicos estrangeiros, sendo a sua hipotética contratação um cenário de «mero recurso», acrescentando que continuam os esforços para contratar clínicos portugueses para o Distrito de Beja, anunciando, entretanto, que «vamos publicar



na imprensa nacional anúncios que visam oferecer aos médicos habilitados a praticar medicina em Portugal quatro lugares no Centro de Saúde de Almodôvar». Até ao momento, não se conhece qualquer reacção do Ministério da Saúde a estes desenvolvimentos na crise de falta de médicos que agita esta região.



dorias durante o dia de trabalho, à semelhança do que diz verificar-se noutros países da Comunidade. Citado no caderno *Economia do Público*, o tenente-coronel Matos da Silva,

da Brigada de Trânsito da GNR, afirma, entretanto, que «se fosse possível implementar medidas para que as auto-estradas fossem utilizadas pela grande maioria dos transpor-

tes rodoviários de mercadorias, os pesados, seria óptimo e certamente diminuiria a elevadíssima taxa de sinistralidade que temos». O *Público* acrescenta que «os números provam que a taxa de acidentes mortais com veículos pesados em estradas nacionais é de 81%, baixando claramente para 19% quando os camiões circulam em auto-estrada».



“Mantem sempre que possível o dedo no ar pela vida fora. É sinal de que estão vivos e que podem continuar a dizer o que pensam.”

(Jorge Sampaio, na Escola Primária de Vila das Aves, citado em «Público», 25.01.98)

“Na hipótese mais optimista, o Governo não sabe o que quer. Se ontem propunha a colecta mínima, meia dúzia de dias depois transforma-a em pagamentos por conta. E, passada uma quinzena, estes foram metidos na gaveta.”

(Octávio Teixeira, no debate de urgência na AR sobre os impostos, citado em «Expresso», 24.01.98)

“A direita tornou-se um grupúsculo ameaçado de desaparecer do mapa parlamentar do país.”

(Vicente Jorge Silva - «Semanário», 24.01.98)

“Não recordo momento algum, antes ou depois de 1995, em que Guterres tenha usado a “esquerda” como bandeira das suas ideias ou das suas políticas.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 23.01.98)

“Quero deixar hoje aqui bem claro que, para mim, não há adversários dentro do PSD.”

(Duarte Lima, depois das eleições para a Distrital de Lisboa do PSD - dos jornais, 23.01.98)

“A vitória é conseguida com as bases, contra os barões, baronetes e barõezinhos e também contra aqueles que mandaram recados diversos, falando sempre em nome da Comissão Política Nacional, não tendo sido nunca desautorizados ou desmentidos.”

(Duarte Lima - «O Independente», 23.01.98)

“Sobre o outro candidato, não falo. O tempo acaba sempre por fazer justiça.”

(Pedro Santana Lopes, idem)

“Nunca encontrei o bom momento. Eu sei que existe e que é preciso esperar. E espero.”

(Eduardo Prado Coelho - «Público / Leituras», 24.01.98)

“Preciso de regressar ao trabalho.”

(Bill Clinton, citado em «Público», 27.01.98)

Educação



Uma semana curta

A Semana da Educação, promovida pelo Presidente da República, terminou no passado dia 24. Abandono e insucesso escolares, delinquência, droga e exclusão social são as principais chagas com que Jorge Sampaio se confrontou na sua digressão. Frutos, afinal, de uma sociedade marcada pela injustiça e a desigualdade.

Anunciada pelo PS, antes de ser Governo, como a sua grande «paixão», a Educação não teve na presente governação as honras que um tal sentimento deixava prever. Paixão surgiu, sim, mas da parte de educadores, pais e alunos que viram frustradas as expectativas que haviam criado.

Contudo, a educação desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, sendo que - até por isso - cabe à sociedade especial responsabilidade no que a esta questão diz

respeito. «A educação, uma responsabilidade social» foi, aliás, o lema que o Presidente da República, assumindo a sua quota de responsabilidade, escolheu para a Semana da Educação.

Trazendo para a escola todos os estigmas com que foram marcadas por uma sociedade onde diariamente cresce a precariedade, a pobreza, a marginalidade e a exclusão social, as crianças vêm os seus problemas ainda agravados pelas mais diversas

carências: falta de infra-estruturas de apoio à família, falta de escolas, distâncias enormes, falta de transportes, falta de cantinas. Enfim, um cortejo de carências de que o abandono precoce é a consequência mais «vulgar». Mas outras existem e por todas Jorge Sampaio já esperava, como provou o seu discurso inaugural.

É certo que não falou do ensino superior. É também certo que não desceu abaixo do Tejo. Viu, porém, o suficiente para ficar «mais preocupado» embora «confiante». E de ficar com «a percepção mais exacta da forma como os problemas sociais se reflectem na Escola e do modo como nela se produzem fenómenos de exclusão.»

De facto, logo no primeiro dia, na área do Território Educativo

de Intervenção Prioritária (TEIP) que visitou, tomou contacto com uma realidade marcada por uma taxa de tuberculose de 50 por cento, por cerca de 30 por cento de casos de gravidez de jovens com menos de 20 anos (a mais nova das quais com 12 anos). E onde apenas cerca de 50 por cento das crianças frequentam o pré-escolar. Um «mundo» onde a trabalhar se encontrava uma psicóloga! Uma!!!

«É preciso ter a coragem de reconhecer que as nossas prioridades estão, muitas vezes, invertidas», disse - e bem - o Presidente da República Portuguesa, defendendo que o Estado reforce o seu compromisso com a escola pública, «afastando quaisquer tendências neoliberais».

Aguarda-se, agora, que a Semana da Educação, embora

curta e amputada, venha «reacender» uma paixão que parece ter sido substituída por outras quicá mais lucrativas no coração do Governo PS.

Porque Portugal precisa - como o PCP há muito defende -, de uma nova política educativa que gere uma escola eficaz, dotada de autonomia e de uma gestão democrática. Uma escola onde ensinar e aprender sejam processos desejados e inteiramente assumidos. Que forme cidadãos conscientes e participativos. Uma escola aberta às exigências da sociedade, onde os resultados da educação se meçam pela valorização e utilização das capacidades e potencialidades de cada um e não pela subordinação das suas actividades a indicadores economicistas.

Estrelas por um dia

Graças à Semana da Educação que o Presidente da República promoveu, Andreia e Oriana, meninas de dez anos, naturais de Mafómedes, foram e alimentaram notícia durante uma semana. Elas... e Mafómedes que, a partir dessa data, passou de novo a ter existência, depois de há uns anos ter conhecido a notoriedade com o aparecimento de brucelose em cabras da aldeia.

Para o Presidente da República, porém, só o facto de ter conhecido estas meninas e de lhes ter proporcionado as condições para frequentar o 5º ano numa telescola em Teixeira - aspiração que a lonjura de Mafómedes, a falta de transportes, as dificuldades para convencer a mãe, que precisava da sua ajuda no campo, indicavam nunca se concretizar -, justificou a sua iniciativa.

Mas com o drama das gémeas de Mafómedes a maioria de nós se comoveu. Inclui um jornalista do *Público* que, pegando neste exemplo, se congratulou com o facto de a Semana da Educação ter «deliberadamente» passado ao lado do ensino superior. Porque se assim não fosse, dizia no seu comentário, estaríamos agora provavelmente «a discutir mais alguma «imaginativa» manifestação escatológica de um estudante antipropinas».

De facto, para quê discutir propinas, se estas meninas de dez anos, cujo desejo seria continuar os estudos, não irão provavelmente passar do 9º ano de escolaridade, se lá conseguirem chegar?! É que certamente a mãe - cada vez mais a precisar da sua ajuda - não lhes proporcionará condições para chegarem ao 12º ano. Mas admitindo que lá cheguem: nas condições em que vivem, estudam e trabalham, necessitarão de capacidades quase sobre-humanas para ter a média necessária para entrar numa universidade e acabar um curso.

Para quê, pois, discutir propinas, se o destino destas meninas vai, muito provavelmente, ser o de voltar aos campos da sua aldeia de onde, se lá não tivesse ido o senhor Presidente da República, nunca teriam saído? Como, aliás, não saem milhares e milhares de outras Andreias e Orianas a quem nada calhou na «raspadinha».

Edgar Correia ao «Avante!»

Uma boa política educativa precisa-se

«A Semana da Educação promovida pelo Presidente da República constituiu, inegavelmente, uma iniciativa de sinal positivo.

Em primeiro lugar porque contribuiu para chamar a atenção dos portugueses para o «país real da educação», para a gravidade dos indicadores quantitativos e qualitativos de atraso e problemas acumulados, e para a deterioração da situação social que está a entrar diariamente pela escola dentro e a gerar múltiplos problemas e a potenciar desigualdades. Mas porque, ao mesmo tempo, evidenciou a profunda aspiração a uma educação pública da mais alta qualidade e para todos, que atravessa a sociedade e em que convergem os jovens, os professores e os pais.

Concebida num formato de discutível proximidade e apoio à acção governativa neste sector, marcadas logo no arranque da iniciativa por referências elogiosas aos «muitos progressos já feitos» e às «propostas meritórias» existentes e por um programa que inexplicavelmente excluiu sectores cruciais como o da educação pré-escolar e o do ensino superior, e que evitou também contactos com a situação existente nas

áreas metropolitanas, a Semana da Educação promovida por Jorge Sampaio acabou por evidenciar a profunda distância entre o discurso do Ministério da Educação e a realidade existente no terreno, a manifesta incapacidade oficial para enfrentar os problemas existentes e a irritante lentidão executiva, apesar do dedicado empenho de muitos (e em geral mal estimados) profissionais do sistema educativo.

A resultante final acabou, assim, por se situar claramente nos antipodas da «imagem de normalidade» que o ministro da Educação procurou transmitir, não há muitos meses, na abertura do ano lectivo. E tornou patente que a visão obtida de helicóptero, durante a viagem organizada para mostrar ao Primeiro-Ministro e ao país a actividade do Ministério da Educação, não resiste a uma descida ao terreno e à observação in-loco, como a que acabou por ser protagonizada por um Presidente da República benevolente, mas sem dúvida atento e capaz de sublinhar - como o reconheceu no final - que «há ainda muito a fazer» e que é necessário que o Estado reforce o seu compromisso com a escola pública «afastando quaisquer tendências neoliberais».

É evidente que o país dos corações grandes, a começar pelo do Presidente, e a que pertencemos também, exultou com vários «happy-ends», como o do regresso à escola da Andreia e da Oriana, da entrega do computador para o menino deficiente da Escola Primária nº 1 de Grândola, ou da construção do ginásio para as escolas de Santo André, apesar do carácter programado e previamente anunciado desses passos da visita presidencial.

Mas a menos que Jorge Sampaio passe a dedicar à área da educação todas as suas semanas de Presidente - incluindo as do segundo mandato - e que, com carácter de urgência, alargue o âmbito das suas deslocações às universidades e politécnicos, para com algum bom senso ajudar a corrigir a cegueira de que padece o actual res-

ponsável pelo Ministério da Educação, daquilo que verdadeiramente Portugal precisa é de uma boa política educativa, em conformidade com os propósitos democráticos que a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo consagram, e que dê passos concretos e diários no sentido de um ensino público da mais alta qualidade e para todos.»



SETÚBAL

CDU - a força com maior intervenção

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP analisou os resultados eleitorais, tendo concluído que a CDU não alcançou os objectivos que se tinha proposto: manter e reforçar as maiorias obtidas nas últimas eleições, conquistar novas posições e reforçar a votação na CDU.

Por outro lado, embora em termos percentuais tenha descido apenas um por cento (ficando com 43,2%), a CDU perdeu cerca de 11 mil votos e duas Câmaras - Sesimbra e Montijo. Um resultado, portanto, que o PCP considera negativo, apesar de a CDU continuar a ser «indiscutivelmente a força política com maior intervenção e presença nos órgãos autárquicos do distrito de Setúbal».

Como aspecto positivo, há entretanto a registar uma grande subida de votos no concelho de Setúbal, onde o PS perdeu a maioria absoluta, o reforço da votação nos concelhos de Alcácer do Sal e Palmela e o aumento percentual e o reforço da maioria absoluta em Almada.

Para a DORS, é ainda de destacar o facto de o PS ter perdido 10 000 votos na sua «autarquia modelo» - Setúbal - e com o seu «autarca modelo» - Mata Cáceres. Ou seja, quase tantos votos como a CDU no global do distrito.

ALVALADE

PS ganha com transferência de votos

Na freguesia de Alvalade, a CDU, analisando também os resultados das últimas eleições autárquicas, concluiu que, apesar do aumento de votação que teve para os três órgãos autárquicos - Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia -, não conseguiu alcançar o objectivo que se havia proposto: «ganhar as eleições para a Assembleia de Freguesia, de forma a levar à prática o seu programa eleitoral». O que, em sua opinião, se deveu em grande parte à desistência do PSD e do PP, cujo eleitorado transferiu os seus votos para o PS.

Aqueles que lhe confiaram o seu voto, a CDU deixa «bem claro» que irá continuar a trabalhar e a lutar pelos seus objectivos, designadamente na Assembleia de Freguesia, através da apresentação de propostas visando a melhoria das condições de vida para os alvaladenses. Por outro lado, os eleitos da CDU propõem-se informar a população sobre eventuais incumprimentos das promessas eleitorais do PS e valorizar o trabalho que tem sido e irá continuar a ser feito pela Câmara Municipal, de maioria CDU.

COVILHÃ

Promessas eleitorais sob vigilância

Para a Coordenadora da CDU no concelho da Covilhã, os resultados eleitorais revelaram que «a CDU é uma força política que decide no concelho da Covilhã», integrando, «para além dos membros dos partidos que lhe dão suporte jurídico», muitos independentes «de inegável valor e experiência autárquica. Factores que, aliados à «necessidade objectiva» da sua intervenção na vida autárquica «para promover o bem-estar das populações e o desenvolvimento», levaram-na a decidir «continuar a funcionar em permanência e não apenas nos períodos eleitorais».

Face às especulações surgidas, entretanto, a propósito da constituição da Mesa da Assembleia Municipal, a CDU esclarece que a derrota do PS se deveu a uma deslocação de votos deste partido para o PSD e não à CDU, cujos eleitos votaram em bloco no seu próprio candidato.

Por fim, a CDU promete ficar «particularmente atenta» ao cumprimento das promessas eleitorais, exigindo e apoiando a concretização do que foi prometido».

COIMBRA

Plano e Orçamento em discussão

A propósito da discussão do Plano e Orçamento para Coimbra o vereador da CDU Jorge Gouveia Monteiro apresentou propostas concretas de dotação orçamental, designadamente para o expediente e limpeza das escolas, construção de zonas verdes, conclusão dos acessos à Praia Fluvial, reforço do apoio aos jovens, idosos e deficientes, intervenção da Câmara em espaços e imóveis de interesse patrimonial.

Um outro objectivo deste eleito é «clarificar» aspectos da negociação entre a Câmara e o Governo ou entre a Câmara e outras instituições que «possam estar na origem da grande retracção de investimento» em projectos como a Ponte Europa ou o Metro de Superfície, entre outros.

Por fim, Jorge Gouveia Monteiro chamou a atenção para a absoluta necessidade de um «grande debate público e aberto sobre o Plano do Município para o próximo triénio 1999-2001», debate que ele e os eleitos da CDU na Assembleia Municipal vão defender que se inicie no próximo mês de Fevereiro. Para que em Outubro exista já «um verdadeiro Plano do Concelho de Coimbra».

Constituição de órgãos municipais

PS e PSD:

«é fartar vilanagem!»

Em todo o país prossegue a tomada de posse dos novos órgãos municipais, sendo que principalmente nos concelhos onde o PS e o PSD foram as forças mais votadas se está a verificar um sistemático desrespeito pela vontade do eleitorado.

Através da monopolização de pelouros onde detêm maioria absoluta, ou de ilegítimos acordos de bastidores onde a não têm, PS, PSD e PP estão a tentar marginalizar a CDU na constituição dos órgãos autárquicos, inclusive nos municípios onde esta força é maioritária.

Em Carcavelos, onde uma abstenção de 49 por cento revela bem o «desencanto dos moradores face à política de alternância PS-PSD em Cascais», os resultados eleitorais acabaram, contudo, por atribuir na Assembleia de Freguesia seis elementos ao PSD, quatro ao PS, dois à CDU e um ao PP.

Porém, logo na primeira reunião, na eleição dos cinco elementos para o executivo da Junta (que atendendo aos resultados eleitorais deveria ter dois elementos do PSD, dois do PS e um da CDU), o PSD, com o apoio do PP, elegendo quatro membros do PSD e um do PP, «transformou uma maioria relativa em maioria absolutíssima» e assumiu a presidência da Mesa.

Face a esta atitude, a CDU propôs o respeito pela decisão popular na composição do executivo e, dado ter sido a força que ao longo do anterior mandato mais suscitou a discussão dos problemas da população, reclamou a presidência da Assembleia de Freguesia.

O PS, «derrotado e sem dignidade, votou em branco todas as propostas».

A CDU continuará, no entanto, a lutar pelo programa eleitoral que construiu «ao longo dos quatro anos de mandato e que

discutiu profundamente com a população».

Oeiras

Entretanto, a CDU/Oeiras, na declaração de voto que proferiu no acto da eleição da Mesa da Assembleia Municipal, considerou que esta «deve reflectir, em qualquer circunstância, a sua própria composição». Razão por que não entende os «fundamentos» que levaram o PSD a partidizar a Mesa, «constituindo-a exclusivamente com elementos seus» e «desviando-se assim daquele princípio».

A CDU alerta ainda para o comportamento contraditório do PSD no concelho de Oeiras: na Câmara, onde detém maioria absoluta, o PSD respeita a lei e estabelece que a gestão seja partilhada com as outras forças políticas (ainda que defenda a alteração da Lei para possibilitar a criação de executivos homogéneos); na Assembleia Municipal, onde a sua maioria é relativa, tem o comportamento contrário.

«Como explica o PSD esta contradição?», pergunta a CDU, recordando que em Oeiras é o próprio regimento, aprovado por todas as forças políticas, que prevê uma composição pluralista das Comissões.

A concepção do exercício do poder por parte do PSD é «preocupante», diz por fim a CDU, considerando que ela afronta a vontade democraticamente expressa pelos munícipes no último acto eleitoral.

Algueirão-Mem Martins

Também com o objectivo de dar posse aos actuais eleitos e eleger o novo executivo da Junta, reuniu recentemente a Assembleia de Freguesia de Algueirão-Mem Martins.

O acto não veio, contudo, a concretizar-se já que, «perante a perplexidade e indignação dos presentes», o actual presidente não permitiu a eleição, encerrando os trabalhos com o argumento de que «não tinha condições» para o seu prosseguimento. Uma atitude «incorrecta, imoral e antidemocrática» que, segundo a CDU, não tem «justificação válida» e revela «falta de respeito» pelos actuais autarcas, pelo público presente e pelos eleitores.

Posteriormente, o presidente defendeu-se, invocando o facto de ter sido confrontado com a possível existência de um entendimento entre as restantes forças políticas da Assembleia de Freguesia. Que, afinal, «têm o direito e o dever de votar da forma que entendem ser melhor para a defesa dos interesses da população».

A CDU garante que os seus eleitos não permitirão condicionamentos ao seu voto, já que a CDU está nas autarquias «para trabalhar», sendo o seu «primeiro dever para com as populações».

Setúbal

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, por

seu lado, considera que a instalação dos novos órgãos autárquicos tem trazido «para cima da mesa algumas posturas bem evidenciadoras das diferenças entre os partidos».

Assim, enquanto a CDU nos órgãos onde está maioria absoluta defende a participação das outras forças políticas - que assumem pelouros ou cargos conforme a sua representatividade eleitoral -, tanto o PS como o PSD têm tomado uma atitude bem diferente.

Na Câmara do Montijo, como já foi noticiado pelo «Avante!», apesar da disponibilidade e propostas dos eleitos da CDU, a presidente recusou-lhes qualquer pelouro, «numa posição de sobrançeria» que em nada vai beneficiar a população do concelho.

Na Câmara de Setúbal, de maioria relativa do PS, o presidente do município está a acumular em si todos os pelouros, adiando a sua distribuição aos vereadores, «com os consequentes inconvenientes para o concelho e a sua população».

Entretanto, ao nível das freguesias de maioria relativa CDU, o PS tem tentado isolar os presidentes da Junta, em muitos casos com o apoio do PSD, sendo que em nove casos conseguiu os seus intentos. Aliás, de uma forma geral, o PS tudo tem feito para, «com jogadas de bastidores», retirar posições à CDU, numa atitude que, segundo a DORS, em nada contribui para «dignificar o trabalho de órgãos» autárquicos.

Por fim, o PCP, reafirmando a sua recusa em «alinhar em jogadas políticas» que prejudiquem as populações, expressa a disponibilidade dos seus eleitos para trabalhar com todos os que «pretendem melhorar a vida da sua terra.»

CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo Manuel Portela Santos

Morreu, no passado dia 18 de Janeiro, com 67 anos, Alfredo Manuel Portela dos Santos. Alfredo Portela Santos foi um empenhado e destacado militante comunista. Desde muito jovem integra os movimentos de luta e resistência ao fascismo, pela democracia, liberdade e progresso do nosso povo. Conheceu as perseguições e as prisões fascistas. Nos anos 50 integra o MUD Juvenil e é membro da sua direcção universitária. Foi dirigente da Associação de Estudantes do IST, da RIA e da Casa dos Estudantes do Império. Participa nas campanhas eleitorais de 57, 58 e 61. Foi da Direcção da Ordem dos Engenheiros, Presidente da Voz do Operário, membro da Assembleia Municipal de Lisboa de 77 a 79 e vereador da Câmara de 80 a 82. Foi presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente de Fora de 1985 a 1993 e da Direcção da ANAFRE. Foi membro da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP. Aderiu ao Partido em 1956, abraçando sempre com grande determinação e generosidade as suas causas e princípios.

António Estrela

Faleceu no dia 22 de Janeiro, com 87 anos, o camarada António Estrela, natural de Silves e residente em Lisboa. Último sobrevivente de Silves do movimento de 18 de Janeiro de 1934 - primeira luta organizada da classe operária contra a fascização dos sindicatos - António Estrela sofreu em consequência disso longos anos nas prisões fascistas do Tarrafal e de Angra do Heroísmo. Era já então mem-

bro do PCP. Desde muito jovem abraçou os ideais da liberdade e de uma sociedade mais justa, ideais que manteve até ao fim da sua vida. Foi sempre em Silves uma referência para qualquer democrata, deixando às novas gerações o seu exemplo de homem bom, coerente, generoso e solidário.

Carlos Alberto Pais dos Santos

Faleceu no passado dia 23 de Janeiro, com 49 anos de idade, o camarada Carlos Alberto Pais dos Santos, natural de Lisboa. Desde muito jovem teve contacto com o Partido, já que a casa de seus pais serviu de ponto de apoio a vários camaradas que se encontravam na clandestinidade. Participou no MDP de 1969 a 1974, tornando-se membro do PCP imediatamente a seguir ao 25 de Abril. Pertenceu à célula do Pão de Açúcar/Lisboa. Foi funcionário do Partido de 1975 a 1991, onde sempre desempenhou as suas tarefas com grande generosidade, dedicação e coragem. Teve tarefas na Comissão Concelhia de Cascais mas a maior parte da sua actividade enquanto funcionário do PCP desenvolveu-se no Sector do Apoio Central, onde depois de deixar o quadro de funcionários continuou a colaborar activa e permanentemente. Casado e com duas filhas, era um camarada estimado e respeitado por quantos o conheciam.

*
* *

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Carrazedo Fraude subverte «verdade eleitoral»

O núcleo concelhio da CDU em Amares procedeu à divulgação pública das conclusões a que chegou após análise aos resultados eleitorais, considerando que os mesmos foram satisfatórios, designadamente em relação à votação para a Assembleia Municipal, onde ficou a 30 votos de eleger o segundo membro, e para a Câmara Municipal.

No que respeita aos resultados para as freguesias, a CDU classifica-os de «históricos», tendo em conta que pela primeira vez a coligação elegeu membros para as Assembleias de Besteiros (2), Carrazedo (2), onde foi a segunda força mais votada, e Lago (1).

Entretanto, a CDU denuncia a fraude eleitoral verificada em Carrazedo, após o encerramento dos trabalhos de apuramento dos votos, que levou o seu eleito a não tomar posse enquanto não forem apuradas as responsabilidades pela mesma.

De facto, depois de apurado o resultado das eleições de 14 de Dezembro, que atribuiu três mandatos ao PSD, dois à CDU, um ao PP e um PS, «alguém violou o envelope dos votos nulos e substituiu 3 dos 12 boletins» que lá se encontravam, levando a Assembleia de Apuramento Geral a recuperar como válidos dois desses boletins para o PSD e um para o PS. O que, permitindo a redistribuição de mandatos - quatro para o PSD e um para cada uma das restantes forças políticas - veio alterar a correlação de forças e «a verdade eleitoral».

Ao tomar conhecimento da fraude, o cabeça de lista da CDU interpôs de imediato *Recurso Contencioso* para o Tribunal Constitucional que, apesar de o reconhecer, o indeferiu por «não ter havido qualquer protesto ou reclamação» aquando da apreciação dos votos pela Assembleia de Apuramento.

Em tomada de posição pública contra esta «chapelada», Jorge Carlos Antunes Faria, eleito da CDU, informou que iria ser entregue junto do Tribunal de Amares, dirigida ao Delegado do Procurador Geral da República, uma *Participação dos Factos* visando «a abertura do competente inquérito para encontrar os responsáveis pela fraude e apurar a verdade eleitoral».

Barreiro Insinuações do PS causam indignação

A propósito do assalto e incêndio ocorrido na madrugada do dia 9 de Janeiro na sede do PS do Lavradio, os dirigentes locais deste partido, Emanuel Góis e Aires Carvalho, proferiram insinuações no sentido de atribuir a militantes do PCP a autoria deste acto criminoso.

A Comissão Concelhia do PCP, em comunicado de repúdio por tais afirmações, afirma que o PCP, como nenhum outro partido, lutou pela liberdade e pela democracia, defendendo valores éticos e políticos «que não admitem insinuações injuriosas». O próprio PCP foi vítima de assaltos e incêndios a Centros de Trabalhos - lembra -, sendo, pois, «com natural indignação e repulsa» que reage a estas manifestações de «anticomunismo primário».

Entretanto, face a ocorrência idêntica, verificada alguns dias depois, um dos dirigentes locais do PS declarou ter-se equivocado quanto aos presumíveis autores de tais actos.

Mas... já haviam sido feitas as acusações ao PCP por pessoas «que à partida deveriam ser honestas e responsáveis pelo que dizem e pelo que fazem». Sendo que, até ao momento, não houve correcção a estas acusações através da comunicação social, nem chegou ao PCP qualquer pedido formal de desculpas.

A «leviandade» e a falsidade comprovada destas declarações, na opinião dos comunistas, «devem levar à reflexão quanto à veracidade de outras afirmações feitas pelas mesmas pessoas». Até porque se trata de dirigentes do PS que são vereadores da Câmara Municipal do Barreiro - um deles deputado na Assembleia da República e responsável da campanha eleitoral do PS.

Interrupção Voluntária da Gravidez PCP defende lei clara e corajosa

A Comissão Política do PCP realizou na passada quinta-feira uma conferência de imprensa, no sentido de tomar posição «oportuna e indispensável» sobre um conjunto de questões em torno da interrupção voluntária gravidez. Fernanda Mateus, da Comissão Política, acompanhada dos deputados Bernardino Soares e Odete Santos, proferiu uma declaração política (a seguir transcrita) onde, sublinhando o «crescente relevo» que esta problemática está «compreensivelmente a ganhar no debate político nacional», chama a atenção para os objectivos que o projecto de lei do PCP se propõe, apesar da discriminação de que tem sido alvo.

Desde logo, importa assinalar que, sem prejuízo da relevância e da contribuição que possa vir da apresentação e debate de outros projectos, o único projecto de lei até agora apresentado na Assembleia da República é o subscrito pelos deputados do PCP. Este facto incontroverso mostra como têm sido artificiais e preconceituosas as tentativas de apenas conferir existência política a ideias ou propostas que ainda não tinham sido convertidas em projectos apresentados na AR, negando-a entretanto essa existência e relevância políticas ao projecto realmente existente naquele órgão de soberania.

De igual modo, não se pode deixar de considerar como traduzindo uma visão muito limitada e pouca respeitadora das realidades políticas a ideia de que, nesta questão, apenas estariam em causa divergências, conflitos, mal-estar ou embaraços situados na área do PS e do seu Governo.

De facto, convém não esquecer que, tendo apresentado o seu projecto em Outubro do ano passado e dispondo o PCP do inquestionável poder de promover o seu agendamento, não só nenhuma força política e nenhuns deputados se conseguiriam furtar a uma definição, pelo debate e pelo voto, das suas posições como também muitos não escapariam a pagar um elevado preço político se acaso rejeitassem o projecto do PCP apenas por ser um projecto do PCP e não de deputados socialistas.

O projecto de lei do PCP

Em coerência com uma intervenção precursora que, no plano legislativo, remonta a 1982, e dando corpo legal a soluções que merecem um vasto consenso entre instituições e cidadãos sinceramente empenhados em enfrentar o flagelo do aborto clandestino e proteger a saúde e a dignidade das mulheres, o projecto de lei do PCP, tendo em conta as alterações resultantes da aprovação da Lei 90/97, volta a propor que **deixe de ser ilegal e punível o recurso à intervenção voluntária da gravidez e passe a ser permitido nos serviços hospitalares quando:**

- realizada nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher;
- até às 16 semanas nos

casos de mãe toxicod dependente e para evitar perigo de morte ou grave lesão para o corpo ou saúde física e psíquica da mulher grávida;

- e até às 24 semanas quando exista o risco de o nascituro vir a sofrer, de forma incurável, de HIV (síndrome da imunodeficiência adquirida) e no caso de vítimas de crime contra a liberdade e a autodeterminação sexual quando menores de 16 anos ou incapazes por anomalia psíquica.

É tempo de uma solução corajosa

Face ao anúncio de que um projecto de deputados do PS pretenderá instituir as 10 semanas (e não as 12) como limite temporal para a realização do aborto a pedido da mulher, o PCP considera que tal proposta representaria um recuo absolutamente injustificado, ao arripio do largo consenso existente, em termos nacionais e internacionais, em torno das 12 semanas.

O PCP sublinha o grave prejuízo que resultaria se soluções justas e necessárias e princípios correctos fossem sacrificados no altar de qualquer incerto «comércio» de votos parlamentares.

O PCP sublinha que, 24 anos depois do 25 de Abril, 16 anos depois da primeira discussão desta matéria na AR e à beira da entrada no século XXI, é tempo não de mais um pequeno e insuficiente passo mas de uma solução legislativa clara, corajosa e ajustada à natureza e dimensão deste problema vivido pelas mulheres portuguesas.

Duas ideias essenciais

A circunstância, a muitos títulos lamentável, de forças e posições conservadoras estarem, mais uma vez, a enveredar por todo um conjunto de caricaturas, deturpações e mistificações, obriga o PCP a reafirmar dois pontos essenciais que inspiram e enquadram esta sua iniciativa legislativa.

Neste sentido, o PCP insiste em que, do seu ponto de vista, a verdadeira clivagem existente nesta matéria não é entre ser «a favor» ou «contra» o abor-

to, mas entre os que se dispõem a conviver tranquilamente com a dramática realidade do aborto clandestino mantendo a criminalização das mulheres que a ele recorrem e os que, não considerando desejável que o aborto persista e seja usado como método de planeamento familiar, querem entretanto assegurar esse indiscutível avanço que seria a progressiva passagem do recurso ao aborto da esfera da clandestinidade e da insegurança para a esfera da legalidade e da assistência e da segurança médicas.

O PCP insiste também em que, enquanto a solução legislativa que propõe e preconiza não obrigará obviamente nenhuma mulher a recorrer ao aborto legal contra a sua vontade, as suas convicções e a sua consciência, já a legislação penalizadora em vigor empurra e coage as mulheres que desejariam interromper uma gravidez em condições de segurança para o recurso ao aborto clandestino com todo o seu cortejo de dramas, traumas, sentimentos de culpa e riscos, por vezes até de morte.

A questão do agendamento parlamentar

O PCP esclarece que, pela sua parte, não encara uma nova discussão e votação na AR como um expedito ou precipitado processo de mera «recontagem» dos votos expressos em Fevereiro de 1997 e, por isso, manifesta as mais sérias objecções à ideia veiculada por deputados do PS de promoverem o debate e votação de um seu projecto logo poucos dias depois da sua apresentação, designadamente no início de Fevereiro.

PCP considera desejável que haja algum tempo para a redinamização do debate público em condições de serenidade e tolerância e para uma activa intervenção da opinião pública, não teme um tal debate e tem a convicção de que o seu desenvolvimento, longe de prejudicar a aprovação de projectos positivos, só a pode favorecer.

Neste sentido, o PCP consideraria mais razoável que o debate e votação dos projectos que venham a existir se pudessem realizar em meados de Março.

A hipocrisia referendária do PSD

O PCP chama a atenção para que a proposta de referendo apresentada pelo PSD traduz única e exclusivamente a insistência daquele partido nas reclamações de referendos como mera arma de obstrução, paralisação e adiamento de decisões de que discorda ou

que antevê desfavoráveis para os seus pontos de vista.

O PSD sabe perfeitamente que, por razões de calendário político que já parecem comprometer os propalados referendos sobre a regionalização e a integração europeia, o referendo que propõe sobre o aborto seria praticamente inviável até às próximas legislativas.

Por outro lado, convém lembrar que, logo após a rejeição dos projectos do PCP e de deputados do PS em Fevereiro de 1997, o PSD logo se desinteressou do referendo que até aí também tinha reclamado, ficando assim absolutamente claro que só o concebe para invalidar uma decisão favorável da AR e jamais o admite para rectificar uma decisão negativa daquele órgão de soberania.

Pela sua parte, o PCP continua a considerar preferível que se proceda a mais uma tentativa para obter da Assembleia da República uma decisão favorável à legalização da IVG, em determinadas circunstâncias e prazos.

PP - um projecto absurdo e retrógrado

Quanto ao projecto de lei do CDS-PP, visando consagrar que «a personalidade jurídica adquire-se no momento da concepção», o PCP apenas deseja assinalar, nesta ocasião, que se trata de um projecto de cuja aprovação decorreriam perversas, aberrantes e intoleráveis consequências jurídicas; que se trata de um projecto retrógrado que concretiza uma das mais descaradas tentativas de colocar as leis do Estado ao serviço da imposição a toda a sociedade das concepções ou convicções de apenas alguns, e nomeadamente daqueles a quem a realidade quotidiana do aborto clandestino, por o ser, nada incomoda, e por isso só acordam para a defesa do «direito à vida» quando se discute a legalização e despenalização da IVG.

Finalmente, reafirmando que considera que a interrupção voluntária da gravidez deve ser sempre encarada como um último recurso e que a perspectiva de futuro que deve ser colocada é a da sua significativa redução por efeito conjugado da melhoria das condições de vida, da educação sexual e da generalização do planeamento familiar, o PCP manifesta a sua confiança de que, desta vez, seja possível que uma maioria de deputados se honre com a adopção de uma solução legislativa indiscutivelmente necessária para enfrentar um grave problema de saúde pública, fazer terminar uma injusta penalização e criminalização da mulher e proteger o valor de uma maternidade consciente e responsável.

PCP

Sodia Governo recusa informação

Depois de várias reuniões com o ministro da Economia e a Administração da empresa, os trabalhadores da SODIA estão convencidos que o acordo entre o Governo e a Renault francesa teve como objectivo principal desresponsabilizar esta multinacional e deixá-la «de mãos limpas» quanto ao futuro da fábrica do Vale da Rosa.

A célula do PCP na empresa, a quem cabe a denúncia, considera que após 17 meses de gestão, através do IPE, e perto do final do contrato de montagem de automóveis com a Renault, o governo não mostra «vontade política para assegurar uma alternativa credível» para a empresa.

Os trabalhadores continuam sem ter qualquer informação que «permita antever uma solução definitiva que salve os cerca de 600 postos de trabalho e a capacidade produtiva da fábrica de Setúbal», dizem, sublinhando o alto nível de qualidade desta fábrica, «imprescindível para o desenvolvimento económico do concelho, da região e do país».

É tempo de o Governo informar se «existem construtores interessados na compra da unidade fabril ou no estabelecimento de acordos de montagem», e se estão garantidos os postos de trabalho dos que nela laboram, defendem, por fim os comunistas, apelando à luta contra a ameaça de despedimentos e de encerramento da unidade fabril.

Sesimbra PS e PSD «ignoram» resultado eleitoral

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP considera que a política do Governo Socialista continua a penalizar as classes mais desfavorecidas e em particular os trabalhadores. E, referindo os significativos aumentos de preços já anunciados - electricidade, transportes, telefones, portagens e gás -, afirma que eles irão representar acréscimos das dificuldades para a maioria das famílias nos próximos anos.

Na reunião que fez a Concelhia do PCP debruçou-se também sobre os resultados das eleições autárquicas e a perda pela CDU dos órgãos autárquicos do concelho. Entretanto, sem prejuízo de um maior aprofundamento das causas do desaire eleitoral, adianta alguns dos seus «aspectos mais significativos»:

O descontentamento da população com atrasos e insuficiências do trabalho autárquico e a dificuldade em fazer passar a mensagem da CDU, o aumento da abstenção, os poderosos meios de que o PS e o PSD dispuseram e a utilização de órgãos de comunicação social para denegrir a imagem do trabalho da CDU são alguns desses aspectos.

Os eleitos da PCP e da CDU «não alinham em negociatas e honram os seus mandatos» diz ainda o PCP, denunciando o facto de o PS e o PSD terem impedido que os executivos das juntas reflectissem os resultados eleitorais, numa «postura» reveladora da diferença que existe entre o discurso e a prática destes partidos.

Vila Nova de Gaia CDU mantém intervenção

Em Vila Nova de Gaia, os resultados eleitorais revelam «a insatisfação e o descontentamento dos gaienses em relação à gestão autárquica do PS», traduzidas pela maioria absoluta obtida pelo PSD.

A opinião pertence à Concelhia de Gaia do PCP que atribui estes resultados e a não eleição de um vereador da CDU à «utilização de grandes meios publicitários e de comunicação por parte do PS e do PSD», considerando que, com isso, foi a população que saiu prejudicada.

Apesar dos resultados «insatisfatórios», os comunistas sublinham o facto de a CDU continuar a ser uma força com grande peso no concelho, quer pelo número de eleitos, quer pelo número de votos e pela representação que tem ao nível dos vários executivos de Juntas de Freguesia de composição pluralista e democrática.

Daí que a CDU vá manter «a sua intervenção e empenho na defesa dos interesses, direitos e aspirações da população», assim como no debate de ideias e no contributo de alternativas para a resolução dos problemas de Vila Nova de Gaia.

A falta de habitação social condigna, a crescente insegurança, as péssimas acessibilidades, a conclusão da rede viária, a baixa taxa de cobertura de saneamento básico, a degradação das orlas marítima e fluvial, a recuperação do centro histórico, são alguns dos problemas por que os eleitos da CDU se irão bater.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Octávio Teixeira acusa Governo incapaz de promover justiça fiscal

O líder parlamentar do PCP acusou o Governo de continuar a protelar a prometida reforma fiscal visando uma maior eficácia e equidade do sistema. Foi no debate de urgência promovido na passada semana pelo PSD destinado a apreciar as últimas medidas no domínio fiscal anunciadas pelo ministro das Finanças.

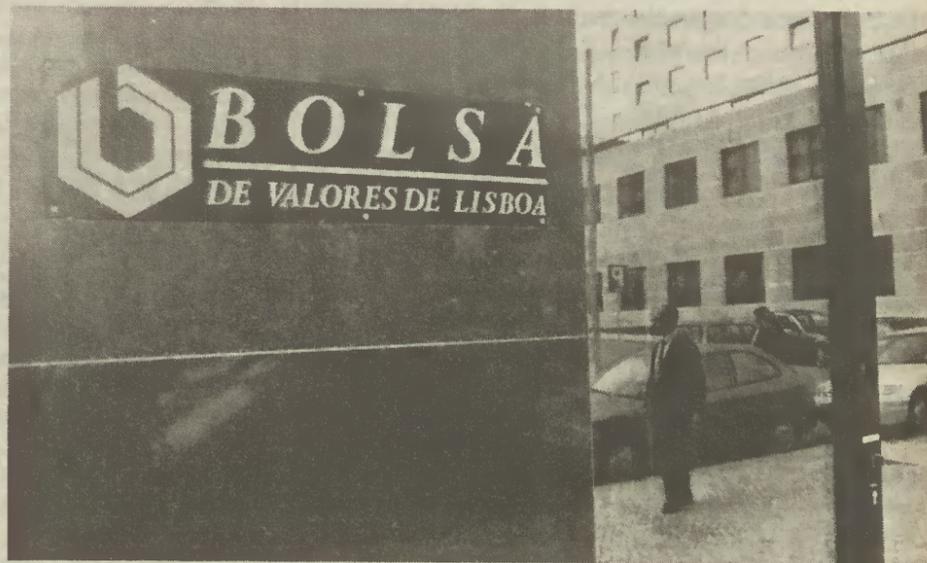
Mais de dois anos após a sua tomada de posse, continua a não haver nenhuma explicação convincente para a ausência de medidas capazes de inverter o quadro de profunda injustiça fiscal que remonta ao consulado cavaquista, defende Octávio Teixeira, para quem não restam dúvidas de que neste capítulo o Governo «já perdeu tempo de mais».

Questão diversa colocou a bancada do PSD com o essencial das críticas dirigidas para o que Manuela Ferreira Leite considerou ser a ausência de coerência em todas as medidas já adoptadas pelo Governo. Neste quadro «contraditório» da política fiscal, sublinhou, o traço comum prende-se com a necessidade de «aumentar receitas a todo o custo» e «quando o objectivo é exclusivamente este não há reforma fiscal que resista».

A deputada do PSD sustentou ainda a tese de que os portugueses «já estão a sentir um aumento dos impostos» e que terão ainda mais esse sentimento «quando tiverem de pagar a colecta mínima do IRC».

No decorrer do debate Octávio Teixeira teve de avivar a memória à bancada laranja, lembrando-lhe nomeadamente o que os seus próprios governos fizeram neste capítulo, com realce

para o agravamento das injustiças do sistema fiscal, para a proliferação dos benefícios fiscais, e para a acentuada degradação a que conduziu a administração fiscal.



Os benefícios fiscais concedidos pelo Governo do PS às operações e rendimentos financeiros continuam a ser uma pesada factura paga sobretudo pelos trabalhadores por conta de outrem

Arrumada que foi esta questão amnésica da direita parlamentar, para o presidente da formação comunista tratava-se de seguida de fazer a demonstração do quanto poderia ter sido feito e não foi - no sentido de introduzir mais eficácia e equidade no sistema fiscal.

Neste domínio, entre os muitos exemplos por si elencados, destaque para a manutenção do

peso excessivo da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, bem como para os benefícios fiscais que continuaram a ser concedidos às operações e rendimentos financeiros. Mas recordadas foram também as taxas liberatórias para beneficiarem os rendimentos de capital em detrimento dos rendimentos do trabalho, enquanto, noutro plano, tudo se mantinha inalterado no domínio da moralização fiscal, com os rendimentos médios declarados de

ou de ausência de «vontade política de promover uma profunda reforma do sistema».

Embora o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais tenha assegurado que o Governo «não desistiu de fazer a reforma fiscal», negando-se igualmente a admitir que «apenas se limite a tomar medidas avulsas», essa não é de todo a opinião de Octávio Teixeira. Não passam de «medidas pontuais e desgarradas», adoptadas num quadro de «indefinições, contradições e

profissionais liberais a situarem-se em valores irrisórios e mais de 80 mil empresas a declararem inverosímeis prejuízos fiscais de centenas de milhões de contos.

Foi para a falta de medidas claras e concretas em qualquer destes domínios que Octávio Teixeira chamou a atenção, concluindo que tamanha passividade só pode resultar de «receio»

cedências aos lobbies», acusou o líder parlamentar comunista, dando como exemplos recentes dessa realidade, por um lado, a redução em dois pontos percentuais da taxa de IRC - quando a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho em sede de IRS mantém-se inalterada -, e, por outro lado, o perdão fiscal às dívidas de valor inferior a cem contos.

Direitos da Criança

O Parlamento apreciou, para efeito de ratificação, uma proposta de resolução que subscreve uma alteração à Convenção dos Direitos da Criança. Aprovada pelas Nações Unidas em assembleia geral realizada em 1995, esta alteração consiste no alargamento da composição do Comité dos Direitos da Criança, de dez para dezoito peritos de reconhecida autoridade moral e competência.

Pronunciando-se em nome da bancada do PCP, Luísa Mesquita lembrou as especiais responsabilidades que incumbem ao Estado português pela efectivação do conteúdo da Convenção, uma vez que, frisou, foi um dos primeiros países a subscreverem este importante instrumento de defesa dos direitos das crianças.

Nessa medida, sustentou, importa dar uma «efectiva concretização» aos princípios enunciados, relativamente aos quais o nosso país assumiu compromissos, por forma a alterar assim a «realidade que preenche o quotidiano de muitas crianças e jovens».

Numa crítica implícita ao facto de os debates sobre este tipo de propostas de resolução pouco irem além do cumpri-

mento de uma formalidade, Luísa Mesquita, num convite à reflexão da Câmara, formulou ainda o desejo de que o momento sirva para «activar a nossa memória colectiva que nos vincula aos princípios subscritores» e, nessa medida, funcionar como catalisador de acções «contra todas as formas de opressão e humilhação de uma organização social iníqua que vitima, entre outros, também crianças e jovens».

É que, enfatizou, «enquanto persistirem injustiças sociais como o trabalho infantil, enquanto o abandono e o insucesso escolar preencherem o presente de muitas crianças, enquanto a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à saúde se quedarão só pelos

textos legislativos ou convenções internacionais», então, concluiu, «não podemos desobrigar-nos de aprovar o alargamento não só do Comité dos Direitos da Criança mas também o aumento de medidas indispensáveis que efectuem a construção de uma outra sociedade que paritariamente e cumulativamente aposte na descoberta e no registo dos saberes e se empenhe na erradicação de todas as expressões de injustiça social».



Regimes de recrutamento e horário da Função Pública

Aprovada proposta do PCP que garante mais estabilidade de emprego

A Assembleia da República aprovou na semana transacta, em votação global, uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de duração e horário de trabalho na Administração Pública. O pedido de autorização legislativa foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV e as abstenções do PSD e do PP. Viabilizada foi igualmente, com a mesma votação, uma autorização para o Governo legislar sobre o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da administração pública.

“Um passo significativo para o edifício do estatuto do pessoal da Administração Pública”, assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP, pela voz de Rodeia Machado, os diplomas agora aprovados, sem no entanto deixar de chamar a atenção para a necessidade de introduzir algumas alterações tendentes a melhorar os seus con-

teúdos, quer, ulteriormente, para a sua correcta aplicação.

No que se refere concretamente ao regime geral de recrutamento e selecção de pessoal, uma antiga reivindicação dos sindicatos da Função Pública, o destaque vai para a melhoria do texto conseguida no próprio debate em resultado da insistência da bancada comunista.



A luta obrigou o Governo a sentar-se à mesa das negociações e a discutir matérias que de há muito constituíam uma reivindicação dos trabalhadores e das suas estruturas representativas

Trata-se do artigo 7º relativo aos tipos de concurso, em relação ao qual, na sua alínea 1) referente ao concurso interno, foi alargada por proposta do PCP a possibilidade de os candidatos serem não apenas o funcionários, como propunha o Governo na versão inicial, mas também os trabalhadores que a qualquer título exerçam funções correspondentes a responsabilidades permanentes há mais de um ano nos serviços e organismos da administração pública.

Numa breve declaração prestada ao “Avante!”, Paulo Trindade, da Federação dos Sindicatos

da Função Pública, realçou a importância da alteração agora aprovada, interpretando-a como “mais uma porta aberta para garantir a estabilidade de emprego de muitos trabalhadores precários da administração pública”.

Quanto ao regime de duração e horário de trabalho, sublinhada por Rodeia Machado foi a discordância da sua bancada quanto a qualquer redução do horário de trabalho feita à custa de uma diminuição do salário. Existem dois princípios fundamentais, aliás, do seu ponto de vista, que têm forçosamente de ser respeitados. Por um lado,

enunciou, reduzir o tempo de trabalho sem reduzir o salário. Por outro, melhorar a organização da Administração Pública por forma a eliminar o emprego precário.

Criticada por Rodeia Machado por considerar que se trata de uma solução negativa, ainda neste capítulo, foi a não aceitação pelo Governo do princípio do suplemento de trabalho nocturno, realçando a este respeito a necessidade de o mesmo ser consagrado face à perigosidade e penosidade a que estão sujeitas várias carreiras profissionais em que é inevitável o recurso ao trabalho nocturno.

Língua gestual

Remover obstáculos à integração dos surdos

Agendado para a sessão plenária de ontem estava um projecto de lei do PCP no qual se definem as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de língua gestual. Trata-se de um diploma que no fundamental concretiza as funções do intérprete e as condições para o seu adequado desempenho, especificando um conjunto de aspectos associados à sua formação e suas obrigações.

Com esta iniciativa, que vem preencher o vazio actualmente existente nesta matéria, pretendem os seus autores dar um contributo no sentido de remover os numerosos obstáculos que continuam a dificultar a integração dos surdos e que se constituem como factor de permanente marginalização na sociedade.

No seu articulado, o diploma comunista estabelece concretamente quais os planos em que se desenvolve a responsabilização do Estado neste domínio, assegurando simultaneamente os mecanismos de participação da comunidade surda e das suas associações representativas.

Na base da elaboração do diploma está o entendimento dos deputados comunistas de que a comunicação plena é um dos factores decisivos para a real integração dos surdos, indispensável à sua formação escolar, profissional e cultural, relevando neste contexto a dignificação da língua gestual portuguesa, enquanto instrumento que assume uma importância decisiva na comunicação.

Nesse sentido, como se pode ler na nota preambular do diploma, uma correcta utilização e interpretação da língua gestual carece de “profissionais qualificados e devidamente formados para assegurar a comunicação entre surdos e ouvintes”.

Ora é precisamente neste domínio que ganham importância as disposições consagradas no projecto de lei, nomeadamente com o estabelecimento do quadro legal em que se deve desenvolver a actividade do intérprete e sua regulamentação, pondo assim termo ao vazio existente que, como é observado, tem condicionado a actividade dos intérpretes, “retirando-lhe a segurança e a dignidade necessárias para o correcto exercício da profissão”.

Dívidas aos Bombeiros



As dívidas do Ministério da Saúde às corporações de Bombeiros

pelo serviço por estas prestado no transporte de doentes em ambulâncias voltaram a ser tema em foco no Parlamento.

Tratava-se de saber - e foi esta a questão suscitada pelo deputado comunista Rodeia Machado na sessão de perguntas ao Governo da semana finda - quando é que o Ministério de Maria de Belém pensa regularizar as contas e iniciar um novo relacionamento que permita garantir o pagamento daquele importante serviço a tempo e horas.

Para se ter uma ideia do papel desempenhado pelos corpos de Bombeiros nesta esfera da saúde pública basta referir, como assinalou Rodeia Machado, que anualmente o número de casos de transporte de doentes em ambulâncias e acções de socorro ultrapassa já os dois milhões.

Não faz por conseguinte qualquer sentido, como foi dito, que sendo o Ministério da Saúde o principal interessado num serviço de qualidade, não só não pague atempadamente aos Bombeiros, como chegue ao cúmulo de propor um protocolo impondo às associações humanitárias o pagamento dos juros como condição para receberem o dinheiro a que têm direito.

Na resposta à interpeção, sem adiantar medidas concretas, o representante do Governo limitou-se a reconhecer a existência do problema, afirmando a disponibilidade para tentar encontrar uma solução equilibrada que não prejudique os Bombeiros.

Informação sobre a deficiência



O Censo a realizar em 2001 constitui uma oportunidade única para

proceder ao primeiro levantamento sério de informação estatística sobre a realidade da deficiência no nosso país. A opinião é das associações de deficientes e tem sido por estas defendida publicamente em várias ocasiões por considerarem que só um conhecimento preciso da realidade pode permitir uma adequada política de reabilitação.

Nesse sentido, importa acautelar que o inquérito sobre esta matéria, integrado no Censo, seja antecedido de uma ampla campanha de esclarecimento e sensibilização que permita vencer as barreiras que nesta questão se colocam. Para este mesmo aspecto chamou a atenção o deputado comunista Bernardino Soares, em requerimento dirigido ao Governo, no qual solicita esclarecimentos sobre as medidas por este tomadas para a inclusão das matérias da deficiência no Censo-2001, bem como sobre as que pensa adoptar com vista a promover uma campanha de informação e sensibilização para o inquérito nesta matéria.

Áreas circundantes à Ponte Vasco da Gama Restituir autonomia às Câmaras Municipais

Revogar a lei que impõe sérias limitações no domínio da administração urbanística às Câmaras Municipais da margem Sul situadas na área envolvente da nova ponte sobre o Tejo, eis, em síntese, o principal objectivo de um projecto de lei do PCP, hoje em debate no Parlamento.

Na base desta iniciativa está a consideração por parte do Grupo comunista de que não existem na situação presente motivos sérios que justifiquem o regime excepcional criado em 1993 (Decreto nº 9/93) para fazer face à especulação imobiliária e proteger nomeadamente da pressão urbanística os concelhos do Montijo e Alcochete.

Ao terem de sujeitar à prévia autorização da Administração Central (por via da Comissão Coordenadora Regional) um conjunto importante dos seus actos e actividades, as Câmaras Municipais abrangidas continuam a estar sujeitas, com efeito, a um regime discriminatório em relação às suas congéneres, vendendo-se gravemente limitadas no exercício das suas competências.

Acresce o facto, na perspectiva dos deputados comunistas, de com este regime estar a ocorrer uma centralização de poderes destituída de qualquer sentido que, inevitavelmente, introduz factores de morosidade nas decisões que se traduzem em consequências negativas para as populações.

Para a bancada do PCP, em conclusão, trata-se por conseguinte de revogar um regime que hoje perdeu a sua razão de ser, uma vez que, observam, a rede principal, os acessos e zonas de protecção à Ponte Vasco da Gama estão definidos e delimitados, do mesmo modo que estão aprovados os Planos Directores Municipais e respectivos parâmetros.



Privatizações da TAP — que fazer?

■ Luísa Ramos

Nos momentos complicados e complexos que atravessamos dou comigo a procurar documentos, textos, depoimentos que me ajudem a encontrar referências que permitam o estudo e a reflexão como forma de dar o meu contributo para o trabalho colectivo.

Vem isto a propósito da anunciada e conhecida (e já velha) intenção de privatizar a TAP.

De facto, o processo e o caminho da privatização começaram em 1991 com a alteração do estatuto jurídico da TAP, EP para TAP, SA, cujo articulado legislativo apontava no sentido da alienação de capital ao sector privado até 49%.

De então para cá, as lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e por melhores condições de trabalho foram decisivas para contrariar as vontades dos sucessivos governos. Para isso muito contribuiu a determinação dos representantes eleitos pelos trabalhadores, nomeadamente a CT e o SITAVA, sendo igualmente determinantes as opiniões, os comunicados da célula do PCP, resultante da ligação aos trabalhadores e das discussões e decisões colectivas dos militantes.

Numa pesquisa recente, encontrei um comunicado da célula de 20/11/90 com o título «Governo faz contas à TAP e decide vendê-la — quiçá aos estrangeiros». A actualidade e a validade deste documento foram decisivas para escrever estas linhas.

De 1990 para cá muita coisa se passou na TAP, no País, no Mundo. Muitos trabalhadores foram empurrados para fora da Empresa. Dos que ficaram e que eram contra a privatização, alguns poderão ter mudado de opinião, sobretudo devido à intensa campanha ideológica dos «oásis» das privadas ou da sua inevitabilidade, com os argumentos de sempre.

Sabemos que nas épocas de resistência às ofensivas do grande capital é pouco favorável a obtenção de vitórias imediatas, o que dificulta a mobilização dos trabalhadores, mas é seguramente na luta que soubermos travar que forjaremos as conquistas do futuro. No presente, saber resistir é dar passos em frente.

1998 volta a ser (continua a ser) um ano em que, desta vez pela mão do PS, as ameaças que pairam sobre a TAP comprometerão o seu futuro e o de quem lá trabalha.

Sem alarmismos, mas com consciência, todos temos a noção de que as acções de privatização de outras companhias de aviação (e não só) têm provocado redução dos postos de trabalho, dos salários e o abaixamento das condições de vida.

Todos os trabalhadores da TAP devem ter a consciência de que este é mais um momento decisivo para as suas vidas (e da TAP), ao qual não podem ficar indiferentes. É indispensável que todos tenhamos a noção do que significam as opções políticas que o Governo pretende levar a cabo. É que hoje o Governo do PS quer concretizar o que no citado comunicado da célula do Partido se levantava como provável, ou seja, o Governo, os seus

«homens-de-mão» colocados no Conselho de Administração e os seus aliados da UGT, aceitam que, no seu modelo de privatização, o grupo Swissair entre com o mínimo de 10% no capital da TAP, SA. Para além de entregar sectores importantes da Empresa.

No actual contexto da desregulamentação/liberalização do transporte aéreo da responsabilidade da Comissão Europeia e dos governos, tenho a opinião de que a

No actual contexto da desregulamentação-liberalização do transporte aéreo da responsabilidade da Comissão Europeia e dos governos, tenho a opinião de que a TAP necessita de acordos comerciais com outras companhias, mas o que se perspectiva com esta aliança com a Swissair será a diminuição da actual dimensão da TAP.

TAP necessita de acordos comerciais com outras companhias, mas o que se perspectiva com esta aliança com a Swissair será a diminuição da actual dimensão da TAP.

De novo o papel dos comunistas continua a ser decisivo para resistir a mais esta ofensiva.

Na ligação efectiva e afectiva com os trabalhadores, será possível intervir na salvaguarda dos interesses e direitos que ao longo de várias décadas de luta tanto nos custaram a conquistar.

Os trabalhadores da TAP não compreenderiam, mesmo os que têm opiniões diferentes das nossas, que os comunistas e em particular os que fazem parte dos órgãos representativos por eles eleitos não trouxessem para o imediato esta prioridade na acção.

Que fazer, então?

Tenho a opinião que é fundamental criar dinâmicas organizativas que estimulem a discussão e o envolvimento dos militantes na preparação de iniciativas que tenham como principal objectivo a continuação da luta.

Bancários insistem pela portaria de extensão no BCP/BPA

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas reafirmou a sua exigência de que o Ministério do Trabalho publique uma portaria de extensão do acordo colectivo dos bancários ao grupo BCP/BPA, dirigido por Jorge Jardim Gonçalves.

Delmiró Carreira, presidente do SBSI, admitiu sexta-feira à Agência Lusa que dificilmente será conseguido um acordo com o grupo BCP, que se tem recusado a aplicar o acordo que entrou em vigor em Abril de 1997.

De acordo com o sindicalista, nas reuniões de conciliação promovidas pelo Ministério do Trabalho e fechadas a 5 de Janeiro, o BCP admitiu assinar o acordo colectivo desde que nele fosse introduzido um novo regime de assistência médico-social. «O grupo BCP/BPA quer introduzir um duvidoso direito de opção para o trabalhador, mas todos sabemos que uma pessoa que anda à procura de emprego não tem qualquer hipótese de opção, facilmente aceitará o regime de assis-

tência que lhe queiram impor», disse Delmiró Carreira.

Para o dirigente do SBSI, a tentativa que o BCP está a fazer para que os seus funcionários passem a usar os serviços da MEDIS (uma seguradora do ramo vida-saúde que pertence ao mesmo grupo) é uma forma de atingir os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) do sindicato.

A direcção do SBSI considera que a MEDIS não pode ser uma alternativa aos SAMS, porque aquela não tem serviços próprios, apenas serve de intermediária financeira entre os utentes e os serviços ou profissionais de saúde.

O sindicato decidiu tratar o caso BCP/BPA nos contactos regulares que mantém com a CGTP e a UGT.

Seguros do Norte

A actuação da Associação Portuguesa de Seguradoras

nas negociações da tabela salarial para 1998 mereceu «o mais vivo repúdio» do plenário de trabalhadores de seguros, realizado dia 21 no Porto.

Numa moção ali aprovada por unanimidade e aclamação - e divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte - condena-se a associação patronal por, «em absoluto desprezo pelo esforço dos profissionais de seguros», propor «aumentos salariais inaceitáveis». No documento é salientado «o grande esforço da direcção do sindicato para conseguir a unidade das associações representativas dos trabalhadores», no processo negocial da actualização dos salários. À direcção do STSN foi expresso o apoio do plenário «em todas as medidas julgadas necessárias para a defesa consequente dos interesses dos profissionais de seguros».

Na primeira reunião com os três sindicatos do sector, a 12 de Janeiro, a APS respondeu com 1,9 por cento à proposta sindical de 4,3 por cento.

Pessoal dos Cabos Ávila alerta até nova gerência

Os trabalhadores dos Cabos Ávila mantêm-se nas instalações da fábrica, aguardando que a família detentora do capital social encontre uma solução, ainda que provisória, para uma nova gerência, sem Teresa d'Ávila.

José Brita reafirmou ao «Avante!» que a retoma da laboração, a manutenção dos postos de trabalho e a regularização dos pagamentos aos trabalhadores continuam a ser os objectivos da luta travada desde há cerca de

dois meses. O dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas revelou que a fábrica foi visitada, segunda-feira e anteontem, por fiscais da Repartição de Finanças da Amadora, que procederam à inventariação de equipamentos, produção e matérias-primas, no quadro de um processo de penhora que ali corre os seus trâmites.

Na passada quinta-feira, o Governo disse aos representantes dos trabalhadores que vai intervir junto dos herdeiros

da Cabos Ávila para proceder à nomeação de uma gestão provisória para a empresa. Após um plenário realizado ao princípio da manhã, os trabalhadores decidiram deslocar-se ao Ministério da Economia, dispostos a ali pernoitar em vigília, para reclamar uma posição mais activa do Governo na resolução desta crise, até porque o Estado é o maior credor da fábrica de Alfragide.

José Brita, que chefiou a delegação recebida dia 22 pelo secretário de Estado Adjunto do ministro da Economia, Vítor Ramalho, adiantou que estão a decorrer reuniões com a família Ávila, as quais têm sido acompanhadas pelo sindicato, tendo em vista a nomeação de uma administração provisória que assegure a gestão da fábrica até à realização da assembleia de credores.

Os trabalhadores da Cabos Ávila, parada desde Dezembro, esperam que, no início de Fevereiro, lhes comece a ser pago o subsídio a que têm direito depois de terem recorrido aos mecanismos da lei dos salários em atraso.



Os trabalhadores continuam firmes na defesa dos seus direitos

TRABALHADORES

CGTP contesta limite dos 2 por cento Aumentos de preços justificam luta por melhores salários

Os aumentos de preços já verificados e outros que virão a ocorrer a breve prazo tornam ainda mais premente a luta por salários que garantam o aumento do poder de compra - defende a CGTP-IN.

Em comunicado divulgado segunda-feira, a *Inter* salienta que os novos preços «têm uma forte repercussão no nível de vida da população mais desfavorecida, com baixos salários ou baixas pensões».

A central admite que, «por razões económicas, quando os aumentos de produtividade não permitem ou não são suficientes para impedir uma revisão tarifária, se proceda à actualização dos preços, desde que se ponderem factores de natureza social». Mas, verificando que «muitas vezes, esses aumentos excedem largamente o limite que o Governo estabeleceu para a inflação» (2 por cento), a CGTP exprime o seu protesto pelo diferente rigor usado no tratamento da «inflação esperada»: «Não é aceitável que tal limite seja utilizado quando se trata de actualizar os salários (como aconteceu recentemente na Função Pública), mas já seja ultra-

passado quando se trata de preços».

Na nota de imprensa são apontados os casos da água (com aumentos de 3 a 5 por cento, ainda que a CGTP considere «justa a preocupação social de não aumentar o primeiro escalão de consumo») e dos transportes (bilhetes de bordo da Carris e dos STCP, bilhete simples do Metro, bilhete suburbano da CP, barcos do Barreiro).

A electricidade, protesta a CGTP, apenas baixou para 500 mil grandes clientes da EDP, quando há condições económicas para «uma baixa generalizada dos preços da energia».

«Quer pela natureza dos aumentos, quer pela divulgação enganosa dos mesmos junto da opinião pública», a central destaca as tarifas dos telefones, considerando que «o exemplo da Portugal Telecom é ilustrativo de uma situação de desinformação pública por detrás de uma intensa propaganda da

empresa sobre as decisões tomadas». «Não está em causa negar aspectos positivos, como a reestruturação geográfica, mas salientar que os consumidores têm direito a conhecer as várias implicações de tais decisões, particularmente quando estas se traduzem em aumentos significativos» - precisa-se na nota.

Reclamando «uma informação de rigor que permita ao público conhecer os aumentos reais», a CGTP denuncia: «O que acontece com frequência é que apenas se divulgam médias de aumentos que escondem diferenciações profundas de actualizações, ou uma excessiva segmentação dos preços, que aliada à falta de informação prestada, torna na prática impossível ao trabalhador ou ao cidadão comum conhecer os aumentos dos preços efectuados».

Salário mínimo continua insuficiente

O valor de 58 900 escudos, aprovado pelo Governo na semana passada, para o salário mínimo em 1998 «é claramente insuficiente», comentou José Ernesto Cartaxo, numa primeira reacção pública da direcção da CGTP. O sindicalista manifestou «espanto» face aos números anunciados, «na medida em que um Governo que se diz com preocupações sociais não procede a um aumento acentuado dos salários mínimos, que são os mais baixos da Europa», explicou à Agência Lusa.

Para José Ernesto Cartaxo, «num quadro económico de crescimento, o Governo deveria necessariamente inverter a distribuição do rendimento nacional em favor do rendimento do trabalho».

O Conselho de Ministros aumentou o salário mínimo nacional do regime geral em 3,9 por cento (era de 56 700 escudos). O mínimo do serviço doméstico passa de 51 450 para 54 100 escudos. Os novos valores têm efeitos retroactivos a 1 de Janeiro.

Corticeiros de Faro em greve hoje

Entram hoje em greve os trabalhadores da corticeira Torres Pinto, de Faro, em protesto contra o não pagamento dos salários de Dezembro. Esta forma de luta poderá repetir-se nos dias 3 e 4 de Fevereiro.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul admitiu, em declarações à Lusa, que o segundo período de greve poderá não se concretizar, se os salários forem entretanto pagos, mas garantiu não estar em causa a paralisação de hoje.

Objecto de um plano de recuperação que data de finais de 1989, ao abrigo de legislação em vigor desde o ano anterior, a empresa investiu na compra de

meios de produção, «mas a má gestão levou-a à ruína e à falta de meios para pagamento aos credores de matéria-prima», disse Luís Guerreiro, notando que «a empresa é rica no que respeita à capacidade de produção, mas faltam encomendas e está a perder credibilidade junto dos fornecedores de cortiça do Algarve e Alentejo».

O presidente do STICS acusou ainda o administrador da empresa, José Francisco, de não ter comparecido a uma assembleia de credores convocada para o passado dia 21 de Janeiro, «o que é de estranhar, pois ele assume-se como o principal credor da empresa, já que tem outras empresas do sector».

A assembleia acabou por ser adiada para 23 de Fevereiro, tendo os credores ameaçado que, caso o problema não se resolva então, tomarão «medidas drásticas» contra a corticeira.

«José Francisco anda a fugir aos trabalhadores e não comparece nas instalações fabris há quinze dias», denunciou o dirigente sindical, o que foi confirmado à agência por fonte da empresa.

Segundo Luís Guerreiro, a situação de salários em atraso está a provocar situações preocupantes entre os trabalhadores da empresa, já que há famílias inteiras que dependem exclusivamente dos salários que auferem na corticeira.

Detectados em 1997 mais casos de trabalho infantil

A Inspeção-Geral do Trabalho detectou no ano passado 167 menores a trabalhar ilegalmente, 71 deles com menos de 15 anos, o que representa um acréscimo acentuado relativamente a anos anteriores.

Uma síntese do trabalho efectuado pela IGT nesta área durante 1997, divulgada na semana passada pela Lusa, indica que o acréscimo relativo de menores a trabalhar ilegalmente deve-se ao facto da idade mínima permitida ter passado dos 15 para os 16 anos. Em 1996 - quando o limite se mantinha nos 15 anos - tinham sido detectadas 121 crianças nestas circunstâncias.

A 125 empresas foram instaurados autos de notícia por violação da lei; destas, as que cometeram mais infracções situam-se na zona Norte do País e dedicam-se sobretudo à construção civil ou às indústrias do calçado e vestuário.

À cabeça da lista de infractores, por zona geográfica, aparece o Porto (40 empresas infractoras), seguindo-se Guimarães (30), Braga (17), São João da Madeira (6), Lamego, Aveiro e Faro (com 5), Bragança (4), Castelo Branco (3), Barreiro (2), Portalegre (2), Setúbal, Viseu, Leiria, Covilhã e Almada (com uma empresa infractora).

Algumas empresas foram autuadas mais do que uma vez durante o ano, como foi o caso da «Margarida do Carmo Pacheco Alves Ferreira» (Porto), condenada com sanção acessória 11 vezes e com dois processos ainda a decorrer.

Apesar das indústrias do calçado e vestuário serem as mais prevaricadoras, também foram encontradas crianças a trabalhar na indústria hoteleira, panificação, cerâmica, agricultura, estações de serviço, carpintaria, madeiras, indústria alimentar, transportes, fabricação de material eléctrico e metalurgia.

Repressão

Os trabalhadores da fábrica de calçado «Rohde», em Santa Maria da Feira, exigiram à administração da empresa a anulação do despedimento de uma operária e a sua readmissão. Um plenário realizado na semana passada e que, segundo uma fonte sindical citada pela Lusa, contou com a participação de cerca de mil dos 2500 trabalhadores da empresa, aprovou uma moção considerando que o despedimento de Emília Rocha «foi feito à pressa» e responsabilizando a administração por «não se ter preocupado em reunir-se com a comissão sindical». Exige-se também o arquivamento dos processos disciplinares abertos pela empresa contra cinco operários, alegadamente resultantes da sua participação nas greves realizadas em Novembro e Dezembro.

Negociação

A Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros e o Ministério da Saúde retomaram as conversações sobre as reivindicações apresentadas pelos sindicatos em Junho e a que o Governo respondeu, pela primeira vez, no dia 21 de Janeiro. Esta contraproposta, no entanto, não satisfaz os representantes da classe; uma «aproximação negocial» verificou-se apenas na sexta-feira, 23, numa reunião entre a CNESE e o Departamento de Recursos Humanos do Ministério, levando a que os sindicatos suspendessem a greve convocada para hoje e amanhã. O DRH comprometeu-se a apresentar segunda contraproposta, para discussão em nova reunião, terça-feira à tarde.

Renovação

Os representantes dos trabalhadores da EMEF exigem uma nova política de recursos humanos, melhores salários, a redução do horário de trabalho e um novo regulamento de carreiras. Reunidos em plenário, no dia 21, os dirigentes e delegados sindicais e membros da comissão de trabalhadores da EMEF (empresa do grupo CP responsável pela manutenção de material circulante) aprovaram uma resolução em que reivindicam a negociação de um acordo de empresa que garanta aos trabalhadores a manutenção dos direitos que tinham na CP. O documento reafirma a reivindicação da FSTFP/CGTP de um aumento salarial mínimo de 7500 escudos por trabalhador e uma redução gradual do horário de trabalho até às 35 horas semanais. A reabertura das negociações do regulamento de carreiras e acções de formação profissional são outras das exigências do pessoal da EMEF.

Função Pública do Sul contesta «logro»

Os dirigentes, centrais e distritais, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, reunidos segunda-feira no Entroncamento, concluíram que «os trabalhadores devem continuar a exigir uma reestruturação do sistema de carreiras profissionais, já que a proposta de revalorização acordada com a Fesap e Quadros Técnicos é um verdadeiro logro e não atinge, minimamente, o objectivo do acordo de 1996, celebrado entre o Governo e a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública». Uma nota divulgada no final da reunião apela ao encaminhamento da insatisfação e do protesto para a AR e o Governo, denuncia o aumento dos contratos individuais de trabalho e admite o desencadeamento de processos de luta se não forem satisfeitas reivindicações sectoriais apresentadas a vários ministérios.

STAL decide campanha

O plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais do STAL decidiu, na sexta-feira, promover em Fevereiro uma «campanha de esclarecimento e denúncia da discriminação governamental contra os trabalhadores da Administração Local». O mês de Março foi apontado como «o momento de luta em defesa de melhores salários, carreiras dignas, revalorizadas e reestruturadas». O plenário fez um balanço do processo negocial de 1996, com fortes críticas ao comportamento do Governo, e condenou a «negociata entre o Governo/PS, a Fesap/STE-UGT» no processo de 1998.

Na terça-feira, primeiro de dois dias de greve convocados nos SMAS de Sintra, o sector auxiliar paralisou totalmente, o que foi considerado pela direcção regional de Lisboa do STAL como «clara e inequívoca demonstração de unidade e determinação». Ontem paralisava o pessoal operário, esperando o sindicato que a forte adesão se voltasse a repetir.

Situação dos EFFAs em debate amanhã

«Anunciam-se medidas que, a serem postas em prática, conduzirão a uma profunda alteração ou mesmo inversão do actual estatuto dos EFFAs e indústria de Defesa», alerta o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, que amanhã leva a cabo, no Hotel Altis, em Lisboa, um encontro-debate sobre a actual situação no sector.

Aquelas medidas, afirma-se no documento-base da iniciativa, que é citado numa nota divulgada anteafronte à comunicação social, «levantam legítimas preocupações nos trabalhadores e não podem deixar de suscitar interrogações pertinentes entre todos os que prezam os interesses do País».

O sindicato adianta uma série de questões: «Ganharão os portugueses e Portugal alguma coisa com semelhantes modificações? Serão estas, de facto, necessárias, ou representam apenas uma fuga para a frente, uma forma de evitar assumir responsabilidades pela ausência de estratégia e objectivos claros? Que reflexos teriam aquelas medidas em termos de política de segurança e de defesa? Ganhará a economia do País? Que reper-

cussões se verificariam no volume e qualidade de emprego? Estarão realmente esgotadas as potencialidades dos EFFAs e ID? Fará sentido desperdiçar a valiosa mão-de-obra especializada e altamente qualificada que existe neste sector? Será sensato aniquilar um instrumento que actualmente depende dos três ramos das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, e deixando depois esta área dependente das contingências do mercado privado nacional ou mesmo estrangeiro?»

O STEFFAs entende que, «para perguntas como estas, é necessário encontrar respostas claras, antes de despoletar um processo de modificações que pode redundar numa aventura com final infeliz para o País, para os Estabelecimentos Fabris e Indústria de Defesa e para todos os que trabalham neste sector».

No encontro deverão participar «dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, quadros com diferentes níveis de responsabilidade de direcção nas empresas, militares no activo e na reserva, representantes de grupos parlamentares e outras entidades interessadas no tema», informa o sindicato.

Segurança rodoviária é pretexto para instabilidade

«A pretexto da segurança rodoviária, o Governo lança a instabilidade junto dos trabalhadores rodoviários», protesta a federação sindical do sector, numa nota sobre as consequências da entrada em vigor, no início deste ano, do DL 336/97.

Este diploma, publicado a 2 de Dezembro, veio estabelecer que a renovação das cartas de condução para veículos pesados de passageiros e de transporte de mercadorias perigosas fica dependente de aprovação do motorista em exame psicológico.

A Festru/CGTP, que admite a avaliação psicológica para a obtenção da carta de condução

naquelas categorias, classifica tal medida como «desproporcionada, tendo em conta os vários factores que condicionam a segurança rodoviária». «Com efeito, enquanto continua a omitir um conjunto de medidas que poderiam contribuir, em termos mais decisivos, para a segurança rodoviária, o Governo não hesita em criar maiores dificuldades a milhares de trabalhadores, podendo mesmo pôr em causa os seus postos de trabalho», comenta-se na nota da Comissão Executiva da federação.

Referindo que «as primeiras experiências de aplicação desta lei justificam as maiores apreensões por parte dos trabalhadores, na medida em que apontam para uma utilização abusiva deste novo mecanismo», a Festru informa que «nunca foi ouvida» pelo Governo sobre a matéria e que está a procurar, junto dos Ministérios dos Transportes e da Administração Interna, que sejam introduzidas as correcções que se impõem. Caso estas diligências se revelem infrutíferas, «os trabalhadores ver-se-ão obrigados a recorrer aos meios que se mostrarem adequados».



«Gravíssima» situação na embaixada em Sófia

O Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro vai denunciar amanhã, em conferência de imprensa, a «gravíssima situação em que se encontra a embaixada de Portugal em Sófia, decorrente de um conjunto de acontecimentos inteiramente anómalos que, desde há vários meses, vêm caracterizando o funcionamento daquela missão diplomática».

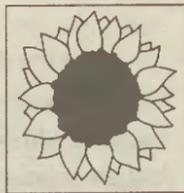
Na nota em que convoca os jornalistas - que se segue a outras diligências efectuadas pelo sindicato - são referidas «várias manobras intimidatórias e a notória perseguição, pessoal e profes-

sional, que tem vindo a ser movida aos trabalhadores portugueses ao serviço daquela embaixada, designadamente ao chanceler Said Sérgio Musagi, contrastando com o nítido protecçãoismo e favorecimento de alguns assalariados búlgaros».

O STCDE afirma que «existem fortes indícios de irregularidades e ilegalidades em vários domínios da actividade da embaixada e da secção consular, com especial destaque para o processo de concessão de vistos e a contabilidade» e recorda que «tem vindo a alertar, sistematicamente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros para toda a situação».

“Os Verdes” debatem situação ecopolítica

A análise da situação ecopolítica, no plano nacional e planetário, e a definição das linhas de intervenção prioritárias para o corrente semestre - foram os temas abordados, sábado passado, em Lisboa, pelo Conselho Nacional do Partido Ecologista “Os Verdes”.



A Conferência de Quioto assumiu particular destaque nos debates sobre a actualidade ecopolítica. “Os Verdes” sublinham como positiva a tomada de consciência dos perigos para a vida no planeta e a decisão da redução a nível global de emissões de gases de efeito estufa, “apesar dos valores estabelecidos para as reduções ficarem muito aquém” do que “a gravidade da situação exige”.

Quanto a Portugal, “Os Verdes” denunciam como particularmente grave “a posição assumida pelo governo português, anunciada como vitória, em

admitir o aumento da quota de emissão de mais 40% em relação às emissões de 1990”. Lamentam ainda a atitude governamental de, não só subtarir esta questão ao debate público, como ainda negar à Assembleia da República “o direito constitucional de ser informada e envolvida na preparação desta importante Conferência, cuja temática a todos diz respeito e, portanto, por todos deveria ser previamente discutida”.

“Os Verdes” criticam ainda a política governamental no que se refere aos resíduos industriais e à orla costeira, e referem,

nomeadamente, o incumprimento dos prazos “tanto no que diz respeito ao esclarecimento sobre o processo da incineração dos resíduos industriais nas cimenteiras, como à reexportação dos resíduos da Metalix para a Alemanha - com as consequências que daí advêm para o erário público, a saúde e o meio ambiente”.

O Conselho Nacional de “Os Verdes” manifesta ainda a sua preocupação em relação ao futuro quer dos milhares de trabalhadores actualmente envolvidos na construção da Expo’98 e da nova ponte, quer da agricultura nacional.

Entre as linhas de intervenção para o corrente semestre, “Os Verdes” traçaram como prioridade - as áreas referentes à poluição do ar e as suas relações com a energia e transportes; recursos hídricos e protecção do litoral; resíduos, nas suas diferentes classes, com particular destaque para a sua redução e, por fim, as questões relativas ao binómio saúde/ambiente.

Manifesto

Professores exigem valorização profissional

A valorização e dignificação do Estatuto Social e Profissional dos Educadores e Professores, nomeadamente pela estabilidade profissional dos docentes, a reestruturação da carreira, sua duração e respectiva grelha salarial, são exigências inseridas num Manifesto, agora divulgado pela Fenprof para recolha de assinaturas.

No Manifesto sublinha-se o crescente relevo do papel dos

educadores e professores, numa sociedade marcada, “não só pela globalização da economia, mas também pela globalização da cultura e da informação”.

Os subscritores do Manifesto afirmam o “seu empenhamento pessoal e profissional na construção de uma escola globalmente renovada e dotada de meios e capacidades de inovação. Acreditam que a

educação e o ensino têm um papel decisivo no combate e superação de todas as formas de violência e discriminação. Afirmam o seu convencimento de que a escola e os que nela trabalham têm um papel decisivo no desenvolvimento de uma sociedade mais humanizada, respeitadora dos valores e direitos humanos, historicamente construídos por sucessivas gerações”.

JCP solidária com a luta dos estudantes

“Uma vez mais estudantes de todo o país se manifestaram contra a lei das propinas”, sublinha a Direcção da Organização do Ensino Superior de Évora da JCP, em comunicado de imprensa, que refere os milhares de estudantes que “gritaram nas ruas o seu protesto contra a desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior; contra o desvirtuamento das bolsas de estudo; contra os cortes nos orçamentos das escolas e na Acção Social Escolar; contra a tentativa de expulsar milhares de estudantes do ensino superior; contra a traição do governo PS/Guterres que prometera não sobrecarregar o contri-

buto das famílias no financiamento do ensino superior”.

A JCP de Évora questiona a posição assumida pelo governo, “que está sempre a afirmar que governa em diálogo”, e que o deveria fazer “quando as opiniões são divergentes das suas”.

A concluir, o documento reafirma a total solidariedade da JCP “com a luta dos estudantes”, comprometendo-se “a lutar por todos os meios ao seu alcance pela revogação desta lei de financiamento e pela aprovação de outra, que garanta o correcto financiamento das instituições de ensino superior sem que para isso se aumentem as propinas”.



MDM desafia AR a confiar nas mulheres

O Movimento Democrático das Mulheres - MDM desafia a Assembleia da República, num momento em que se perspectiva novo debate sobre a questão do aborto, "a confiar nas mulheres". Em comunicado de imprensa, agora divulgado, o MDM sublinha que, o que está em causa neste debate "é uma legislação que garanta a quem, por força das circunstâncias, sempre penosas, tenha necessidade de recorrer à interrupção duma gravidez, tenha o direito de o fazer numa unidade hospitalar e em segurança".

Preços da água em questão

A Associação de Consumidores de Portugal (ACOP) requereu ao Procurador-Geral da República a instauração de uma acção de declaração de ilegalidade da convenção de preços da água estabelecida com a EPAL. De acordo com a instituição sediada em Coimbra, "é ilegal" a convenção de preços da água acordada entre a Direcção-Geral do Comércio e Concorrência e a EPAL.

A ilegalidade advém do facto de não terem sido chamadas a participar no processo de regulação dos preços as associações de consumidores, conforme determina o artigo 18 da Lei do Consumidor.

Nesse sentido, a ACOP requereu ao Procurador-Geral da República que instaure junto do Tribunal Administrativo a respectiva acção de declaração de ilegalidade da convenção.

A Câmara de Lisboa pediu "expressamente" para ser ouvida na elaboração do projecto de lei sobre autonomia e gestão das escolas, mas não o foi, revelou o vereador para a Educação e Juventude da Câmara de Lisboa, António Abreu.

A Câmara de Lisboa tutela 111 escolas primárias e 40 jardins de infância. António Abreu teceu algumas críticas a este projecto, considerando que o seu objectivo "parece ser o de transformar as escolas em estruturas empresariais, preparando o caminho para uma desresponsabilização do Estado em relação ao sistema".

Para o autarca, o modelo de gestão democrática que vigorava nas escolas desde 1976 "provou, revelou flexibilidade e não seria necessário substituí-lo integralmente por nova lei tão detalhada".

O vereador contesta o facto de as câmaras municipais não terem sido consultadas aquando da redacção do texto agora em discussão.

"A Câmara Municipal de Lisboa suspendeu mesmo um processo de criação de Conselhos Locais de Educação para o articular com as novas pistas de gestão" que pudessem sair do texto sobre a autonomia e gestão das escolas.

Belas-Artes em luta

Os alunos da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (FBAUP) encerraram a cadeado os portões do edifício, até 4 de Fevereiro, em protesto contra a Lei de Financiamento do Ensino Superior.

Durante o período de encerramento da escola serão realizadas várias sessões de esclarecimento sobre a contestação e sobre a falta de qualidade do ensino naquela faculdade.

"Serão denunciados os aspectos que levam os estudantes de Belas-Artes a contestar a Lei de Financiamento do Ensino Superior, como por exemplo a inexistência de professores a algumas cadeiras", referiu um dirigente estudantil.

Expo-98 Mais inscrições

Mais 10 países e organizações inscreveram-se na EXPO-98, elevando para 155 o número de participações, um recorde sem precedentes na história das Exposições Mundiais.

Os 10 novos inscritos são a República Dominicana, Honduras, Kiribati, Estados Federados da Micronésia, Samoa Ocidental, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, União Internacional para a Conservação da Natureza e União Latina.

O anterior recorde de presenças em Exposições Mundiais pertencia a Taejon, na Coreia do Sul, que em 1993 teve 117 países e organizações.

A Exposição de Sevilha, em 1992, teve um total de 113 países e organizações.

A EXPO-98, para a qual se prevê um total de 15,6 milhões de visitas, abre ao público a 22 de Maio e encerra a 30 de Setembro.

Alqueva aposta no turismo

A Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA) prepara a constituição de uma associação sem fins lucrativos para aproveitamento das potencialidades turísticas da região.

De acordo com o comunicado divulgado pela EDIA, o Centro de Inovação e Iniciativas Turísticas de Alqueva (CITALQUEVA) vai abranger os 18 concelhos da área de influência da barragem, além de Redondo e Barrancos.

Na sequência das primeiras reuniões, nas quais participou a Região de Turismo Planície Dourada, foram definidos três locais estratégicos e prioritários.

Trata-se das aldeias de água - Amieira, Alqueva, Luz, Granja e Estrela -, assim denominadas por se situarem junto ao plano de água da barragem, as urbes de Alqueva - Moura, Mourão, Portel e Reguengos de Monsaraz -, considerando que os centros urbanos podem funcionar como pólos da estratégia de desenvolvimento turístico, e as aldeias históricas do Guadiana - Monsaraz, Terena e Juromenha.

A água e o solo

Um alerta para a qualidade

A qualidade e preservação da água, como a dos solos, são questões que começam a ser afloradas, entre nós, de forma mais concreta. E face aos dados que entretanto têm vindo a ser divulgados, sobram razões de preocupação.

Um estudo recentemente divulgado pelo Ministério da Agricultura indica que dois terços do território nacional são solos de fraca qualidade e apenas oito por cento de boa qualidade (contra uma média de 14% no Sul da Europa).

Em causa estão largas extensões do Alentejo, Algarve, Leste de Trás-os-Montes e Beiras, onde a desertificação é um processo a exigir medidas urgentes e adequadas, para ser travado.

Segundo a equipa de técnicos e cientista que elaboraram este estudo e lançaram pistas para um Programa de Acção Nacional, a degradação do solo nacional deve-se a anos de práticas agrícolas erradas, nomeadamente a campanha do trigo dos anos 30, sobrepastoreio, desflorestação, certas práticas de regadio, insuficientes sistemas de esgotos, a pressão do turismo, desequilibradas concentrações populacionais ou incorrecta localização de indústrias, deficiente ordenamento do território.

Causas - que se não poderão também desligar de factores sociopolíticos e económicos - que se mantêm para já intocadas e impõem respostas urgentes.

O documento apresentado aponta algumas pistas, nomeadamente os incentivos à florestação e, sobretudo, sublinha a necessidade de participação das populações no encontrar e implementar das soluções mais adequadas às especificidades regionais.

Água duvidosa

A questão da água levantou-se também, nestes dias, com particular acuidade. O relatório de 1996 do Controlo da Qualidade das Águas de Abastecimento para o Consumo Humano, agora divulgado, veio reve-

lar que apenas 60% da população portuguesa bebe água com controlo e qualidade. Um terço do país regista um deficiente controlo da qualidade da água. Quase dois milhões de portugueses não sabem de facto o que estão a recolher quando abrem a torneira. Pelo menos 240 mil bebem água contaminada por microorganismos ou com um controlo claramente insufi-

peso da interioridade, os profundos desequilíbrios regionais.

Significativa é, igualmente, a forma como, por vezes, é encarada uma questão tão importante, nomeadamente ao nível da saúde pública. Foi há poucos dias notícia uma polémica em torno da contaminação físico-química das águas de furos e poços de Taveiro, em Coimbra, alvo de uma denúncia por parte de uma associação ambientalista, que considera tal contaminação resultante da proximidade de uma lixeira. Análises entretanto encomendadas indicam que essa não seria a causa. Mas o facto é que a contaminação

A reunião - a primeira - da Comissão para o Contrato Mundial da Água, visa definir medidas a propor aos Estados, a fim de se preservar a água por todos os seres humanos e nas melhores condições.

A Comissão para o Contrato Mundial entende a água como um bem patrimonial da humanidade, considerando necessário o reconhecimento internacional do Direito da Água como um dos Direitos do Homem.

O relatório da Comissão, a ser elaborado com a colaboração de autoridades científicas mundiais na matéria, deverá



A interioridade pesa também ao nível da qualidade da água e do seu controlo

ciente. Apenas 5 milhões beberam água em excelentes condições. Um dos requisitos fundamentais, que é a publicitação dos resultados das análises à água que se consome, não é cumprido praticamente por ninguém.

Uma questão significativa e grave: "As situações mais graves a nível da qualidade da água e do seu controlo ocorrem essencialmente no Interior Centro e Norte do país, correspondendo a zonas onde predominam os sistemas de distribuição com menos de cinco mil habitantes servidos". Ou seja, também nesta área se faz sentir o

existe e já era "há algum tempo" do conhecimento do governador civil que, entretanto, só entendeu divulgar essa situação depois de receber o relatório sobre a origem da contaminação, que não seria da lixeira. Porque "esta é a questão fundamental - a política".

Um contrato mundial para a água

Dias 16 e 17 decorreu em Lisboa, na Fundação Mário Soares, uma reunião de dois dias da Comissão para o Contrato Mundial da Água.

ser aprovado numa reunião em Lisboa, a 11 e 12 de Setembro, no quadro da Expo'98.

O presidente do Clube de Roma, a presidente da Associação Nacional para o Desenvolvimento dos Recursos do Bangladesh, a directora do Centro para a Ciência e Ambiente de Nova Deli, o secretário-geral do Instituto Internacional da Água de Estocolmo, o ministro da Agricultura, Alimentação e Ambiente de Cabo Verde, o príncipe Laurent da Bélgica e o director do Serviço de Ciência da Fundação Gulbenkian, são alguns dos participantes na reunião.

CNA mobiliza agricultores

Os grandes problemas que se fazem sentir na agricultura portuguesa, com "as intempéries e as más políticas agrícolas e de mercados" e nomeadamente a contestação à proposta de Reforma da PAC, a exigência de uma resposta para as reivindicações dos agricultores (200 mil explorações agrícolas foram afectadas pelas intempéries) - vão estar na base de uma grande concentração nacional a realizar em Lisboa, a 4 de Maio, promovida pela CNA.

De par da denúncia das políti-

cas que têm vindo a ser seguidas na agricultura e da dramática falta de apoios à agricultura familiar, a Confederação Nacional da Agricultura sublinha também a (in)segurança social de agricultores e agricultoras, que muitas vezes não ganham que chegue para pagar as actuais prestações do regime obrigatório ou alargado, sendo assim excluídos "à força" do acesso ao sistema de Segurança Social.

Uma situação ainda agravado pelo facto de quem não paga as prestações à Segurança Social

não pode apresentar projectos de investimento agrícola, deixando ainda de receber as "indenizações compensatórias", ajuda destinada às regiões "desfavorecidas", sobretudo do interior.

Face a esta situação, a CNA teve, no passado dia 14 de Janeiro, uma audiência com o Secretário de Estado da Segurança Social (pedida há mais de um ano), em que apresentou propostas tendentes a resolver este grave problema:

- Atribuir um carácter de excepção, na integração no Sis-

tema de Segurança Social, ao grupo socioeconómico dos pequenos e médios agricultores;

- Garantias, por parte do Estado, de um aumento e pagamento das pensões e reformas rurais.

Com estes objectivos, a CNA lançou um abaixo-assinado que irá também apoiar uma petição à Assembleia da República.

Uma questão particularmente actual num momento em que está em causa toda uma reestruturação da Segurança Social.

INTERNACIONAL

Ramadaão na Argélia em tons de vermelho-sangue

Motins no Zimbabué

Harare, a capital do Zimbabué, foi palco de violentos motins durante a semana passada. Duas mil e trezentas pessoas foram presas e registaram-se entre cinco e oito mortes. Os motins e os saques foram originados por mais um aumento dos preços dos bens básicos de consumo. Num país onde a taxa de desemprego atinge os 45 por cento, a situação socioeconómica é extremamente grave. Em Dezembro passado, a Confederação dos Sindicatos do Zimbabué organizou uma série de manifestações contra a política governamental que envolveram dezenas de milhares de pessoas.

Governo de Chiapas responsável por massacre

O Procurador Geral da República do México considerou, num relatório preliminar divulgado na sexta-feira, que o laxismo do governo estadual de Chiapas e a protecção pela polícia a grupos paramilitares permitiram o massacre de 45 índios em Acteal, no mês passado. De acordo com o documento, a chacina constituiu um «acto de vingança resultante de diversas contradições e conflitos de ordem económica, política e religiosa».

Turquia não participa na Conferência de Londres

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia anunciou na semana passada que, apesar de ter sido convidada, Ancara não vai participar na Conferência sobre o alargamento da União Europeia que se realiza em Londres, em Março. «Se assistíssemos a essa conferência, isso quereria dizer que aceitávamos a candidatura da parte cipriota-grega à UE como único representante do conjunto de Chipre», declarou Ismail Cem, citado pela agência Lusa.

Pieter Botha não se arrepende do apartheid

O antigo presidente da República da África do Sul, Pieter Botha, no poder durante 40 anos, compareceu na sexta-feira perante a Justiça. Botha enfrenta diversas acusações por se recusar a testemunhar junto da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR). Na próxima

A violência continua a assolar o território argelino, agora essencialmente através de bombas artesanais. De acordo com a imprensa local, as explosões nas cidades e os massacres a civis fizeram pelo menos 33 mortos entre quinta-feira e sábado. Registaram-se igualmente tiroteios e raptos de raparigas. Até ao fim do Ramadaão, prevê-se a continuação da violência.

Entretanto, uma delegação composta por representantes da União Europeia deslocou-se à Argélia numa visita que durou menos de 24 horas, e durante a qual manteve encontros com o governo, com os partidos legais da oposição e com os directores de quatro jornais.

De regresso, a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Benita Ferrero-Waldner, lamentou não ter podido contactar com a população argelina. «Infelizmente, não pudemos visitar os feridos, os sobreviventes das diferentes catástrofes. Teria gostado de ver crianças, de falar com mulheres», afirmou em confe-

rência de imprensa. «As autoridades argelinas disseram-nos que não podíamos fazê-lo por razões de segurança e de aproveitamento do tempo», acrescentou, dizendo que a recusa das autoridades de Argel em aceitar ajuda humanitária europeia foi «muito decepcionante».

Para o partido da oposição «União para a Cultura e a Democracia», esta visita foi um logro. Em entrevista ao «L'Humanité», o jornal oficial do Partido Comunista Francês, Khalida Messaoudi, deputada daquele partido na região de Argel, declarou: «Pergunto-me como é que se pode compreen-



Visita-relâmpago à Argélia não permite que representantes da UE se intelrem cabalmente do que aí se passa

der o que se passa na Argélia, quando não se viu os primeiros visados, quer dizer, as vítimas, os seus familiares e os sobreviventes».

«Será, no mínimo, ligeiro e perigoso que a troica pretenda ter visto, encontrado ou compreendido seja o que for», disse

Messaoudi. «A troica ouviu os partidos e terminou aí. Os membros da troica não nos dis-

seram o que é que vieram fazer nem o que queriam de nós», explicou.

Marrocos prossegue irregularidades

A Frente Polisário voltou a denunciar a prática de irregularidades por parte de Marrocos no processo de recenseamento para o referendo sobre o futuro do Sahara ocidental.

De acordo com declarações do dirigente da Polisário responsável pela organização do referendo, M'hamed Khaddad, as autoridades de Rabat procuram registar nas listas eleitorais pessoas que não foram convocadas pela comissão de identificação e estão a organizar manifestações de protesto contra a decisão daquele órgão de recusar alguns candidatos.

Nas palavras de M'hamed Khaddad, Marrocos impede desde Agosto o desenvolvimento regular «do processo de identificação através de pressões, intimidações e manifestações incitadas pelas autoridades de ocupação».

Citando «observadores fidedignos», a Polisário afirma que os chefes tradicionais saharauis de ambos os lados «têm levado a sua tarefa de forma séria, eliminando os candidatos que não têm qualquer tipo de relação com o território, o que está a provocar um crescente desagrado» por parte de Marrocos.

Entretanto, no dia 20, o presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas declarou-se satisfeito com os progressos realizados no processo de identificação, apesar de algumas «dificuldades operacionais». Aquele órgão mostrou-se disposto a conceder os efectivos suplementares da Minurso requeridos pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na condição de o processo se desenrolar de acordo com o calendário estipulado.

As Nações Unidas têm sido criticadas por alguns dos seus funcionários, que defendem que a sua política de «pequenos passos» retarda a aplicação do plano de paz. Como exemplo, referem a falta de fundos desbloqueados que nomeadamente conduz a que a unidade de desminagem não seja enviada em Fevereiro, como previsto.

Entre 3 de Dezembro de 1997 e 23 de Janeiro deste ano, foram identificadas mais de 20 mil pessoas. Quanto ao número de indivíduos identificados desde o início do processo, em Agosto de 1994, este ultrapassa os 80 mil. A Minurso prevê identificar cerca de 100 mil pessoas até ao final de Março.

Comunistas colombianos perseguidos

O Comité Central do Partido Comunista Colombiano (PCC) veio a público na semana passada denunciar a «continuação dos planos de perseguição contra o nosso partido».

No dia 13 de Janeiro, registou-se um atentado frustrado contra o secretário-geral do CC do PCC, Jaime Caycedo. Em frente à sua residência, dentro de um automóvel, foi encontrado um míssil, uma metralhadora e várias granadas. De acordo com um comunicado enviado à imprensa, o veículo foi abandonado pelos seus ocupantes na presença de uma patrulha da polícia.

Posteriormente, foi recebida na Redacção do jornal «Voz» uma chamada telefónica «ameaçando com novos intentos de assassinato contra Jaime Caycedo e outros membros da direcção do partido».

O PCC apela aos membros do Fórum de São Paulo que se dirijam ao governo colombiano e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para que garantam medidas efectivas de protecção aos dirigentes comunistas ameaçados, de acordo com as normas constitucionais e com o pedido urgente que aquela comissão expressou em 1994 no sentido da adopção de medidas cautelares.

Os comunistas colombianos exigem ainda do governo resultados concretos na perseguição aos chefes dos grupos paramilitares, e que assumam a sua responsabilidade «no genocídio político contra a União Patriótica e o Partido Comunista e, em consequência, que se tomem medidas de esclarecimento e castigo aos responsáveis».

Cimeira de Campala Afro-optimismo do Banco Mundial

O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, está optimista quanto às expectativas de desenvolvimento do continente africano. Falando a parlamentares europeus, na semana passada, Wolfensohn definiu-se como um «afro-optimista» e afirmou que os dirigentes africanos estão conscientes dos desafios do desenvolvimento.

Um optimismo que não elude as dificuldades de África, onde a taxa de crescimento demográfico é de 2,8 por cento ao ano, e que segundo o próprio presidente do Banco Mundial necessita de níveis de crescimento de 7 por cento, o que não é atingido pela maioria dos seus países.

O produto interno bruto (PIB) de África aumentou em média 4 por cento entre 1995 e 1997, contra os 2 por cento de entre 1993 e 1994. No mesmo período, a inflação anual passou de 50 por cento para menos de 20 por cento.

Estes temas estiveram em debate na cimeira económica entre chefes de Estado africanos e James Wolfensohn, realizada nos dias 23 e 24 em Campala, Uganda, com o objectivo de «definir as grandes linhas para estratégias possíveis e comuns». A cimeira, à porta fechada, contou com a participação dos presidentes do Uganda, República Democrática do Congo, Quênia, Tanzânia, Zimbabué, Ruanda, Moçambique e Senegal.

A África do Sul fez-se representar pelo seu vice-presidente Thabo Mbeki, e a Etiópia pelo primeiro-ministro Meles Zenawi.

Os trabalhos centraram-se em seis grandes temas: «Visão de África para o Futuro», «Investimento em Infra-estruturas», «Promoção da Integração e do Comércio Regional», «Utilização e Construção da Capacidade Humana e Institucional», «Manutenção de Fluxos de Ajuda ao Desenvolvimento» e «Prevenção de Conflitos e Reconstrução».

Em debate esteve ainda a integração regional no continente africano e a necessidade de se investir mais em infra-estruturas e em qualificação da mão-de-obra.

Entretanto, o Clube de Paris decidiu reduzir em 80 por cento a dívida de Moçambique e atribuir ao país uma ajuda bilateral de 170 milhões de dólares. Moçambique é a nação mais pobre de entre os participantes da Cimeira. Em 1995, a dívida moçambicana era de 5781 mil milhões de dólares. Em 1996, o produto nacional bruto por habitante não ultrapassava 90 dólares (cerca de 16.200 escudos).

Acresce que o continente africano se debate no momento com problemas acrescidos, resultantes das chuvas torrenciais provocadas pelo «El Niño» que está a flagelar a África Oriental e uma parte da África Central, destruindo estradas, pontes e colheitas, dizimando rebanhos e provocando epidemias. Para além dos elevados prejuízos materiais, estima-se em 6000 o número de mortos provocados até ao momento pelas catástrofes naturais.

Aparentemente, não parecem abundar motivos para o «afro-optimismo» do Banco Mundial.

INTERNACIONAL

O Papa em Cuba

Uma vitória da Revolução

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pela primeira vez nas suas 81 viagens, João Paulo II saudou um Chefe de Estado estrangeiro no final de uma missa. Isso aconteceu em Havana, no dia 25 de Janeiro p.p. e o alvo desse privilégio foi Fidel Castro.

A presença do Papa em Cuba seria impensável há dez anos. O mundo mudou tanto que João Paulo II na sua visita pastoral à Ilha foi recebido e aclamado como em nenhum outro país da América Latina. O que parece absurdo resultou da evolução da História.

Negociada e organizada com paciência, esta visita não se assemelhou a qualquer das anteriores realizadas pelo Sumo Pontífice Romano.

A iniciativa foi encarada em Cuba como um grande desafio. Ninguém desconhecia os sentimentos anticomunistas de João Paulo II. Mas Fidel assumiu o risco e os primeiros balanços confirmam que Cuba extraiu grandes benefícios da vinda do Papa. Durante cinco dias o rosto da Revolução pôde ser contemplado por centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. E esses telespectadores não ouviram apenas as homilias papais; escutaram também a palavra de Fidel.

Para surpresa da maioria dos jornalistas estrangeiros, o Papa absteve-se de criticar o socialismo e não deixou transparecer qualquer azedume contra a Revolução. Não só citou elogiosamente os nomes de Maceo, Céspedes e Agrar, heróis tutelares da primeira revolução libertadora, como condenou o bloqueio. Na Universidade de Havana enalteceu a cultura cubana como factor de valorização da sociedade e do indivíduo.

Em Santiago, o arcebispo local pronunciou, antes da missa, um discurso anticomunista em que criticou duramente o Partido e o marxismo-leninismo. Não atingiu o objectivo. A resposta da multidão foi o silêncio e dezenas de milhares de pessoas abandonaram a praça.

Nas suas homilias, o Papa não se deixou impressionar pelos grupos isolados que aplaudiam os trechos ambíguos das

mesmas. No tratamento de temas como o ateísmo, a família, a juventude, a paz e a pátria defendeu as posições que vem manifestando. Condenou o aborto e os anticonceptivos e reafirmou que a salvação da humanidade está em Cristo, mas na análise dos problemas das sociedades contemporâneas, os males que denunciou, ao rejeitar o materialismo e o egoísmo, foram os gerados pelo capitalismo.

Um acto de afirmação

Os cubanos, na sua maioria, não são católicos.

Como explicar então a sua presença maciça nas praças onde o Papa se lhes dirigiu? Eram 100 000 em Santiago, 150 000 em Santa Clara, 200 000 em Camaguey e mais de 500 000 em Havana (a CNN norte-americana avaliou a multidão em quase um milhão).

O povo de Ilha fez da visita papal uma festa e um acto da afirmação patriótica.

Dias antes, Fidel, num apelo sem precedentes, pedira que todos comparecessem, independentemente das suas convicções religiosas, sem exhibir cartazes e sem o recurso a palavras de ordem que não fossem as próprias ao cerimonial da Igreja católica. Pediu também que ninguém reagisse mal a qualquer opinião emitida pelo Papa ou por um bispo.

O apelo, com raríssimas excepções, foi atendido. O povo apareceu com balões amarelos e lenços brancos.

Estive na Praça da Revolução em Havana e presenciei ali uma missa inimaginável.

O cenário, carregado de símbolos revolucionários, pesava. Atrás do grande altar branco, cinco palavras num gigantesco painel com o Sagrado Coração: "Jesus Cristo en ti confia".

A pouca distância, na fachada de um edifício, a imagem de Che, num grupo escultórico metálico, permanente, e quatro palavras: "hasta la victoria siempre." No telhado de outro edifício, um "Venceremos!".

A homilia do Papa surpreendeu jornalistas norte-americanos que se encontravam perto de mim, na tribuna da imprensa. "Este discurso vai ser muito mal recebido pela Casa Branca e pelo State Department", comentou a meu lado o editor principal do "Pittsburgh Gazette". O colega de um jornal de Filadélfia moveu a cabeça, concordando.

Depois de sustentar que "um Estado moderno não pode fazer do ateísmo ou da religião um dos seus ordenamentos jurídicos", João Paulo II entrou numa crítica cerrada a aspectos desumanizantes do capitalismo. Aludiu nomeadamente a "uma forma de neoliberalismo capitalista que subordina a pessoa humana e condiciona o desenvolvimento dos povos às forças cegas do mercado, castigando, a partir dos seus centros de poder, os países menos favorecidos, com cargas insuportáveis." Que levam "ao enriquecimento exagerado de uns poucos à custa do empobrecimento crescente de muitos, de maneira que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres."

Essas e outras críticas ao liberalismo e ao mercado desumanizante foram saudadas pela multidão com as maiores ovações ouvidas pelo Papa em Cuba.

Pela primeira vez na América Latina, João Paulo II não escutou queixas nem protestos públicos - com excepção do que partiu do arcebispo de Santiago - contra a ordem social estabelecida num país por ele visitado. Compreendeu que a grande maioria do povo cubano está com a sua Revolução.

Os quase 3000 jornalistas estrangeiros presentes também se aperceberam dessa evidência, independentemente do conteúdo das suas reportagens. Registraram as mazelas sociais que o bloqueio agravou, comentaram efeitos da desigualdade gerada pelo bimonetarismo e a escassez, mas ficaram impressionados com a alegria do povo, com o seu espí-

rito de hospitalidade, o nível cultural e a atmosfera de liberdade.

Valorizar as convergências

Fidel Castro, ao saudar João Paulo II, pronunciou um discurso revolucionário (ver página 22). Dirigiu-se ao Papa - com quem falou em privado durante 45 minutos - com respeito. Falou de História, da Igreja, de política, da vida e da liberdade como bens supremos. Lembrou que a América moderna cresceu com os crimes do colonialismo: 70 milhões de índios massacrados e 12 milhões de escravos africanos arrancados às suas aldeias. Agradeceu a João Paulo II a condenação do racismo, do colonialismo e da Inquisição. Filho da Polónia e testemunha de Auschwitz, o Papa - sublinhou - está em condições de compreender melhor do que ninguém os horrores de um passado recente e a tentativa de obter a rendição pela fome e pela asfixia económica "de um povo que se nega a ceder aos ultimatoss e ao império da mais poderosa potência económica, política e militar da história, muito mais poderosa do que a antiga Roma que durante séculos fazia devorar pelas feras aqueles que se recusavam a abjurar a sua fé. Tal como os antigos cristãos - acrescentou - nós, caluniados como eles, preferiremos mil vezes a morte a renunciar às nossas convicções. Tal como a Igreja, a Revolução também tem os seus mártires".

Consciente de muitas divergências, Fidel valorizou as convergências. Os EUA fizeram o que estava a seu alcance para que João Paulo II não visitasse Cuba. Mas as pressões desenvolvidas não produziram efeito.

Os inimigos da Revolução Cubana dão-se conta, agora, de que ao desafiar mais um vez a lógica aparente da história, Fidel Castro obteve uma grande vitória política. Ele soube perceber que o pensamento conservador e anticomunista de João Paulo II não impediu uma viragem na estratégia internacional do Vaticano. É assunto de que me ocuparei noutro artigo.

audiência, que se realiza no dia 23 de Fevereiro, terá de se declarar culpado ou não.

O julgamento será a 14 de Abril. Pieter Botha afirmou que apoia todos aqueles que «cumpriram ordens legais durante a luta contra os ataques revolucionários à África do Sul», acrescentando que não sente vergonha pelos seus actos e que não pede desculpa pelas acções que conduziu contra aqueles que «querem destruir a coexistência pacífica». Botha acusou a CVR de ignorar os «actos de terror» cometidos «por aqueles que quiseram destruir a ordem na África do Sul».

Burundi e Ruanda: falta de alimentos

O Programa Alimentar Mundial (PAM) suspendeu alguns programas de apoio ao Ruanda e ao Burundi por falta de alimentos. «Nunca as reservas atingiram níveis tão baixos», afirmou a porta-voz da organização, Christiane Berthiaume. «Está-se a chegar a uma situação alarmante», acrescentou. O PAM apoia 750 mil ruandeses e burundeses por mês, mas em Fevereiro só poderá ajudar metade dessas pessoas. Actualmente existem ainda 4700 toneladas de alimentos no Ruanda, enquanto que no Burundi as reservas estão a zero. As necessidades mensais correspondem a sete mil toneladas. As razões da escassez prendem-se com a falta de segurança devido aos combates e a problemas de circulação resultantes do bloqueio das estradas por chuvas torrenciais.

Médio Oriente sem novidades

Teve lugar, na semana passada, na Casa Branca, uma série de reuniões separadas entre o presidente norte-americano, Bill Clinton, e o primeiro ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat. Clinton não conseguiu demover Netanyahu da sua decisão de não ceder um milímetro nas reivindicações palestinas, através de um plano de reposicionamento militar em três etapas em 10 por cento da Cisjordânia. Por seu lado, Arafat congratulou-se com as declarações do presidente dos EUA, que terá evocado «claramente os direitos políticos do povo palestino e o facto de os palestinianos merecerem tornar-se num povo livre».

Estados Unidos admitem atacar o Iraque

As atenções dos norte-americanos continuam centradas nos alegados escândalos sexuais de Bill Clinton, mas a Casa Branca está aparentemente mais preocupada com o que se passa no mundo. Seja por considerar que há motivos para isso seja por entender que uma manobra de diversão vinha a calhar ao Presidente, a administração dos EUA voltou a ocupar-se do Iraque.

Segundo o «Washington Post», Clinton e os seus conselheiros de segurança nacional estão convencidos de que se impõe uma acção militar para forçar Bagdad a respeitar as decisões da ONU. Citando altas patentes que pediram anonimamente, o jornal diz que se fizeram numerosas discussões a respeito do eventual ataque ao Iraque no seio do governo norte-americano e na presença do presidente Bill Clinton. A conclusão, refere, foi de que a única solução

será atacar o Iraque. De acordo com o jornal, a Casa Branca terá já chegado à conclusão de que é impossível uma regularização pacífica do conflito que opõe as autoridades iraquianas aos especialistas das Nações Unidas encarregados do desarmamento do Iraque, «salvo se começar a contagem decrescente com vista a uma intervenção militar das forças navais e aéreas americanas e notificar os governos aliados de que está iminente um ataque».

A iminência de um golpe de força foi admitida na semana passada, quando a Casa Branca afirmou que os EUA estão prontos a agir à revelia do Conselho de Segurança da ONU se Bagdad continuar a impedir os peritos internacionais de inspeccionar as residências presidenciais. «Os Estados Unidos estão prontos a começar a tomar outras medidas quer no seio do Conselho de Segurança (...) quer fora daquele órgão», indicou um porta-voz da presidência norte-americana, Joe Lockhart. Uma posição reforçada na sexta-feira pela secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, que qualificou de «inaceitável» a posição iraquiana e assegurou que essa situação «não pode durar muito mais tempo».

Madeleine Albright adiantou que Washington vai consultar os seus aliados sobre as etapas seguintes, após o relatório apresentado pelo presidente da Comissão Especial da ONU (UNSCOM) de desarmamento do Iraque, Richard Butler.

«Preferimos uma solução diplomática, mas não excluímos qualquer opção», sublinhou a chefe da diplomacia norte-americana, numa referência a uma eventual acção militar.

Também o «New York Times» se referiu ao assunto, escrevendo que poderia ser lançado um ultimato ao Iraque no fim do Ramadão, ou seja, no final do mês.

Enquanto isso, o porta-aviões britânico «Invencível» já entrou no Golfo, o que parece dar credibilidade a um dos cenários

apontados como possíveis, que seria o de os EUA e a Grã-Bretanha efectuarem bombardeamentos aéreos sobre o Iraque, durante vários dias, após o que seria imposta a interdição total dos voos sobre o país. De registar ainda que o Conselho de Segurança veio a público rejeitar como «inaceitável» a moratória exigida pelas autoridades iraquianas para a inspecção dos palácios presidenciais, estando a elaborar a sua resposta ao «desafio» do Iraque.

Também a imprensa iraquiana parece acreditar num cenário de guerra, afirmando que Clinton poderá estar prestes a «cometer uma nova loucura», para sair do impasse em que os seus «escândalos sexuais» o meteram e «desviar as atenções da opinião pública» do assunto.

■ Pedro Carvalho

A Outra Face do Euro

Quem pagará os custos de implementação da Moeda Única?

No dia 3 de Maio de 1998 serão conhecidos os países da União Europeia (UE) que estarão na terceira fase da União Económica e Monetária (UEM). Se tudo correr conforme previsto, em 1 de Janeiro de 1999 serão fixadas irrevogavelmente as taxas de câmbio das diversas moedas europeias ao Euro. Mas, o cidadão comum, só a partir de 1 de Janeiro de 2002 verá o Euro realmente, em notas e moedas, e será igualmente a retirada de circulação das suas moedas.

As campanhas de propaganda do governo e da UE sobre o Euro tentam mostrar-nos as vantagens de uma moeda única, geralmente ofuscando os seus principais custos. Portugal irá perder um dos principais instrumentos de estabilização económica de curto prazo - a política cambial. Perderá o controlo da sua política monetária que será transferida para um Banco Central Europeu. A perda destes instrumentos terá consequências sobre o emprego e sobre a capacidade do governo em responder a choques económicos assimétricos externos.

A moeda única é um sinal dos tempos, onde a moeda deixou de ser meramente um instrumento económico, mas também contribui para um fim político em si, rumo à monetarização da economia e do federalismo. Mas tirando estes custos, de importância vital, o que este artigo pretende discriminar são algumas das consequências práticas para o cidadão comum de passar a ter outra moeda em vez da sua no seu dia-a-dia.

Apesar de todas as previsões, o Euro irá depender sobretudo da sua credibilidade junto do cidadão europeu e dos mercados financeiros. Por isso a concretização ou não da UEM dependerá sobretudo da opinião pública. O agravamento das desigualdades na Europa e a existência de cerca de 18 milhões de desempregados terão o seu peso para a concretização ou não do Euro. As eleições na Alemanha em Outubro serão outro barómetro, quando quase 60% da população prefere manter a sua moeda, o marco alemão.

Contudo vários países da UE, como a Suécia, a Dinamarca e o Reino Unido já disseram que, apesar de estarem em condições de participar no "Clube Euro", não entram, para já, na terceira fase da UEM. A Grécia que não cumpre na totalidade os critérios de convergência nominal também não entrará no tão denominado "pelotão da frente". O que prova que o Euro não é uma fatalidade, nem que é o fim do mundo não participar na moeda única.

Por todas estas dificuldades, investe-se em campanhas massivas de propaganda para tentar convencer o cidadão/consumidor das vantagens e benefícios do Euro. Para 1998, foram já disponibilizados cerca de 8.3 milhões de contos do orçamento comunitário para estas campanhas e nos últimos anos foram disponibilizados cerca de 15.7 milhões de contos. O Governo prepara-se para lançar em Fevereiro uma campanha sobre o Euro que custará 400 mil contos financiados em 50% pela UE.

Mas se as campanhas tentam mostrar as vantagens, é certo que a moeda única terá custos e terá perdedores, e quem irá pagá-los será de certeza o cidadão comum, o tal consumidor, e as pequenas e microempresas que funcionam exclusivamente para o mercado nacional.

Os custos para os consumidores

Mas quais seriam as reais consequências para o consumidor português? Segundo as previsões da Comissão Europeia, o aumento de concorrência poderá significar diminuições de preços (talvez à custa de mais desemprego) e diminuição das taxas de juro, importantes para o crédito à habitação (apesar de não o serem para a remuneração das poupanças).

Mas com certeza que o estudo mais citado é do viajante europeu que, se partisse da Bélgica com 40 mil francos (cerca de 200 contos) para uma volta à Europa, se cambiasse todo o seu dinheiro em cada fronteira perderia mais de 40% em custos de conversão, isto é cerca de 80 contos. Este estudo do Gabinete Europeu das Uniões de Consumidores exagera, pois nenhum viajante cambiaria todo o seu dinheiro e caso o fizesse não o faria sempre cambiando de uma moeda fraca para uma moeda forte. Além do mais, com a expansão

do uso dos cartões de crédito, o viajante habitual usa nos seus pagamentos no estrangeiro o cartão de crédito, cambiando apenas o dinheiro mínimo essencial. Contudo, existiriam custos de conversão que seriam eliminados com a moeda única. Por isso podíamos afirmar que os portugueses que viajam muito ao estrangeiro poderiam ser beneficiados, apesar do nível de vida reflectido na sua moeda continuar a ser o mesmo. Mas quantos portugueses viajam ao estrangeiro de forma regular? Quantos portugueses têm realmente férias e vão passá-las ao estrangeiro?

A Comissão afirma que o aumento de concorrência irá provocar diminuições dos preços. A médio prazo isso poderá acontecer, contudo a experiência já provou o contrário, em muito devido à penalização do sector produtivo e pelo incremento de importações de outros países comunitários. Mas no curto prazo os custos práticos de implementação do Euro serão bastante avultados e serão pagos por alguém.

Pensem nos Bancos. Hoje, uma parte importante dos seus lucros é oriunda do mercado cambial. Estudos europeus apontam que cerca de 0.5% do PIB comunitário poderia ser poupado se se eliminassem os custos de conversão, ou seja, cerca de 15 mil milhões de ecus. Os bancos franceses estimam que terão uma perda de lucros de cerca de 20 mil milhões de francos. Os bancos serão as instituições que terão custos mais elevados com a introdução do Euro, não só ao nível de perdas directas em comissões e taxas de serviço, mas também em custos de conversão do seu sistema informático para ter em conta o Euro. Além disso, terão custos acrescidos por terem que fazer uma dupla contabilidade e das mudanças globais que vão desde os recibos aos extractos a apresentar aos clientes, em Euro e em escudos/moeda nacional.

Apesar de algumas palavras bonitas escritas em propostas de resolução do Parlamento Europeu, que afirmam que os consumidores não deverão suportar os custos da implementação do Euro, a verdade é que estas nunca explicam como. Pois não é necessário ser licenciado em economia para se ver que se os custos para os bancos aumentam e estes não querem perder os seus avultados lucros, a introdução do Euro acarretará novas taxas, comissões e serviços com custos directos para o consumidor, que irá pagar a manutenção dos lucros dos bancos, senão um pouco mais. Isto, claro, se o orçamento da UE ou o orçamento nacional não disponibilizar recursos financeiros para pagar os custos do sector bancário. Neste caso, o consumidor pagaria como contribuinte.

Os custos poderão também ser pagos por intermédio de um aumento da margem de intermediação financeira dos bancos, o que poderá dizer uma menor remuneração dos depósitos bancários para os consumidores.

Tal como os bancos, as seguradoras terão custos de transformação das suas apólices para serem transcritas em Euro, assim como todos os serviços públicos, desde os transportes ao fornecimento de energia eléctrica, ao pagamento dos impostos.

O aumento dos custos a ser reflectido no preço a ser pago pelos consumidores pode gerar um efeito inflacionista.

Mas não só o sector bancário terá custos elevados, o sector da venda a retalho e dos serviços também será afectado, pois a partir de 1 Janeiro de 1999 deverá começar a dupla fixação dos preços em Euro e em escudos/moeda nacional, apesar da obrigatoriedade ser apenas a 1 de Janeiro de 2002. Nesta altura, o consumidor deverá perceber os preços em duas denominações e qual a taxa de conversão em ambas as

moedas. Ora, a dupla fixação dos preços terá grandes custos para a venda a retalho, assim como a edição de novos catálogos e brochuras de publicidade que terão de ser revistas. Mais uma vez, quando os custos aumentam, a possibilidade do consumidor ir pagar a factura aumenta, pois os novos preços reflectirão o aumento de custos.

Temos neste momento um exemplo em Portugal, onde uma cadeia de supermercados introduziu numa loja-piloto um sistema informático que permite a leitura dos preços em Euro e em escudos. A introdução do sistema nesta loja-piloto custou cerca de 10 mil contos. Daqui se pode tirar qual o custo necessário para equipar uma cadeia de supermercados ou mesmo uma grande superfície.

Estes serão problemas práticos que irão ocorrer devido à implementação do Euro, mas a questão da fraude também ganha relevo.

Arredondamentos e outras miudezas

Lembre-se disto, leitor, você é um consumidor com pouca informação sobre a moeda única. Um dia passa a receber salários em Euro que antes de 2002 serão convertidos em moeda nacional. Para não falar primeiro do processo de habituação e perder a percepção numa fase de transição de qual é realmente o poder de compra do seu novo salário (que será menos em volume de notas, lembremos que 100 contos são cerca de 510 Euro), como será feito o arredondamento do seu valor. Isto claro aplica-se não só a salários, como aos preços, às contas bancárias, aos contratos, empréstimos, etc. Segundo o IME, as taxas de conversão terão seis algarismos signifi-

ficativos e o valor em Euro será arredondado à segunda casa decimal. Por exemplo se a taxa de conversão de escudos em Euro for 196\$51435, 100 Euro serão 19651\$44 escudos.

Ora para o cidadão mal informado, poderá encetar ao nível do comércio e mesmo ao nível salarial um conjunto de arredondamentos abusivos. Determinados preços podem ser revistos para cima penalizando o consumidor e encontrando aqui uma nova fonte de proveito. Imaginemos, por exemplo, uma grande superfície, com o seu volume de transacções, quanto poderia ganhar. Um arredondamento de 0.01 Euro a uma taxa de conversão de 196\$51435 seria cerca 1\$9651 escudos. Ora, num milhão de transacções, haverá um lucro de cerca de 2 mil contos. Da mesma forma, a falta de familiarização com as notas poderá significar um incremento em circulação de moedas falsas e maior sujeição a fraude.

Além dos arredondamentos, a questão do fraccionamento da moeda também levanta algumas questões. A moeda Euro mais pequena será o cêntimo que valerá cerca de 10 escudos. Sendo assim, o que irá acontecer aos bens que hoje valem menos de 10 escudos? Claro, que terão de ser aumentados em consonância. Isto também terá importância em relação aos arredondamentos e aos preços dos produtos e serviços mais baratos. Conclusão, o consumidor paga mais.

Contudo, e apesar das afirmações do IME em contrário, as instituições financeiras poderão praticar comissões sobre a conversão de Euro em escudos, sobretudo no período de dupla circulação.

Todas estas questões necessitarão ou de harmonização ou de capacidade judicial para intervir em casos de abusos e de fraude. A acontecer a última, quem imporá as regras, os Estados ou a UE? Seja como for, a credibilidade da moeda pode ser posta em causa e o consumidor poderá ser iludido, pagando ele a factura do custo de implementação do Euro.

O Euro e as PME

Um dos benefícios apontados para as empresas da UE é que passariam a funcionar num verdadeiro mercado interno com mobilidade de pessoas e capitais, possuindo um único meio de pagamento com valor liberatório geral (!) no território da UE - o Euro. O Euro permitiria diminuir os custos cambiais e a volatilidade e risco do mercado, aumentan-

do a transparência dos preços e racionalizando os custos produtivos.

Sendo assim, a Comissão aponta que as PME serão beneficiadas por este efeito podendo encontrar novos mercados e capitais. Sem discutir a verosimilhança destas afirmações, assumindo-as por hipótese como correctas, só as empresas com cariz exportador e que tenham um grande grau de abertura ao mercado comunitário poderão poupar, pois terão menores riscos e menos custos de transacção. Mas aqui poderão ganhar as médias empresas de cariz exportador, mas sobretudo quem ganhará são as grandes empresas multinacionais (EMN) que têm a sua actividade em vários países da UE.

O argumento que os custos diminuam para as PME é também verdadeiro para as EMN, potenciados pela sua dimensão. Estas terão melhores meios para adaptar os seus serviços de venda, contabilidade e fiscalidade ao Euro. Terão também, pela sua dimensão, a capacidade de obter mais poupanças, estimulando sinergias entre os vários elos da sua cadeia de produção e distribuição. O aumento da concorrência para as médias empresas será tremendo, havendo um estímulo para a concentração. Não é de estranhar que o número de concentrações empresariais tenha vindo a crescer nos últimos anos e que muitos estudos apontem que o Euro pode trazer a concentração no sector bancário e ao nível das praças financeiras internacionais.

Restará assim para as médias empresas ou regimes de subcontratação (!) ou o aproveitamento de nichos de mercado (!) que não sejam assegurados pelas EMN. Aqui as médias empresas portuguesas terão custos acrescidos de competitividade, pela sua localização geográfica periférica e falta de conhecimento ao nível da distribuição em mercados externos.

Acrescido a este facto, é que as EMN seguem estratégias de emagrecimento, principalmente ao nível dos recursos humanos. Quer dizer, quanto mais concentram e mais capital intensivo (!) se tornam, mais despedem. Ora se as médias empresas representam um grande potencial para a criação de novos postos de trabalho, o aumento da concorrência somado ao aumento dos custos de adaptação poderá trazer um estrangulamento a muitas empresas, que deixaram de ser competitivas, passando a contribuir para as estatísticas do desemprego.

Mas a importante fatia de empresas criadoras de emprego e que mantém a coesão regional são as pequenas e micro-empresas que principalmente actuaem para o mercado nacional, regional e local. Estas representam mais de 80% das empresas em Portugal, sendo o valor médio para a UE relativamente idêntico. Estas empresas não terão os benefícios directos de menos custos de transacção visto que actuaem para dentro mercado nacional. Mas assumiriam contudo os mesmos custos que as restantes empresas, ou seja, a transformação da sua contabilidade e fiscalidade, e um aumento de concorrência. Se somarmos isto à falta de quadros e meios destas empresas, vemos que estas serão perdedoras líquidas no curto prazo.

Como podemos ver, o Euro irá implicar muitas transformações na vida dos consumidores e das empresas. Quem beneficia, quer num lado quer noutro são sempre uma minoria, os grandes. Contudo, as verdadeiras consequências de todo este processo só serão verdadeiramente apreendidas após a concretização do Euro, ou seja os portugueses vão aprender pela prática quais as verdadeiras vantagens e custos do Euro, pelo menos parece ser esta opinião do nosso Ministro das Finanças, Sousa Franco.

Contudo, e apesar da luta do PCP em favor do referendo sobre as questões da moeda única, tudo indica que o Governo português não irá referendar a moeda única.

Mas independentemente do referendo, a opinião pública e o voto de credibilidade no Euro por parte dos consumidores continuará a ser indispensável para a sua aceitação ou não, ou seja, para a sua real implementação.

(!) Obrigatoriedade de aceitação de pagamentos de uma moeda num determinado território económico.

(*) Regimes onde uma empresa recebe contratos de uma empresa maior para efectuar uma determinada actividade do seu processo produtivo.

(*) Mercados de pequena dimensão, baseados ou na qualidade ou na especialização de um determinado tipo de produto ou serviço.

(*) Empresas que usam mais intensivamente o meio de produção capital, em detrimento do trabalho.



Décadas de mudanças

No discurso de boas-vindas ao Papa, Fidel chamou exemplarmente para primeiro plano a permanência da injustiça e da violência no Mundo ao longo dos milénios. Desde a igreja perseguida dos primeiros cristãos, desde os escravos de Roma, passando pela barbárie colonizadora e pela indignidade e violência da Inquisição, até ao bloqueio de Cuba pelo «Império» dos nossos dias, encontra-se sempre a mesma «mão invisível», a mesma ambição de um punhado em subjugar povos e consciências para benefício do seu poderio e riqueza. O Homem bom e o contrato social com que os enciclopedistas quiseram construir o destino da Humanidade cede afinal à barbárie interior, à ânsia de controlar terras, fábricas e escritórios, de acumular riquezas sem fim à custa do suor de milhões e milhões.

Mas esta continuidade da injustiça e da exploração faz-se no terreno de um contínuo progresso do Homem. Progresso no conhecimento, na ciência e nas técnicas. Progresso na qualidade e volume dos bens materiais. Progresso na cultura e na arte. Progresso na resposta às grandes interrogações sobre o Universo, a Terra, a sociedade humana e o Homem como ser vivo.

Este progresso é feito de forma contínua, independentemente dos saltos qualitativos que novos conhecimentos e técnicas permitem. Para as gerações que se vão sucedendo, cada nova descoberta, cada conquista do Homem, tem certamente um valor diferente. Para muitos de nós, o computador pessoal e a Internet são um salto em frente e um desafio. Para a geração que aí vem, já não será assim. O computador e a Net serão já património.

A exacta consciência destas diferenças no tempo, destes progressos que vão modificando a sociedade humana, é um elemento importante para a intervenção política. Portugal, nos últimos anos, mudou muito. As injustiças permanecem. Mas a sua configuração é diferente. Um estudo feito pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, há um ano, sobre a Mudança Social entre 1960 e 1995, traz elementos importantes do conhecimento dessas mudanças. Não são novidades para ninguém, mas o seu tratamento sistemático mostra como podem ser diferentes as vivências da geração de 60 e da geração de 90.

O ano de 1960 é o ano de referência. No Mundo, a ONU aprovava a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. O ex-Congo Belga ascendia à independência, e com ele mais uma dezena de novos países. Em França, era tomada a decisão histórica de promover o

referendo sobre a independência da Argélia. Kennedy é eleito Presidente dos EUA. É criada a OPEP. Perante a nacionalização de bens de americanos, Cuba sofre as primeiras medidas de retaliação. O U2 é abatido nos céus da URSS. É inaugurada a nova cidade de Brasília. Morre Camus. O cinema italiano, bem vivo, produz obras-primas: La Dolce Vita, Rocco e seus Irmãos e a Aventura.

Em Portugal, vivia-se o fascismo, com a Pide, tribunais plenários e censura. O país, caminhando aceleradamente para a integração no mundo capitalista, aderiu à EFTA, ao BIRD, ao FMI e aos acordos de Bretton Woods. O PAIGC propõe a Portugal a transição pacífica para a independência de Cabo Verde e Guiné, mas Salazar recusa. Do Forte de Peniche fogem Álvaro Cunhal e outros camaradas, retomando de imediato o seu lugar na luta do nosso Partido. Em Aljustrel, os mineiros ocupam a mina, em luta contra os despedimentos. São presos 130 mineiros.

Entre 1960 e 1995, as mudanças são enormes. Em 1960, apesar do complexo industrial e financeiro já instalado, o país ainda era acentuadamente rural. A negação de democracia e liberdades instala um quotidiano de repressão e de falta de informação sobre o que se passava no mundo e em Portugal. As grandes famílias como os Mellos e os Espírito Santo dominavam. Os hábitos eram fechados. A «carta à jovem portuguesa», documento desses anos que apelava às jovens mulheres para que «saltassem o muro» da hipocrisia e da discriminação, provocou uma forte campanha da Igreja e do Estado. As mulheres tinham várias profissões vedadas. Os sindicatos eram sujeitos à tutela e ingerência governamental. A greve era proibida. A censura impedia a livre expressão de ideias. Os partidos eram ilegais.

Em 1960, ainda 45% da população activa trabalhava no sector primário. Em 1994, são somente 11,4%. Em compensação, o sector terciário passou de 26% para 55,6%. A mão-de-obra feminina era de cerca de 15% dos activos, enquanto hoje se aproxima dos 50%.

O PIB, a preços constantes de 1990, era de 2,2 mil milhões em 1960, passou para 8,7 em 1991. O PIB *per capita* passou de 252 para 887 contos (preços constantes de 90), aumentando 3,5 vezes. As remunerações de trabalho passaram de 1,04 mil milhões para 4,109, isto é, aumentam 3,9. Mas para provar que estes progressos não significam mais justiça social, a parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional diminuiu de 44,8% para 43,8%! Sobre esta questão, fez o camarada Sérgio Ribeiro um importante artigo no «Militante».

A população passou de 8,8 milhões para 9,8 entre 60 e 91. Mas há diferenças muito importantes, por detrás destes números. Em 1960, a população com mais de 15 anos era de 29%, em 91 era de 19,9%. Ao contrário, a população mais idosa (mais de 65 anos) era

de 7,9% em 60 e passou para 13,6% em 91. Quanto ao saldo migratório ele foi de -1300 milhares na década de 60/70, e baixou para -5,5 mil entre 90 e 94. O número de estrangeiros a residir em Portugal passou de 20 mil para 157 mil (1994). O saldo natural é de 590 mil entre 60 e 65, e de 44,7 mil entre 90 e 94. A taxa de natalidade passou de 24 por mil habitantes em 1960 para 11 em 1994. A percentagem da população a viver em aglomerados com mais de 10 mil habitantes passa de 22% para 33%.

Na saúde as diferenças são enormes. A mortalidade infantil, em 1960 era 77,4 óbitos por mil nascimentos. Hoje (1994) é de 7,9 óbitos. Em 1960, só 18,4% dos partos foram em estabelecimentos de saúde, em 1994 esse número é de 98,8%. O número de médicos por cem mil habitantes era de 79, passou para 292, enquanto o de enfermeiros passava de 107 para 330. A percentagem de gastos com a saúde sobre o PIB passa de 1% em 60, para perto de 5% em 94.

As causas de morte mudaram significativamente. Em 1960, morreram 8418 por doenças infecciosas e 3699 por tuberculose. Em 94, esses números foram 841 e 242. Em compensação as mortes resultantes do sistema circulatório passou de 28 mil para 42,6 mil, e 650 pessoas morreram de sida. Também as mortes pela sinistralidade rodoviária aumentaram de 641 para 1912 mortes.

A esperança de vida em 1960 é de 60,7 anos para os homens e 66,7 para as mulheres e passou em 1994 respectivamente para os 71,2 e 78,2 anos.

A alimentação também se modificou. A capitação diária em calorias, na carne passou de 74 para 282 por habitante, e no leite e derivados de 76 para 213. A capitação diária em calorias, total, passou de 2671 para 3443.

A educação sofreu uma transformação profunda. O mínimo total de alunos era de 1,14 milhões em 60, passa para 2,29 em 1994. No ensino superior passa de 24 mil para 290 mil. A conclusão de cursos superiores passa de 2184 para 32 447. Nos 7º, 8º e 9º (antigos 3º, 4º e 5º) o número de alunos passa de 106 mil para 410 mil. O número de professores passa de cerca de 50 mil para 180 mil, melhorando assim, claramente o *ratio* professor/alunos. O analfabetismo passa de 33% para 11% (sem prejuízo dos desastrosos dados de ileteracia). As mulheres no ensino superior passam de 29% para 60%, com 66% dos cursos concluídos. A despesa com a educação sobre o PIB passa de 1,5% em 60 para 5,3% em 94.

Na Segurança Social, de uma situação em que havia 56 mil pensionistas passa-se em 1993 para 2,3 milhões. A despesa da Segurança Social constituía 1,7% do PIB em 60, passou para 9,7 em 1993. Os pensionistas na Caixa Geral de Aposentações passaram de 22,6 mil para 104,4 mil. A pensão mínima do regime geral, ainda hoje com valores escandalosamente baixos,

passou de 11 107 escudos em 1966 para 20 304 em 1994 (preços constantes de 1990).

Os agregados familiares mudaram os seus gastos. Em 1981, gastavam 40,6% em alimentação, em 90 esse valor era de 33,2%. Em 1994, 96% dos alojamentos tinham televisão; 74% máquinas de lavar roupa; 74% telefone; 95% frigorífico; e 40% vídeo. Tinham automóvel ligeiro 54% dos lares (o número de veículos passou de 766 mil em 73 para 3,68 milhões em 97).

Em 1960, 28,9% dos alojamentos tinham água canalizada, em 1981 já eram 86,8%. A electricidade, em 60, havia em 40,5% de alojamentos, em 91 eram 97,7%. Esgoto, passou de 38% para 90%. Equipamento para banho ou duche, passou de 18,6% para 81,8%.

Mais alguns dados interessantes: os divórcios, de 749 em 1960, passaram para 13 580 em 1994: os casamentos não católicos passaram de 9,3% para 30%; a família média passou de 3,8 para 3,1 pessoas.

Na justiça, entre 66 e 94 passou-se de 253 juizes para 1095. O número de advogados passou de 1900 para 12 500. O número de processos subiu de 179 mil para 731 mil. O número de arguidos condenados em processo penal passou de 22 mil para 34 mil. E o número de presos, passou modestamente de 8400 para 10 100.

A RTP, em 1960, teve 1285 horas de emissão, em 94, 27 433 horas. Em compensação, o número de espectadores de cinema baixou de 25 milhões em 60 para 8,2 milhões em 91.

Estes números são certamente uma parte de uma realidade de diferenças, que abarca muitos outros planos. Questões como o aparecimento de canais privados (e a TV Cabo, que se expande rapidamente), ou as novas possibilidades resultantes da informática e das redes de computadores, estão fora dos números comparativos. Como está o telefone móvel, ou os centros comerciais e as grandes superfícies (e os hábitos de consumo que lhe são associados). Como está o passe social, o microondas, as fronteiras abertas com Espanha e a Europa, a rede de auto-estradas (diminuição dos tempos de distância), o embaratecimento das viagens aéreas, etc., etc., etc. No seu conjunto, estas diferenças, no Portugal sem colónias e com liberdades, fazem gerações diferentes, com novos problemas.

Para enfrentarem as mesmas injustiças? É assim de facto. Algumas injustiças e violências até se agravaram. Há mais distâncias entre ricos e pobres, há o desemprego e as formas de trabalho precário que pululam. A sociedade é menos solidária. A competição é mais feroz. A droga, juntando-se ao álcool, constitui um novo flagelo. Os Mellos e os Espírito Santo aí estão, e os mineiros de Aljustrel continuam em luta.

Mas, essas injustiças de sempre vivem num mundo cheio de diferenças, que temos de compreender e assumir com os olhos das novas gerações.



■ João Amaral

■ Carlos Nabais

Um ano sobre o Dia D da toxicodependência

Nova reestruturação esconde ausência de medidas eficazes

Fez ontem um ano que o então responsável governamental pelo combate à toxicodependência, Jorge Coelho, declarou 28 de Janeiro como o Dia D - jornada que devia constituir um grande momento de sensibilização da sociedade portuguesa para os problemas da droga e marcar o arranque de medidas de fundo para prevenir, controlar e reduzir as consequências deste flagelo social, considerado o inimigo número um do PS, durante a campanha eleitoral. Nos doze meses decorridos mudou o responsável do Governo por esta área, demitiu-se o alto comissário do Projecto Vida e as mudanças ficariam por aqui, não fosse mais uma investida mediática, que anunciou com grande alarido uma reestruturação dos organismos do Estado e tentou apresentar, como se fossem novas, medidas já anteriormente conhecidas.

Talvez por má consciência, ontem, não se assinalou o Dia D. O Governo decidiu transferir esta jornada para dia 26 de Junho, coincidindo com o Dia Internacional da ONU contra as Drogas.

Na última década o número de toxicodependentes não parou de crescer e hoje estima-se que atingirá os 150 mil indivíduos. Destes 80 por cento serão do sexo masculino e 20 por cento do sexo feminino. Em 1996, o Instituto de Medicina Legal registava 232 casos de overdose, balanço que apesar de excluir muitas mortes associadas à droga é suficientemente preocupante se compararmos com os 33 casos verificados em 1988.

Mas no nosso país não existem dados precisos, assim como não estão estudadas as causas e determinados os principais grupos de risco. Sabe-se que o fenómeno alastra por todo o país, e com ele agravam-se problemas de segurança, saúde pública e instabilidade nas famílias afectadas. Multiplicam-se os casos de sida, aparecem casos de tuberculose resistente, para a qual não há tratamento adequado, propagam-se outras doenças infecto-contagiosas como a hepatite B e C. As prisões estão superlotadas de toxicodependentes a cumprir penas por crimes ligeiros e o número de alas livres de droga continuam a ser uma raridade. A substituição de penas de prisão por programas de tratamento, apesar da legislação já o prever, é também uma miragem pois a rede pública de comunidades de tratamento é diminuta e as instituições privadas não se mostram interessadas em admitir indivíduos condenados.

É um exemplo claro de que as leis para serem eficazes devem ser acompanhadas dos meios apropriados, mas não é o único. Há quatro anos que existe legislação contra o branqueamento de capitais provenientes do tráfico de droga, mas até ao momento não houve uma única condenação em tribunal. Visivelmente, a Polícia Judiciária não terá os meios suficientes, ou não receberá o estímulo necessário para conduzir investigações nesta área.

Arrumar a casa

Longe de ser uma revolução no combate à droga, como alguma imprensa se apressou a considerar, a conferência de imprensa de José Socrates, realizada na passada sexta-feira, 23, serviu sobretudo para divulgar alterações na organização das estruturas estatais e os nomes dos novos responsáveis pela política do governo.

É assim criado o Instituto Português da Toxicodependência, organismo que é colocado directamente na dependência do ministro-adjunto e passa a integrar as estruturas do Projecto Vida, incluindo o Obser-

vatório Vida, e o Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga - até aqui dependente do Ministério da Justiça. Afirmando que pretende um esquema «mais operacional e eficaz», José Socrates elimina ainda a figura do Alto Comissário do Projecto Vida.

Como presidente do novo Instituto fica Joaquim Rodrigues, actual director do gabinete de planeamento, enquanto para coordenar o Projecto Vida foi escolhido o sociólogo Alexandre Rosa assistido por uma comissão técnica de acompanhamento que integrará representantes dos vários ministérios com competências na área da toxicodependência. O Instituto, para além de se ocupar do Projecto Vida e dos cuidados primários, tem como funções recolher e analisar informação.

Não deixa de ser curioso que só agora, já no terceiro ano de mandato, o Governo chegue à conclusão que é necessário «tratar os dados para os decisores» a quem «faltam indicadores seguros sobre o fenómeno».

Dando razão aos que, como o PCP, há muito denunciam o carácter casuístico das medidas do Governo, «que não se baseiam num plano integrado que assente no conhecimento da situação concreta, conhecimento em que aliás continua a não se apostar», José Socrates não anunciou nenhuma estratégia para a toxicodependência. Em vez disso, avançou com

mais uma comissão efémera que, até Junho, deve elaborar propostas para aprovação em Conselho de Ministros. A comissão é presidida por Alexandre Quintanilha e contém com alguns nomes conhecidos como Daniel Sampaio, Júlio Sampaio, Júlio Machado Vaz, Cândida Agra, Lourenço Martins, Joaquim Rodrigues, João Goulão, Nuno Miguel e Manuel Marques.

Perante o agravamento e alastramento do flagelo da toxicodependência, José Socrates recupera propostas antigas do Governo e faz mais uma vez promessas para o futuro. Até final da legislatura compromete-se a «garantir a todos os toxicodependentes acesso a tratamento adequado» e a eliminar as listas de espera nas consultas, aumentando o número de profissionais e revendo as convenções com os privados. Como referiu, é preciso «investir mais no acesso dos doentes ao tratamento e menos na construção de infra-estruturas».

Actualmente a rede pública de comunidades terapêuticas está limitada a 50 camas e, mesmo contando com as instituições privadas, este número não chega a atingir as 900 camas, muito aquém das necessidades. A julgar pelas afirmações do ministro-adjunto, o Governo não irá apostar no alargamento das estruturas públicas e continuará a remeter para instituições privadas, funções que o Estado deveria assegurar.

Por outro lado, propõe-se resolver as longas listas de espera nos centros de atendimento a toxicodependentes, que chegam a esperar oito meses por uma consulta, envolvendo nesta área o já sobrecarregado Sistema Nacional de Saúde.



Contornos do flagelo

No mesmo dia em que o Governo prometia tornar mais eficaz o combate à droga, o Gabinete de Apoio do Centro Social do Casal Ventoso divulgava um relatório com o balanço de quatro anos de actividade, revelando alguns números que demonstram o alastramento do fenómeno, pondo a nu a completa ineficácia da acção governamental nesta matéria.

Em 1997, refere o relatório, morreram no Casal Ventoso 24 toxicodependentes, o que corresponde a um aumento de cem por cento relativamente ao ano anterior. Em 1996 morreram 12 e em 1995 dez. Foram ainda encaminhados para hospitais 48 indivíduos com overdose, debilidade física ou infecções relacionadas com doenças como a tuberculose ou infectocontagiosas.

O gabinete regista ainda a inscrição, no ano passado, de mais 669 novos utentes, a maioria entre os 23 e os 27 anos, tendo prestado 3213 consultas de enfermagem, mais 205 por cento que em 1996, servido 5895 lanches e proporcionado 3348 banhos.

Na ocasião, os activistas do gabinete referiram a falta de apoios e meios de que dispõem, sublinhando que os 16 mil contos que recebem por ano não chegam para contratar um médico, manter um banco de análises gratuito, ou sequer para comprar antibióticos e analgésicos. O gabinete lamenta ainda que não exista uma equipa de rua que encaminhe os utentes para a rede hospitalar ou preste cuidados de socorrimento a toxicodependentes muito fragilizados.

PCP defende medidas urgentes

Para o PCP, que ontem promoveu uma conferência de imprensa sobre a matéria, o problema da toxicodependência necessita de medidas urgentes que permitam aumentar para o dobro da capacidade de resposta dos centros de atendimento e criar mil camas em comunidades terapêuticas públicas a par de uma exigente fiscalização de instituições particulares. Entre várias outras medidas, destaca-se ainda a adopção de um plano em meio prisional para tratar reclusos toxicodependentes, bem como a necessidade de um plano nacional de reinserção social, articulando a disponibilidade de apartamentos terapêuticos suficientes com oportunidades de reinserção sociolaboral. O PCP defende ainda a eliminação de penas de prisão por consumo de droga, ressalvando que a legislação deve estabelecer normas que apontem para a defesa do bem que é a saúde dos indivíduos. O reforço do dispositivo e capacidades para o combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais é outra das medidas exigidas.

Disciplina em debate

Entre a prevenção e a remediação

Castigar com tarefas de carácter cívico, em que trabalham muitos dos pais dos nossos alunos? Admitir a possibilidade de transferência de turmas... e nas escolas isoladas? Impor horas extraordinárias - aliás não previstas - num espaço onde a criança não gosta de estar? Uma sequência de questões que culminou com um alerta - Cada aluno excluído da escola tem como horizonte próximo a marginalidade. E o sublinhar de uma necessidade básica - a criação de condições adequadas, de redes locais para acompanhamento das famílias. Este um momento na crítica e sugestões surgidas em torno do debate do projecto do Ministério da Educação sobre *Indisciplina nas escolas*, no quadro de um Seminário promovido pela Federação Nacional dos Professores - Fenprof, que decorreu, dia 21 deste mês, no Instituto Franco-Português, em Lisboa.



Numa sala literalmente apinhada de professores, testemunho do interesse do problema em causa, sucederam-se intervenções sobre o problema da indisciplina nas suas diferentes vertentes - nomeadamente *prevenção e remediação* -, de par da análise global do projecto apresentado pelo ME. Com uma tónica - a clara adesão e entusiasmo que acompanhou as intervenções viradas para as experiências concretas e problemas práticos. De alguma forma ao arrefio do próprio sentido do projecto ministerial, que a Fenprof considera *ignorar* as realidades, o quotidiano das escolas.

Aqui nos centramos no trabalho realizado numa das mesas - *prevenção da indisciplina* - que reuniu duas - muito aplaudidas - contribuições em torno de experiências no ensino básico e uma intervenção teórica sobre as vári-

as perspectivas da indisciplina como fenómeno multifactorial.

Que fazer?

Dois tipos de comportamentos diversos, no quadro da indisciplina, foram referidos por Inês Castro.

Uma indisciplina ligada a graves situações sociais ou um comportamento que reflecte "falta de regras e valores na convivência com os outros", situação em geral ligada também a uma desestruturação sociofamiliar.

Tudo isto tendo como pano de fundo a falta de meios e recursos, as falhas óbvias da própria Segurança Social.

O quadro de partida é uma escola em que 49% dos alunos estão inseridos num plano de apoio educativo e que, por outro

lado, dispõe dos recursos correspondentes ao TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária). Uma experiência de uma década, com "éxitos e inéxitos". A resposta ensaiada pela escola desdobra-se em diferentes direcções.

Antes do mais, o *trabalho curricular*, "o mais difícil", que passa pela reformulação e adaptação dos programas, selecção dos conteúdos, o seu reajustamento *sem baixar a qualidade*. Um trabalho em que ressalta a importância da *fixação do corpo docente*.

Trata-se de, em cada ano, programar o ano lectivo seguinte, em conjunto e de forma interdisciplinar.

Desenvolve-se, paralelamente, um *trabalho extracurricular*, com a organização de tempos livres, ludoteca, desporto escolar e a *3ª hora*, que se pretende seja

uma aposta no trabalho a nível de atitudes e valores, um ir mais longe ao nível da formação pessoal e social, um espaço em que semanalmente são debatidas situações concretas ou se aprende a estudar.

Ao nível dos apoios educativos, a escola conta com um *centro de recursos* bem equipado (em parte resultante da sua participação no projecto "Entre culturas"), utilizado para apoio pedagógico, sala de leitura, visionamento de filmes.

Através do *projecto tutoria*, é possível o atendimento e acompanhamento de casos mais graves no plano social.

Aposta-se ainda na articulação com o 1º ciclo e jardim de infância.

Uma articulação em que ressalta a gravidade dos problemas que se fazem sentir no 5º ano - 62% dos alunos que se inserem

no plano de apoio educativo são do 5º ano, tal como 20% dos casos de indisciplina grave.

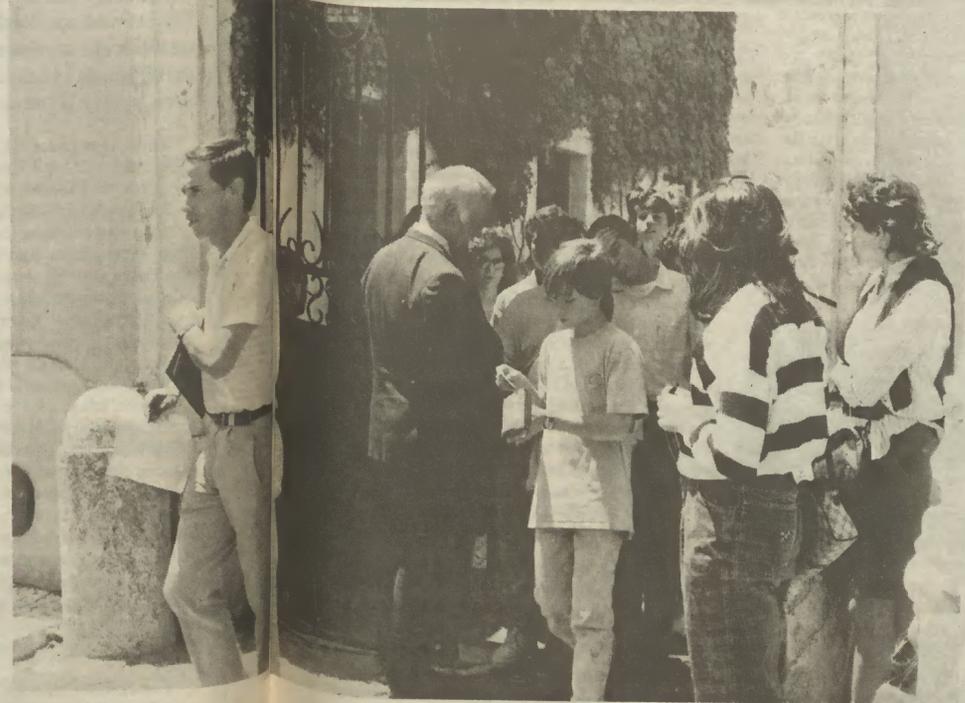
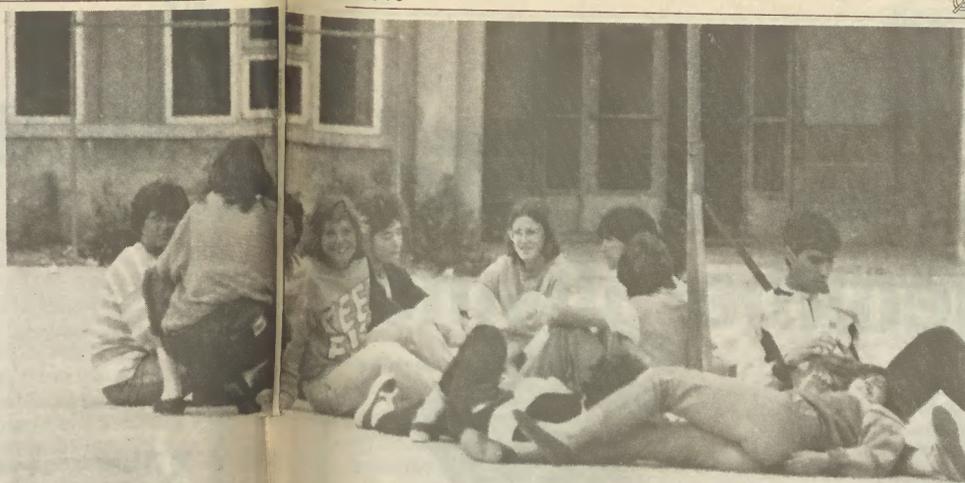
Números e factos que remetem para a urgência de algumas *medidas estruturais*:

- Fixação do corpo docente. Uma necessidade que se faz sentir ainda de forma mais dramática no 1º ciclo, onde há crianças que chegam a ter 5 a 8 professores no mesmo ano lectivo.

- Organização das turmas no 1º ciclo, de forma a evitar a situação - altamente perturbadora - de turmas com vários níveis de escolaridade.

- Recursos materiais adequados, impondo-se igualmente uma avaliação da sua taxa de utilização.

- Medidas em relação ao pessoal auxiliar para apoio pedagógico, área em que se regista grande instabilidade e um reduzido número de efectivos.



Problemas sociais Medidas desajustadas

O reflexo de *grandes problemas sociais* na vida e problemas da escola, que na verdade traduzem a desestruturação ao nível das famílias, do trabalho, das comunidades em que se inserem - foi a questão de partida, levantada por Deolinda Martins, actualmente professora do 1º ciclo. Em causa estão, muitas vezes, "crianças sem direitos fundamentais" que "só frequentam a escola para uma refeição diária".

A indisciplina - e mesmo a violência - surge como algo que ultrapassa a capacidade de intervenção da escola, pois são bem mais fundas as suas raízes.

As regras do ME "não têm nada a ver com a realidade", pois a escola, por vezes, está a lidar com "meninos sem regras", formados numa "cultura de sobrevivência", para quem a imposição das medidas disciplinares previstas surge como uma *injustiça*. É o caso do recurso - como *castigo* - a trabalhos "úteis à comunidade escolar", que na verdade correspondem à profissão de pais e irmãos desses alunos. Ou ainda o obrigar a permanecer por mais horas num espaço "onde a criança não gosta de estar".

Impõem-se assim medidas mais abrangentes, integrando uma dimensão social - que sejam facultadas às escolas e professores condições adequadas e se aposte no trabalho na comunidade, na criação de redes locais de acompanhamento, no trabalho com as famílias. Em síntese - na valorização - no concreto - da dimensão humana.

O ethos da escola

Que tipo de escolas funciona bem? - esta, talvez, a questão central abordada por Isabel Freire, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

A resposta, naturalmente sempre relativa - num quadro em que se articulam o próprio sistema educativo, a escola enquanto organização, e o papel do professor - vai para as que vivem um *clima de partilha de valores e atitudes*.

O que implica, a nível *macro-estrutural*, currículos adequados, um mínimo de condições de vida e a resposta adequada a necessidades básicas, formação e motivação dos professores, participação das famílias, heterogeneidade da população estudantil, um adequado sistema de apoios.

Ao nível do *professor*, condições para que exerça o seu papel enquanto agente normativo, na gestão de currículos e como facilitador de relações interpersonais. Um papel que se alarga à própria comunidade em que a escola se insere.

Para a *escola*, a grande questão que se coloca é a definição e afirmação do seu próprio *ethos*, com destaque para o envolvimento, comunicação, trabalho de grupo, estímulos positivos.

O envolvimento dos alunos, o seu sentimento de *pertença*, surge aqui como *alternativa* à atitude de "contrapoder", o desafio de uma indisciplina geradora de desgaste e *stress*. Envolver o que abarca também as famílias e a comunidade em que a escola se insere.

O trabalho de grupo, a partilha de experiências, uma rede de comunicação que facilite as próprias comunicações e permita respostas atempadas, serão parte de um mesmo *clima* em que se afirma uma dominância de expectativas e estímulos positivos.

E, como significativamente Isabel Freire referiu, a experiência indica que *quanto mais castigos, mais indisciplina*. Uma referência que reflecte um círculo vicioso, onde sempre se misturam, de forma inextricável, causa e consequência.

L.C

- Os recursos reais ea escola virtual

A elaboração do documento sobre Regime Disciplinar "vale por si só na medida em que constitui uma tentativa de resolução dos problemas de indisciplina nas escolas". Esta uma primeira abordagem do documento elaborado pelo Ministério da Educação - de que se destaca um *único mérito - a oportunidade*.

Na análise do documento, a Fenprof começa por pôr em causa a *metodologia* utilizada.

Independente do "dever de estar atento a todas as vozes que desejarem fazer-se ouvir", o ME "não pode debater estas questões com todos os professores, com todos os pais, com toda a comunidade".

O que implica que a discussão do projecto terá de processar-se através de "interlocutores credíveis e credenciados" - "os sindicatos e associações de professores, de pais e encarregados de educação, de alunos".

Em causa está ainda a necessidade de *diálogo* - o que significa "ouvir, responder, construir opinião que fundamente a decisão". Sem o que "a democracia será apenas uma palavra".

A crítica da metodologia soma-se a do *conteúdo*. A Fenprof questiona a *aplicabilidade* das ideias e o grau da sua eficácia.

E aqui colocam-se questões tão graves e pertinentes como a falta de mecanismos e recursos de intervenção por parte da comunidade e da família e a falta de disponibilidades e recursos humanos e materiais da escola para fazer face a novas tarefas e responsabilidades.

"Não se pode contar com a magia das palavras para vencer a dureza das situações e o desánimo que sucede a um trabalho não compensador", considera a Fenprof.

Entre direitos e deveres

O *código de conduta*, regulador do convívio escolar - de facto um regulamento, apenas aplicável aos alunos - é a nova figura que o ME apresenta como meio privilegiado de prevenir situações de indisciplina.

No balanço de *direitos e deveres*, referidos no documento do ME, a Fenprof considera que "relevar do mesmo *vício* que caracteriza o documento: cuidou-se dos formulados, dos princípios éticos e cívicos e ignoraram-se as condições necessárias ao efectivo exercício desses direitos".

Os exemplos deste *vício* abundam, a começar pelo simples enunciado dos cinco direitos dos alunos, referidos em primeiro lugar: ter acesso a uma educação de qualidade; beneficiar de actividades e medidas de apoios específicos; beneficiar de apoios e complementos educativos adequados; beneficiar de acções de discriminação positiva no âmbito dos serviços de acção social escolar; ser prontamente assistidos em caso de acidente ou doença súbita.

Direitos que se chocam com uma realidade em que falham serviços de psicologia, orientação e saúde escolar, tal como os apoios e complementos educativos.

Faltam ainda os "equipamentos de retaguarda" a que a escola possa recorrer, face a problemas tão graves como os da delinquência, de droga, de violência, de miséria, de abandono - que todos eles perturbam o convívio escolar.

Medidas educativas ou castigos?

Problemas com os quais os professores "não sabem lidar nem têm apoios para resolver", pois que, na sua grande maioria "não são apenas casos de indisciplina escolar visto que repercutem desequilíbrios e desajustamentos sociais de vária ordem".

Um crítica global, em que a Fenprof sublinha o confronto de "recursos reais com a virtualidade das formulações que desenham uma escola inexistente".

É na parte mais concreta do documento do ME - "medidas educativas disciplinares" - que se concentram as maiores críticas da Federação.

Começando pela própria tentativa de *graduar o comportamento* disruptivo em leve, grave e muito grave, o que "só as circunstâncias de cada caso permitirão avaliar".

E a Fenprof refere, por exemplo, "o absurdo de qualificar a *Insubordinação relativa a orientações ou instruções do pessoal docente ou não docente da escola* como um comportamento perturbador leve, enquanto se qualifica de *grave a violação dos deveres de respeito e de correcção nas relações com os elementos da comunidade escolar*".

Quanto aos *castigos aplicáveis*, que a Fenprof analisa um a um, sublinha-se a ineficácia da *repreensão* registada, considerando que "no caso daqueles que não gostam e não querem estar na escola e nela vão acumulando insucessos, a repreensão escrita ou oral não tem qualquer eficácia".

No que respeita às *actividades úteis à comunidade escolar*, a análise da Federação questiona: "Como reagirão os pais que se interessam pela escolaridade dos filhos? É lícito admitir que estes vão à escola para aprender e que todas as aprendizagens - incluindo as das tarefas úteis e de conteúdo cívico - deverão integrar o currículo e *nunca, mas nunca*, constituírem castigos".

A única medida que pode surgir como nova - a *transferência de turma*, pelo período máximo de cinco dias - merece críticas particulares.

Antes do mais, porque não será concebível que um aluno, "tendo um comportamento perturbador (e perturbado) na sua sala de aula, na sua turma, com o seu professor, se possa integrar numa turma diferente por um período de cinco dias". Opção que teria ainda como consequência "que durante uma semana o aluno castigado não aprenderia".

Em síntese, um conjunto de medidas "de valor remediativo muito duvidoso" e que, pelo tratamento minucioso dos procedimentos na organização dos processos e sua organização, que é exigido, representaria ainda um significativo acréscimo de carga burocrática.

Breve conclusão

"Para além do benefício do debate sobre as questões de indisciplina que este documento propicia, não é possível reconhecer -lhe outro valor" - esta a conclusão avançada pela Fenprof na análise do projecto do Ministério da Educação sobre Regime Disciplinar dos Alunos.

- Concretamente, o documento:
- ou "enuncia princípios e intenções generosas, sem cuidar das condições de exequibilidade";
 - ou ignora "que a gravidade das situações disruptivas hoje vividas nas escolas excede o quadro da indisciplina, exigindo medidas fora do alcance e possibilidades de intervenção da escola";
 - ou propõe "procedimentos já em prática e cuja eficácia é limitada";
 - ou estabelece "medidas completamente destituídas de senso pedagógico, para não dizer do mais elementar bom senso".



A Revolução também tem os seus mártires

– intervenção de Fidel Castro nas boas-vindas ao Papa

Pela importância histórica que representa a visita de João Paulo II a Cuba, publicamos na íntegra a intervenção de Fidel Castro na sua mensagem de boas-vindas ao Papa, em 22 de Janeiro último. Trata-se de um discurso que lembra a dramática história da colonização da Ilha e a heróica luta do povo cubano pela independência. Uma luta que hoje continua, num mundo tão profundamente marcado pelas injustiças políticas, económicas e sociais, na resistência ao criminoso bloqueio norte-americano.

«Santidade, a terra que acaba de beijar sente-se honrada com a sua presença.

Não encontrará aqui aqueles pacíficos e bondosos habitantes naturais que a povoavam quando os primeiros europeus chegaram a esta ilha. Os homens foram exterminados quase todos pela exploração e pelo trabalho escravo a que não puderam resistir, as mulheres transformadas em objectos de prazer ou em escravas domésticas.

Houve também os que morreram sob o fio das espadas homicidas ou vítimas de doenças desconhecidas trazidas pelos conquistadores, e alguns sacerdotes deixaram testemunhos lancinantes do seu protesto contra tais crimes.

Ao longo dos séculos, mais de um milhão de africanos cruelmente arrancados das suas terras longínquas ocuparam o lugar dos índios já extintos. Foram eles que deram um contributo considerável para a composição étnica e às origens da actual população do nosso país onde se miscigenaram a cultura, as crenças e o sangue de todos que participaram nesta dramática história.

Estima-se que a conquista e colonização de todo o hemisfério custou a vida de 70 milhões de índios e a escravidão de 12 milhões de africanos. Foi muito o sangue derramado e muitas as injustiças cometidas, grande parte das quais, sob outras formas de dominação e de exploração depois de séculos de sacrifícios e de lutas, ainda perduram.

Cuba, em condições extremamente difíceis, conseguiu construir uma nação; lutou sozinha com insuperável heroísmo pela sua independência; sofreu por isso exactamente há 100 anos um verdadeiro holocausto nos campos de concentração onde morreu uma parte considerável da sua população, principalmente mulheres, velhos e crianças, um crime dos colonialistas que nem por ter sido esquecido na consciência da humanidade deixou de ser monstruoso. O senhor, filho da Polónia e testemunha de Auchwitz, pode compreendê-lo melhor do que ninguém.

Hoje, Santidade, de novo se intenta o genocídio, procurando fazer render pela fome, doença e total asfixia económica um povo que se nega a submeter-se aos ditames e ao império da mais poderosa potência económica, política e militar da História; muito mais poderosa do que a antiga Roma, que durante séculos fez devorar pelas feras os que se negavam a renegar a sua fé. Como aqueles cristãos atrozmente caluniados para justificar os seus crimes, nós, tão caluniados quanto eles, preferimos mil vezes a morte a renunciar às nossas convicções; tal como a Igreja, a Revolução também tem os seus mártires.

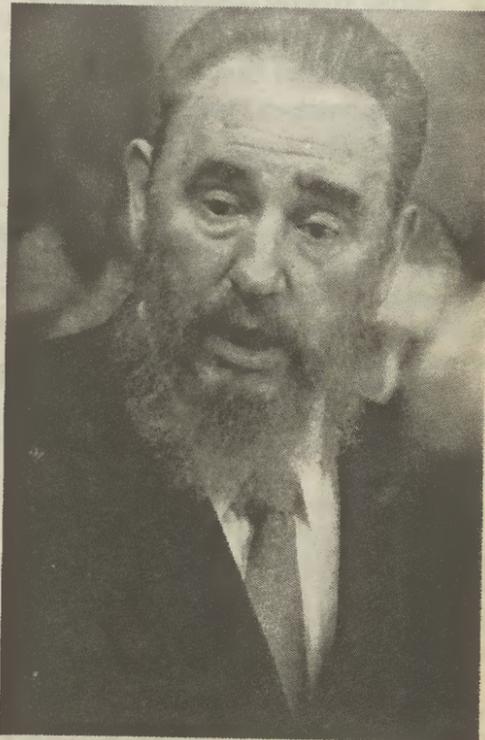
Pensamos da mesma forma que Vossa Santidade sobre muitas importantes questões do mundo de hoje, e isso satisfaz-nos grandemente, noutras, as nossas opiniões diferem, mas presta-

mos homenagem à profunda convicção com que defende as suas ideias.

Na sua longa peregrinação pelo mundo, Vossa Santidade já pôde ver com os seus próprios olhos muita injustiça, desigualdade, pobreza, campos por cultivar e camponeses sem alimentos e sem terra, desemprego, fome, doenças, vidas que poderiam salvar-se e que se perdem por uns centavos, analfabetismo, prostituição infantil, crianças trabalhando desde os seis anos ou pedindo esmola para sobreviver, bairros marginais onde vivem centenas de milhões de pessoas em condições sub-humanas, discriminação devido à raça ou ao sexo, etnias inteiras desalojadas das suas terras e abandonadas à sua sorte, xenofobia, desprezo por outros povos, culturas destruídas ou em destruição, subdesenvolvimento, empréstimos usurários, dívidas incobráveis e impagáveis, intercâmbio desigual, monstruosas e improdutivas especulações financeiras, o meio ambiente que é destruído sem piedade e talvez sem remédio, comércio sem escrúpulos de armas com repugnantes fins mercantis, guerras, violência, massacres, corrupção generalizada, drogas, vícios e consumismo alienante que se impõe como modelo ideal a todos os povos.

A humanidade cresceu, só neste século, mais de quatro vezes. São milhares de milhões os que sofrem de fome e sede de justiça. A lista das calamidades económicas e sociais do homem é interminável. Sei que muitas delas são motivo de permanente e crescente preocupação de Vossa Santidade. Vivi experiências pessoais que me permitem apreciar outros aspectos do seu pensamento.

Fui estudante de colégios católicos até que fiz o bacharelato; ensinaram-me então que ser protestante, judeu, muçulmano, hindu, budista, animista ou participar de outras crenças



religiosas constituía uma falta horrível, digna de severo e implacável castigo.

Mais de uma vez, inclusive, nalgumas daquelas escolas para ricos e privilegiados, entre os quais eu me encontrava, ocorreu-me perguntar por que não havia ali crianças negras, sem que tenha podido esquecer as respostas nada convincentes que recebia.

Anos mais tarde, o concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, abordou várias destas delicadas questões. Conhecemos os esforços de Vossa Santidade em pregar e praticar os sentimentos de respeito em relação aos crentes de outras importantes e influentes religiões que se expandiram pelo mundo.

O respeito para com os crentes e os não crentes é um princípio básico que os revolucionários cubanos inculcam aos nossos compatriotas.

Esses princípios foram definidos e estão garantidos pela nossa Constituição e pelas nossas leis. Se alguma vez houve dificuldades, não foi nunca por culpa da Revolução.

Alimentamos a esperança de que um dia um adolescente não precise de perguntar, em nenhuma escola de qualquer religião, em qualquer parte do mundo, por que motivo não há lá uma única criança negra, índia, amarela ou branca.

Santidade, admiro sinceramente as suas corajosas declarações sobre Galileu, os conhecidos erros da Inquisição, os episódios sangrentos das cruzadas, os crimes cometidos durante a conquista da América e sobre determinados descobrimentos científicos, não questionados hoje por ninguém, e que no seu tempo foram objecto de tantos prejuízos e anátemas.

Faltava para isso a imensa autoridade que adquiriu na sua Igreja.

Que podemos oferecer-lhe em Cuba, Santidade? Um povo com menos desigualdades, menos cidadãos sem qualquer amparo, menos crianças sem escolas, menos doentes sem hospitais, mais professores e médicos por habitante que qualquer outro país do mundo que Vossa Santidade tenha visitado. Um povo instruído a que pode falar com toda a liberdade que entender e com a certeza de que possui talento, elevada cultura política, profundas convicções, confiança absoluta nas suas ideias e com toda a consciência e respeito do mundo para o escutar.

Não haverá nenhum país melhor preparado para compreender a seu ideal tal como nós o entendemos e tão parecido com o que defendemos, que é que a distribuição equitativa das riquezas e a solidariedade entre os homens e os povos devem ser globalizadas.

Bem-vindo a Cuba!

Os trabalhadores, os lucros e os resultados das empresas

■ Fátima Garcia

A forma como as Instituições Europeias se preocupam com os problemas dos trabalhadores europeus estará bem presente na memória de todos. Aqui fica mais uma prova desta preocupação.

Na sua última sessão plenária, o Parlamento Europeu aprovou o relatório da deputada Hermange (francesa do Grupo UPE - que integra os deputados portugueses do PP) sobre o relatório da Comissão Europeia relativo à promoção da participação dos trabalhadores assalariados nos lucros e nos resultados das empresas, incluindo a participação no capital - PEPPER II.

Começemos pelo princípio. PEPPER é a sigla inglesa de "promotion of employee participation in profits and enterprise results", que traduzido para português corresponde ao título do relatório mencionado.

Em 1991 saiu o primeiro relatório PEPPER no seguimento do qual o Conselho de Ministros aprovou uma Recomendação em 27 de Julho de 1992 onde encarregava a Comissão de elaborar um novo documento com o balanço da evolução nos 4 anos seguintes, considerando que o desenvolvimento de participação financeira é fortemente influenciado pela acção governamental.

Nos países da União Europeia existem várias formas de participação dos assalariados nos resultados das empresas que se podem agrupar em duas categorias principais: participação nos lucros e participação no capital.

A participação nos lucros dá aos assalariados uma gratificação regular paga a partir de lucros que seriam normalmente afectados ao capital mas, ao contrário das gratificações tradicionais ligadas ao desempenho individual (por exemplo, salários em função do trabalho realizado), a participação nos lucros é um regime aplicado a todos ou a um grande grupo de assalariados.

A participação dos assalariados no capital prevê a participação nos resultados da empresa de forma indirecta, isto é, com base na participação na propriedade, seja recebendo dividendos seja pela valorização do capital detido pelos trabalhadores seja ainda pela combinação destas duas formas.

Neste segundo relatório PEPPER (datado de Janeiro 97), a Comissão chega à conclusão que, desde 1991, a situação não evoluiu consideravelmente e ficou aquém do que se esperava. Por esta razão os governos dos Estados-membros terão de meter mãos-à-obra na promoção da "democracia industrial e participação directa" (ou como se diz na nossa terra "capitalismo proletário" - e quem souber o significado que se acuse).

E que espera a Comissão dos governos dos Estados-membros? Em primeiro lugar, que se desenvolvam as legislações nacionais de enquadramento e preparem um clima de estímulo à criação de sistemas para a promoção da PEPPER através de vantagens fiscais e isenção de alguns encargos quer para os trabalhadores quer para os empregadores, por exemplo a isenção de contribuições para a segurança social. Que se criem fórmulas PEPPER aquando da privatização de entidades públicas.

Chegando a este ponto em que tudo (ou quase) parece ser pelo melhor, vêm as más notícias. Afinal para que quer a Comissão e o Conselho de Ministros da União Europeia aumentar a participação dos assalariados nos lucros e nos resultados da empresa? O relatório é igualmente claro neste aspecto.

- A participação nos lucros está associada a níveis mais elevados de produtividade, melhoria da competitividade, qualidade de produção e flexibilidade salarial.

Ora bem, a situação começa a ficar mais clara. Os regimes PEPPER encontram-se com muito maior frequência em empresas de maiores dimensões e mais rentáveis, multinacionais, empresas do sector financeiro e empresas com apetrechamento acima da média. Se tivermos em atenção que, por exemplo, em Portugal, a parte do capital detida por pequenos accionistas e assalariados nas suas próprias empresas representa 12,4% do número total de accionistas ou que os lucros distribuídos são apenas uma parte dos lucros alcançados, fácil será compreender a quem caberá a parte de leão resultante do maior esforço dos trabalhadores.

O eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, afirmou em declaração de voto que esta estratégia não é nova e que já há 30 anos eram apresentadas políticas semelhantes como panaceias para um conjunto de situações configuradoras de uma situação social muito degradada a reclamar soluções de fundo.

Afirmou ainda o eurodeputado do PCP que "o nosso voto não se dirige contra as excelentes intenções como não seria a favor de uma ilusão que se renova e que se pretende transmitir a quem delas não precisa".



Formação, ¹¹ trajectória e fim do Império britânico

Os soldados ingleses roubam tudo!

Grito de Wellesley, em Portugal

Em Londres, a 27 de Abril de 1808, o Alto Comando imperial publica a Ordem do Dia em que se confirma a nomeação de Sir Arthur Wellesley para Portugal: «Sua Majestade teve o prazer de nomear o tenente-general Sir Arthur Wellesley K. B., para o cargo de comandante das suas forças em Portugal. Sua Excelência, tendo já chegado àquele país para assumir o comando, todos os requerimentos e relatórios a si dirigidos devem ser endereçados através dos círculos normais.»

A guerra em Portugal era a guerra da Inglaterra. Com o exército britânico, o Império colocava no nosso país o seu mais competente e genial chefe militar. A França teria de ser compelida a enfrentar a realidade das novas condições internacionais. Tudo começaria a decidir-se em Portugal. Porém, o povo deste nosso velho país, herdeiro de um passado glorioso mas atirado para um destino cinzento, estava a descobrir a Europa - ele que descobrira a Índia, toda a Ásia, o Brasil. Abrem-se na sua frente as portas do imenso alçapão da História. Aquilo que encontra repugna-o. Vamos já ver porquê.

O Império britânico existe, ainda sob um formato meramente colonial. A «Royal Navy» controla os oceanos. Mas tudo se desmonará se a «Grande Armée» napoleónica não for vencida, definitivamente. Sir Arthur tem para cumprir uma das mais gigantescas tarefas que jamais se depararam a qualquer general em qualquer tempo histórico. Com efectivos sempre inferiores, não pode combater frontalmente. Tem de usar processos mais subtis, imaginativos, psicológicos. Por exemplo: a guerra secreta, aquela que envolve missões especiais, espionagem, informação e contra-informação. No campo inglês, tudo se passa a horas certas. Bem se admiravam os camponeses portugueses ao depararem com aqueles senhoritos, tão estranhos em tudo, que não paravam de consultar os relógios...

O mundo não pára. A população do Canadá aumenta extraordinariamente com a constante chegada de imigrantes escoceses e ingleses. O período histórico que viu o desenvolvimento da colonização na região do rio São Lourenço, assiste ao mesmo processo na Austrália. Fora apenas em 1786 que Lord Sydney organizara a deportação das primeiras levas de presos indesejáveis para o continente australiano. A chegada dos presidiários e das tropas que lhes faziam guarda daria lugar, rapidamente, à de outras espécies de gente - aventureiros, irlandeses em fuga, homens arruinados pelo capitalismo, mulheres em desespero. Mais tarde, chamaram-lhes criadores de gado... A Índia, depois

da vitória de Plassey (Clive) e das campanhas de Wellesley, dividia-se em vastas regiões que se designavam como «British India», territórios sob protecção britânica, províncias cedidas. Tudo, entretanto, estava em jogo. A Guerra Peninsular, aquela que se travava em Portugal, decidiria o futuro do Império.

Informado da heróica resistência do povo de Amarante e do general Silveira, Sir Arthur exprime reservas quando lhe dizem que se trata de uma revolta do campesinato. Não conhece, ainda, os portugueses. Viria a temê-los e a desprezá-los sem jamais os ter conhecido. Mas, para já, ordena ao vice-almirante Berkeley que lhe envie para o estuário do Tejo navios de transporte de cavalos com 1100 animais. Sout, como sabemos, é senhor da cidade Invicta. Contudo, acha-se isolado porque a situação em Espanha e na Europa não permite a deslocação de mais tropas para Portugal. O herói de Austerlitz imagina-se príncipe de Portugal e enfrenta oposições aos seus ambiciosos



projectos por parte dos generais Loison, Delaborde, Merle, Quesnel. O capitão Argenton age como informador dos ingleses. É preso e fuzilado.

Marcha sobre o Porto

Primeiro de Maio de 1809. O quartel-general de Wellesley está em Vila Nova de Ourém. As forças anglo-portuguesas marcham para o Porto em duas colunas - a primeira, pela direita, com 7000 homens (1000, cavalaria) tomará a direcção de Viseu e Lamego sob

EM FOCO

■ Manoel de Lenastre



o comando de Beresford; a segunda, com 20 000 homens (1400, cavalaria) será comandada, pessoalmente, por Wellesley e avançará pela zona do Vouga. Em Coimbra organizar-se-ão armazéns de abastecimentos para 30 000 soldados e 5000 cavalos. O general Paget recebe ordens para sair de Lisboa tomando a direcção de Coimbra, por Vila Franca, Rio Maior, Leiria, Pombal, a fim de juntar-se a Wellesley. O tenente-coronel Douglas vai para Aveiro com um destacamento de «Dragões» em missão de reconhecimento.

Quando a resistência patriótica cessa em Amarante e os franceses se apoderam da ponte sobre o Tâmega, o general Silveira retira-se para a zona de Lamego. O povo em fuga, espalha-se por toda a região e chora a sua derrota. Mas o exército de Wellesley já está em marcha. Portugal será semiliberto, uma vez mais. E D. Miguel Pereira Forjaz que, anos depois, o supremo-comandante britânico consideraria o mais hábil de todos os governantes da Península, informa-o de que em nome do príncipe-regente lhe conferia o posto de marechal-general dos exércitos de Portugal. Sir Arthur, agradecendo, disse-se honrado com a distinção e prometeu trabalhar pelos interesses de Portugal e pela sua segurança. Mas, no momento, luta com problemas financeiros — só tem em caixa a importância de 10 000 libras e as despesas mensais do exército ascendem a 100 000 libras. As exigências financeiras diárias «são monstruosas». É, para complemento da sua inquietação, Beresford leva-lhe 40 mulas. O correio diário com a Embaixada britânica em Lisboa é garantido por mensageiros especiais que «voam» para Abrantes (general Mackenzie) e, de aí, para a capital portuguesa.

Beresford cai sobre Viseu e Lamego. A 9 de Maio, o major-general Hill chega a Ovar. Seguem-no unidades comandadas por Cameron. E nessa noite, o major-general Cotton, à frente de um destacamento de cavalaria, puxa forte na dianteira de toda a coluna para juntar-se às tropas portuguesas que o coronel Trant comanda. Nas imediações de Albergaria-a-Velha, o general francês Francheschi é surpreendido por tropas das brigadas de Murray e Stewart. Às seis e meia da manhã do dia 10, as forças de Campbell e Sontag, superiormente comandadas por Sherbrooke, estão em plena estrada do Porto, na zona da Mealhada.

Wellesley monta o seu quartel-general na Quinta da Graciosa. Informam-no de que há deserções entre as suas tropas. Para onde irão esses soldados? Vão conhecer as estranhas liberdades dos fugitivos. Acamaradar com o sol e o vinho de Portugal. Vão conhecer as raparigas dos campos. Conseguirão sobreviver? Jamais. Sir Arthur escreve a Beresford: «Mande gente para Bragança, Chaves, Ciudad Rodrigo e mesmo para Zamora. É preciso sabermos o que se passa em Aragão.» Os serviços de informações do exército (Intelligence Service) estão em todos os cantos da Península. O regimento de Infantaria 16 (portugueses comandados pelo coronel Doyle) entrou em acção durante o cerco de uma força de 4000 homens e alguns esquadrões de cavalaria do inimigo. Beresford converge sobre Vila Real.

Wellesley ocupa a cidade invicta

Entretanto, no Porto, o duque de Dalmácia (Soul) começa a organizar-se para a retirada. Artilharia, bagagem diversa, equipamento e abastecimentos são transportados para Amarante. Mas na manhã de 12, Wellesley já está no alto da serra do Pilar de onde observa as movimentações da tropa napoleónica, tudo em busca de uma ilusória segurança através da estrada de Valongo. O exército inglês começa a concentrar-se. E vinte e cinco mil homens descobrem na sua frente a cidade do Porto, o histórico burgo nortenho onde o coração português pulsa desordenadamente, atormantado, indeciso, mergulhado num terrível nó de contradições.

O major-general Murray, com um batalhão da Legião Alemã, um esquadrão de cavalaria e alguma artilharia, marcha na direcção de Avintes procurando apossar-se de barcas que permitam a travessia do Douro. Conseguem encontrar algumas em Vila Nova de Gaia e, sem que a cidade e os franceses disso se apercebam, o embarque de pequenos contingentes tem o seu início. Gradual mas rapidamente, a transferência de

tropas aliadas de uma para a outra margem do Douro intensifica-se e quando as travessias se tornam óbvias os franceses descobrem, enfim, o que se está a passar. Mas é já tarde. Às 10 da manhã, o 1º batalhão dos «Buffs», sob o comando do tenente-general Paget, estava na margem direita do rio, na sua totalidade, e tomava posições naquilo que era, então, a Quinta do Prado, à volta de um edifício inacabado, o seminário. Troava a artilharia inglesa. Rufavam tambores e os franceses iniciavam o ataque a Paget. Tropas, ainda no meio do rio, são apanhadas pela emoção própria do momento. Trata-se de um batalhão português e dos regimentos do major-general Hill. Paget é mortalmente ferido. Murray surge na zona de atrição vindo de Avintes. Sherbrooke, com uma brigada de guardas e o 29º regimento, desequilibra a situação e o peso do seu ataque desagrega as forças de Soul. Estabelecida a confusão, os franceses fogem para Amarante. Tropas anglo-portuguesas, estão nas ruas da cidade do Porto e fazem prisioneiros. O major Harvey, com um esquadrão do 14º de «dragões», ataca a retaguarda inimiga e os franceses, além de 700 feridos e doentes, deixam no terreno centenas de mortos. É o dia 12 de Maio de 1809. A libertação do Porto consuma-se. Sir Arthur Wellesley está de posse da cidade e acaba por sentar-se à mesa onde o duque da Dalmácia esperava almoçar, às três horas da tarde.

No dia seguinte, o comandante-supremo britânico manda afixar a seguinte proclamação ao povo do Porto: «Habitantes do Porto! Tendo as tropas francesas sido expulsas desta cidade pela valentia e superior disciplina do exército sob o meu comando, peço-vos que se mostrem misericordiosos para com os prisioneiros e feridos. Têm o direito à minha protecção, segundo as leis da guerra, e estou disposto a garantir-lhes essa protecção. Será digno da generosidade e da bravura da Nação portuguesa que não se vinguem as humilhações sofridas nas pessoas desses

infelizes que têm de ser considerados como simples instrumentos nas mãos de outros, mais poderosos, que ainda estão em armas contra nós. Por isso, peço aos habitantes desta cidade que, em paz, permaneçam nas vossas casas e aviso de que considerarei qualquer pessoa que ataque algum dos feridos ou prisioneiros, como culpada de desobediência e estas minhas ordens.»

A escumalha da terra

A fuga de Soul é um capítulo da Guerra Peninsular que não entendemos possível aqui reproduzir. Entretanto, deixando Trant a governar o Porto, Wellesley marcha para Braga e Ponte de Lima. E enquanto o general Silveira reentra em Amarante, Beresford dispõe as suas tropas numa zona compreendida entre a referida localidade, Lamego e Vila Real. Murray tem ordens para dirigir-se a Penafiel e, de aí, para Chaves tentando interceptar os franceses que, enlouquecidos, procuram saída do território português. Chegam navios de carga ao Porto com o objectivo de procederem ao embarque de 2000 prisioneiros, feridos ou doentes. As dificuldades de abastecimento são enormes. Pão para três dias. As provisões de calçado, numa situação em que as tropas realizam longas e violentas marchas a pé, fazem-se irregularmente. E a soldadesca britânica sabe que está em país conquistado. A insubordinação cresce. Então, os camponeses dos lugares por onde passam os seus libertadores ingleses ficam a conhecer a face contrária da «moeda de câmbio» que está a circular — a pilhagem por parte dos britânicos em oposição à dos franceses. Wellesley protesta. E escreve: «O exército comporta-se terrivelmente. Não passa de uma multidão de desordeiros que estou tentando domesticar.» Noutra ocasião declararia: «Este é um exército de aristocratas comandando soldados saídos dos mais baixos graus sociais — são a escumalha da terra.»

Escondam as gaiatas!

Os portugueses tinham duas Inglaterra no seu país: a aristocrática, de solenes e rígidas maneiras que a oficialidade representava; e a popular, soldados que eram gente estranhamente bruta, de uniformes sujos e rotos, de botas esburacadas, homens de todas as províncias que se haviam alistado só pelo vinho e cujo olhar sequioso procurava o desconhecido. Escoceses que emergiam de séculos de isolamento. Galezes cuja algazarra

militar parecia vinda dos tempos de Edward I. Irlandeses de alma ferida, irmãos dos portugueses no catolicismo. Tinham caído no regaço da mãe «Britannia», a protectora de todos os povos pobres do Mundo. E, unidos, lutavam e morriam pelo Império.

«Where is the wine!» (1)

Os olhos embrutecidos dos soldados reviravam-se à vista dos vestidos negros e nodosos das camponesas portuguesas, mulheres envelhecidas pelo trabalho brutal dos campos aos vinte e poucos anos de idade. «Where 'is' the girls?»

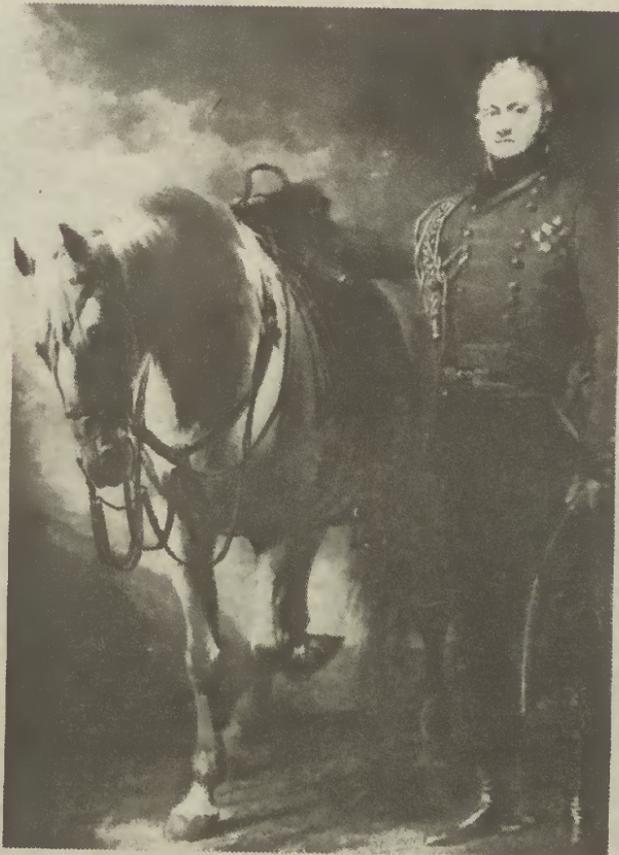
(2) Longe, nos solares, fidalgas deixavam morrer a imaginação nos finos uniformes dos oficiais. E o vinho do Porto, nectar supremo, surgia. «Roubam tudo» grita Wellesley. Violentamente acordado de séculos de fantasias, sonhos e sofrimentos, os portugueses encontravam-se com a nova Europa no seu próprio país. Eis a Europa! A Europa revolucionária, filosófica, impe-

rial, industrial, capitalista. A Europa miserável, confusa e triste, construindo na guerra tudo o que se tornara impossível erguer em paz. E o caminho do controlo da Terra pela City de Londres desenha-se sobre os corpos de milhões caídos nos campos de batalha.

«Dai-lhes de beber!», gritavam as mães portuguesas, endoidecidas pelo perigo que a soldadesca inglesa representava. «Escondam as gaiatas!» ordenavam, desvairados, os pais e os irmãos. E assim, os sofrimentos do povo português, as suas lágrimas, o seu sangue, as suas profundas aflições, também ajudavam a consolidar e a fortalecer o Império britânico.

(1) «Onde está o vinho?»

(2) «Onde 'está' as raparigas?»



Inventar pastas em Bissau

Marcelo Rebelo de Sousa está cada vez mais criativo: agora já manda recados políticos e propõe remodelações governamentais do estrangeiro.

O caso passou-se numa deslocação à Guiné-Bissau, onde o presidente do PSD resolveu declarar algumas novidades. Por entre recados avulsos para dentro do seu próprio partido, às tantas Marcelo afirmou que, na sua opinião, deviam ser criados mais alguns ministérios. Um deles seria o «das Cidades». Ora aí está uma coisa que não se compreende mas está

muito bem explicada. Explica, pelo menos, por que foi Marcelo à Guiné-Bissau: foi para governar Portugal a partir duma ex-colónia, o que até dá um ajuste de contas histórico com significado, dado Portugal ter imposto, durante séculos, o seu governo às ex-colónias...

As lideranças

As notícias sobre as «movimentações» no PSD fervilham. Primeiro foi a disputa pela Distrital de Lisboa, com uma luta feroz entre um Duarte Lima sequioso de poder após a sua «travessia do deserto», um

PONTOS CARDEAIS

Pedro Passos Coelho à procura do protagonismo que não conseguiu como candidato à presidência da Câmara da Amadora e um Pacheco Pereira que não desiste de ser um ideólogo. Ganhou o primeiro e o xadrez já começou a abanar por todos os lados. Agora é a contenda pela liderança do Algarve, onde o primeiro a avançar foi Mendes Bota, o deputado-cantor. Todavia não há-de ficar sozinho no terreiro: Macário Correia - o novo senhor de Tavira - está em linha, Cabrita Neto não

há-de querer sair de linha e até o trepidante José Vitorino espreita a oportunidade de, passados tantos anos de ostracismo, voltar a brilhar no partido que o desprezou ao ponto de se candidatar pelo CDS e no qual voltou a filiar-se há dois anos para «reiniciar» a carreira política. Neste entretanto, zunem os boatos, as «sondagens» às três pancadas, as «reflexões», as contagens de apoios. A única coisa que não bule - quanto mais zunir! - é a apresentação de programas concretos, de discussões

sobre os problemas, de propostas para a sua resolução, enfim, de tudo o que, teoricamente, é a justificação primeira para a actividade política. Ideais? Só se forem os que cada um vê ao espelho quando nele se olha.

Hércules derrotado

Numa de cultura, o presidente PS da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, afirmou há uns meses, em mais um pico da sua pretensa «cruzada pela regionalização», que se considerava «um Hércules»

que haveria de derrotar «a hidra» do centralismo que se opõe à regionalização. Esta semana o Hércules do Porto confessou, com igual à vontade, que «a hidra do centralismo continua pujante, sem que tenha sido decepada qualquer das suas cabeças» e que Hércules não tinha conseguido «cortar uma única cabeça à hidra». Vantagens em se andar apenas a fingir. Se Hércules admitisse uma desistência destas, era desgraduado de semideus e corrido de todos os imaginários. Fernando Gomes, não: vê-se, assim, livre de andar sempre a carregar com a chatice de defender as regiões, passa a culpa para «os outros» e reforma-se como «um Hércules da Regionalização». Ora toma.

PONTOS NATURAIS

Mário Castrinho

Encontro em Dezembro

Fiambre e vinho verde

Como parecia diferente de quando nos conhecemos há um bom par de anos! Os cabelos embranqueceram, o sorriso mais pálido, a pele seca e rugosa como um tecido amarrotado. Fala devagar, baixinho, como se pretendesse, a todo o custo, poupar energias. Perguntei-lhe, depois de uma conversa que, com muitas torradas, muitas bolachas, muitas sandes de fiambre regadas ao

vinho verde «sempre na minha memória» disse com um sorriso tímido. Perguntei se podia, em público, referir aquele nosso encontro.

- Sim - respondem R. - desde que não escrevas o meu nome.

O direito à dignidade

Por acaso, no «Avante!», Miguel Urbano Rodrigues dedicou uma página inteira às dificuldades que entravam o desenvolvimento de Cuba.

A luz que falta constantemente, o tormento dos transportes, os motores parados por falta de peças, os vestidos que fazem parte dos sonhos (só dos sonhos...) da maioria das mulheres, os sapatos que se poupam como se fossem uma preciosidade...

Tudo devido ao criminoso embargo americano. Uma das maiores vergonhas do nosso tempo. A maior potência do mundo quer pôr de joelhos um pequeno povo que teima em resistir. Para ser digno de si próprio.

Uma sopa de urtigas

Mas regressemos à visita de R., naquela tarde chuvosa de Dezembro. Convém saber que se trata de alguém de acção importante na sociedade do seu país. Faz parte da elite, de uma elite que lhe permitia uma vida desafogada. E agora? Agora conhece as maiores privações, inclusive a fome. Não há pão, nem leite, nem queijo, nem conservas. O seu vencimento não lhe permite sequer comprar o pequeno boião de iogurte. Já não se lembra há quanto tempo não come um ovo. Um ovo? Isso é um luxo. Quantas e quantas refeições apenas constam de uma sopa de urtigas apanhadas nos campos próximos.

Por dentro da memória

Passam pela minha memória imagens para sempre fixadas. Os campos ricos, as empresas agrícolas evoluindo para enormes complexos agro-industriais. Descer do autocarro em plena estrada, entrar numa tasca, abancar a um farto lanche com base em iogurtes e doces de que perdi o nome. Num restaurante, os pássaros entravam livremente, comiam as migalhas da toalha. Por acaso, um pousou nas fatias do cesto e a empregada veio substituir o cesto por outro.

- Estes pássaros não têm juízo nenhum - comentou com um sorriso.

Ah, que saudades daquela Bulgária...

Ao menos, Bulgária...

Conta-nos Miguel Urbano Rodrigues que todos em Cuba estão ao abrigo das carências alimentares graves mercê do racionamento que obedece a um imperativo de justiça social. Nenhum comentador, durante a visita do papa, testemunhou a existência de velhos ou crianças com fome. E tudo acontece assim em Cuba, e tudo acontece assim na Bulgária... Na Bulgária, onde tudo falta, oxalá, ao menos, não falte a esperança. Para a reconquista da dignidade.

Acusar os outros

Evegueni Zobov, comissário do pavilhão russo na EXPO'98, acusou os responsáveis portugueses de «desinteresse» na divulgação da Exposição no seu país. Só não disse que o governo russo pouco ou quase nada tem disponibilizado, do ponto de vista financeiro, para desenvolver campanhas próprias no seu país, como faz toda a gente...

Mais Clinton

O cerco ao presidente Bill Clinton parece apertar-se perigosamente. As alegadas aventuras extraconjugais do presidente tornaram-se num circo imparável, onde o nível já desceu ao ponto de se discutir se o sexo oral era, ou não, a «consumação» de um acto sexual, enquanto os seus adversários procuram, afanosamente, apanhar Bill Clinton na situação de perjúrio, o que desencadearia a sua demissão. A hipocrisia do «american way of live» parece não ter limites. Os escândalos, realmente sérios, que foram aflorados sobre Clinton envolvendo corrupções graves com negócios de terrenos, vigarices bancárias e, até, misteriosos «suicídios», todos foram lentamente caindo no esquecimento. Agora, uma duvidosa e ridícula história de adultérios ameaça fazer soçobrar o presidente. Que se há-de fazer? Este é o país cujos dirigentes - o próprio Clinton - se recusam sobranceiramente a reduzir as emissões tóxicas que ameaçam sufocar o planeta (apesar de os EUA, sozinhos, produzirem 25% dessas emissões) e, ao mesmo tempo, até já proibem as pessoas de fumar na rua, em nome duma cruzada antitabágica sem tom nem som.




CDU
PCP-PEV
SETÚBAL

Plenário concelhio de eleitos da CDU para discussão das perspectivas de trabalho no novo mandato: domingo, dia 1, das 10 às 18h, no Edifício Arrábida, com a participação de Jorge Pires, da DORS.

PORTO

Lordelo - Visita da CDU e contactos na freguesia (Bairro da Pasteleira às 10h, Grupo Desportivo da Pasteleira às 11h, Fundação de Serralves às 11h30, Clube Infante de Sagres às 12h30). Participam Ilda Figueiredo e Rui Sá da Câmara, eleitos na CM e AM, respectivamente, e os eleitos na freguesia Nuno Teixeira e Arminda Resende.

MATOSINHOS

Reuniões de apoiantes e activistas da CDU nas seguintes freguesias:

- Guifões (Esc. Primária Passos Manuel, 21h30) e Santa Cruz do Bispo (Salão Nobre da JF, 21h30) - ambas no dia 30;
- Matosinhos (CT do PCP, 16h) e Perafita (em casa do cam. Luís Belmiro, 17h) - dia 31;
- Lavra (Angeiras, em casa de Zeferino Martinho, 10h30) - dia 1.

COVA DA PIEDADE

Almoço-convívio de eleitos, candidatos, activistas, participantes e apoiantes da CDU na Casa do Algarve (Av. Rainha D. Leonor, nº 15A), promovido pela Coordenadora da CDU da Cova da Piedade: domingo, dia 1.

PORTO

Sábado - CT da Boavista

14h - Reunião da Org. do Ensino Secundário do Porto

16h30 - Debate:

AUTÁRQUICAS, CAMPANHA E RESULTADOS ELEITORAIS

PERSPECTIVAS DE FUTURO

com Emídio Ribeiro

20h30 - Jantar-convívio

SINTRA

Festa-convívio do 1º Aniversário do Barxismo

(R. Vasco da Gama, 11 - Rio de Mouro)

Sábado, 31, a partir das 22h



Associação de Amizade Portugal-Cuba

JANTAR COM MÚSICA AO VIVO

NO RITZ CLUB

- Celebração do triunfo da Revolução Cubana -

DIA 30, às 20 horas

(Reservas: AAPC - tel. 385 73 05)

Reuniões e Plenários
LISBOA

- Bancários Reformados - Plenário de militantes no CT Vitória: hoje, quinta-feira, às 14h30
- Sector dos Transportes - Reunião do Organismo de Direcção para: 1) análise da situação política / lutas no Sector; 2) organização do trabalho de Direcção: terça-feira, 3, às 19h, no CT Vitória, com a participação do camarada Carlos Grilo.
- Almoço-convívio das freguesias da Zona Norte de Lisboa, com a participação de Carlos Aboim Inglez: sábado, 31, às 13h (Inscrições: CTs. Vitória e do Lumiar)

Concelho de SINTRA

- Agualva-Cacém - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Vítor Dias: sexta-feira, 30, às 21h30, no CT do Cacém.
- Casal de Cambra - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 30, às 21h30, na garagem do cam. Garcia, em Casal de Cambra.
- Sta. Maria e S. Miguel e S. Martinho - Plenário de militantes no CT de Sintra: quarta-feira, 4, às 21h30.

Concelho de CASCAIS

- Alcabideche - Plenário de militantes da freguesia para análise dos resultados eleitorais e discussão das acções a desenvolver: dia 7, às 15h, no CT local.
- Carcavelos - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Carlos Grilo: sábado, 7, às 15h, no CT local.
- Cascais - Almoço-convívio com a participação do camarada Carlos Rabaçal, vereador da CM de Cascais: domingo, dia 8, às 13h, no CT de Cascais (Inscrições: até 5 de Fevereiro no CT de Cascais, tel. 486 69 91)

Concelho de SEIXAL

Plenários de militantes para discussão dos resultados eleitorais e do desenvolvimento do trabalho autárquico, em 1998, nas freguesias:

- Arrentela - Sábado, 31, às 15h, no CT local;
- Amora - Domingo, 1, às 15h, no CT local;
- Casal do Marco - Sábado, 31, às 17h, na delegação da JF no Casal do Marco;
- Corroios - Sábado, 31, às 15h, no CT de Corroios;
- Seixal - Domingo, 1, às 15h, no CT do Seixal.

Profetários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

1998

Uma batalha para o fortalecimento do Partido

NESTE NÚMERO



Razões e perspectivas da luta



Os media e a sociedade capitalista



O socialismo no limiar do século XXI



As eleições autárquicas

1998 Uma batalha para o fortalecimento do Partido

Encontra-se já em distribuição o primeiro número deste ano (correspondente aos meses de Janeiro e Fevereiro) de *O Militante*. O tema de abertura diz bem dos objectivos e preocupações desta prestigiada revista cujos artigos e apresentação gráfica têm vindo a melhorar substancialmente e constituem razões acrescidas para um maior interesse dos seus leitores - quer dos mais fiéis quer daqueles que venham a descobri-la. Fundamentalmente dirigida aos militantes e quadros do PCP, esta publicação do Partido, dirigida por Blanqui Teixeira, apresenta um muito variado conjunto de temas, de que destacamos, neste número, para além do seu editorial:

Autarquias

Um artigo de Luís Sá, sobre As eleições autárquicas, a democracia e o poder local, em que o dirigente comunista faz um breve balanço dos resultados eleitorais, reafirmando a capacidade e a força do projecto do PCP e da CDU.

União Europeia

A intervenção inicial proferida por Álvaro Cunhal no debate que o contrapôs a Mário Soares, tendo como tema «A União Europeia e a crise da independência/identidade nacional», é aqui reproduzida, constituindo uma referência importante para a reflexão sobre um tema que solicita um mais vasto debate na sociedade portuguesa.

Organização

Tema obrigatório na revista, desta vez com a tónica sobre o Reforço da Organização do Partido, a necessidade de prosseguir na realização regular de assembleias, de prestar mais cuidada atenção à divulgação da imprensa partidária e de promover uma mais eficiente cobrança da quotização.

Lutas

As razões e perspectivas da luta dos trabalhadores são abordadas em artigo de Jerónimo de Sousa, que sublinha a importância destas para a evolução da situação política e social.

Juventude

Uma série de artigos da autoria de dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa preenchem boa parte da revista. Nuno Costa, António Jorge Almeida, Ricardo Oliveira e Bernardino Aranda escrevem sobre o papel da JCP, sobre a política da juventude, sobre o movimento estudantil e sobre o reforço da intervenção e da organização.

Media e sociedade

Fernando Correia inicia neste número um conjunto de artigos subordinado a este tema geral, detendo-se neste artigo sobre o papel e as contradições dos meios de comunicação na sociedade capitalista.

Social

A situação do emprego, com exemplos da evolução deste nos últimos cinco anos, é o tema do artigo de Fernando Marques, que aborda as questões da precariedade e do artificialismo de certos indicadores, analisando várias vertentes da actual situação no País.

Internacional

Albano Nunes dá conta dos trabalhos realizados recentemente em Havana durante o Seminário sobre «O Socialismo no limiar do século XXI», sendo aqui transcrita a intervenção que aí proferiu em representação do Partido Comunista Português.

Assembleia

O Orçamento do Estado aprovado na Assembleia da República para 1998 é objecto de um artigo de Octávio Teixeira que aí critica mais uma vez o diploma, sublinhando o «carácter particularmente escandaloso», que é o de «continuar a fazer recair quase todo o peso da fiscalidade directa sobre os rendimentos do trabalho».

Cultura

Filipe Diniz, escrevendo sobre os maus caminhos por onde vai a Cultura, salienta «a incompatibilidade entre uma política orçamental cega e obstinadamente subordinada à marcha para a moeda única e as reais necessidades de desenvolvimento de uma política cultural de expansão e de um projecto democrático».

Economia

Um Sector Público forte, componente indispensável de uma democracia plena, é o tema do artigo de Francisco Lopes, chamando a atenção para que «a resistência às privatizações, o alerta para as suas consequências, tem vindo a crescer, confrontando o Governo PS com incómodas denúncias».

Como se pode verificar, temas importantes não faltam neste número de *O Militante*, entre outros artigos e notas de interesse que compõem esta edição.

TELEVISÃO

Quinta, 29

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
14.50 Coração Selvagem
16.40 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Teletjornal
20.50 As Lições do Tonecas
21.25 A Grande Aposta
22.20 Maria Elisa
00.10 24 Horas
01.00 Musical: «Celine Dion»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório



Céline Dion: uma hora de canções, hoje à noite na RTP1

17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.55 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 Um Comunicado da Renter
(de William Dieterle, EUA/1940, com Edward G. Robinson, Edna Best, Eddie Albert. Ver Destaque)
01.10 Magazine

SIC

09.10 Buérré
10.30 Vida de Casal
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 A Viúva do Enforcado
17.00 Bueréré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.00 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Linha de Fundo
00.40 Lar, Louco Lar
01.20 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street

Sexta, 30

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.25 Os Andrades
16.05 Coração Selvagem
17.40 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Teletjornal
20.55 Futebol: Desp. Chaves-Sporting
23.00 A Grande Aposta
24.00 24 Horas
00.50 Projecto Genesis
(de Philip Jackson, Can., com David Ferry, Olga Prokhorova, Robert Russell. Ficção Científica)
02.20 Motores

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.15 Música do Séc. XX
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta
(O Rap é Uma Arma - Curta-Metragem de Kiluanje Liberdade J. P., Port./1996)
19.20 2001
20.00 Ponte de Brooklyn
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.45 O Ódio
(de Mathieu Kassovitz, Fr./1994, com Vicent Cassel, Hubert Koundé, Saïd Taghmaoui, Karim Balkhadra. Ver Destaque)
00.50 Sinais do Tempo
01.20 Sexo a Sério

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 A Maior Bolada do Mundo
(de Ken Annakin, EUA/1967, com Raquel Welch, Robert Wagner, Edward G. Robinson. Comédia Policial)
02.10 O Cerco dos Vampiros

SIC

09.10 Buérré
10.30 Cenas de Um Casamento
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 A Viúva do Enforcado
17.00 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Ponto de Encontro
23.10 Donos da Bola
01.30 Último Jornal
02.20 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.40 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 C-16
23.55 Jovens Assassinos
(de Bradley Wigor, EUA/1997, com Kate Jackson, Drew Ebersole, Gary Basabara. Policial)
01.40 Lar, Louco Lar
02.15 Fora de Jogo
02.30 A Balada de Hill Street

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Sábado, 31

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.50 A História de Nikita
15.45 GFP Campeão dos Campeões
16.40 Homens Bons e Maus
(de Les Kimber, EUA/1990, com Christopher Reeves, Raul Trujillo, Tony Todd. «Western»)
18.10 Jet 7
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Teletjornal
21.20 Futebol: Belenenses-Porto
23.30 Serviço de Urgência
00.25 24 Horas
01.00 Olha-me nos Olhos
(de Nick Ward, Gr.Br./1994, com Caroline Catz, Seamus Gubbins, Mai Patresi, Barnaby Stone. «Thriller»)
02.30 Futebol: Aston Villa-Newcastle

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.15 Música do Séc. XX
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta
(O Rap é Uma Arma - Curta-Metragem de Kiluanje Liberdade J. P., Port./1996)
19.20 2001
20.00 Ponte de Brooklyn
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.45 O Ódio
(de Mathieu Kassovitz, Fr./1994, com Vicent Cassel, Hubert Koundé, Saïd Taghmaoui, Karim Balkhadra. Ver Destaque)
00.50 Sinais do Tempo
01.20 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.10 Príncipe de Bel-Air
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.45 Dias de Tempestade
(de Tony Scott, EUA/1990, com Tom Cruise, Nicole Kidman, Robert Duvall. Ver Destaque)
19.00 Bom Baão
19.30 Srs. Doutores
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 O Raid Relâmpago dos Comandos
(de Irving Kershner, EUA/1976, com Charles Bronson, Peter Finch, Yaphet Kotto. Telefilme / Acção)

TVI

10.00 Animação
13.05 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.40 Vale da Paixão
(de Charles Jarrott Can./1994, com Emma Samms, Bruce Greenwood, Catherine Oxenberg, Mark Humphrey. Policial)
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.25 O Homem de Hong-Kong
(de Brian Trenchard-Smith, Austrália/Hong Kong/1974, com Jimmy Wang Yu, George Lazenby, Rebecca Gillins. Acção)
01.15 A Balada de Hill Street



Teatro televisivo - «do tempo do directo (e da censura), passando pela Revolução de Abril...», a memória quase exclusiva de 40 anos de teatro em Portugal, numa série de Isabel Medina e Luís Filipe Costa: a partir de domingo no Artes e Letras

Domingo, 1

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
14.50 Kung Fu
15.40 Os Andrades
16.10 O Pai Tirano
(de António Lopes Ribeiro, Port./1941, com Vasco Santana, Ribeirinho, Leonor Maia, Teresa Gomes, Laura Alves. Ver Destaque)
18.20 Casa Cheia
18.50 Riscos
20.00 Teletjornal
20.45 Reis do Estúdio
22.05 A Grande Aposta
22.50 Domingo Desportivo
00.40 24 Horas
01.20 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Uma Saga Europeia
12.10 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.15 Casa de Lava
(de Pedro Costa, Port./Fr./Alem./1994, com Inês de Medeiros, Isaac de Bankolé, Edith Scob, Pedro Hesnes. Ver Destaque)
19.30 Bombordo
20.30 Artes e Letras - «Estúdio Um - Memórias do Teatro»
21.30 As Aventuras de Moll Flanders
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Bailado: «O Lago dos Cisnes»
00.30 Vidas do Século - «Hirohito»

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.20 Príncipe de Bel-Air
14.50 Os Imortais
15.50 Amigos e Detectives
(Longa-metragem)
18.00 Desporto
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Salsa e Merengue
23.10 Sob Suspeita
(de Peter Yates, EUA/1987, com Cher, Dennis Quaid, Liam Neeson, John Mahoney, Joe Mantegna, Philip Bosco. Ver Destaque)
01.15 Último Jornal
01.40 Gémeos

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
14.50 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 O Regresso de Leah
(de Alan Smythe, EUA/1994, com Justine Bateman, Peter Outerbridge, Kenneth Welsh. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)
00.15 A Balada de Hill Street

Segunda, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.30 Consultório
15.15 Nico d'Obra
15.55 Coração Selvagem
17.30 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Teletjornal
20.50 Não Há Duas Sem Três
21.25 Gala Internacional de Futebol (do Coliseu dos Recreios)
23.25 A Grande Aposta
00.25 24 Horas
01.15 Mundial de Futebol / França 98
01.45 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 3º Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 As Mulheres São Maravilhosas
(de Sherry Horman, Alem./1994, com Barbara Auer, Ketu Burowa, Anica Dobra, Thomas Heinze. Ver Destaque)
01.45 O Crítico

SIC

09.10 Buérré
10.30 Ponto de Encontro
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Táxi
16.20 Trapalhões
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
00.25 Lar, Louco Lar
01.05 Fora de Jogo
01.20 A Balada de Hill Street



Terça, 3

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
15.25 As Lições do Tonecas
16.05 Coração Selvagem
17.40 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Teletjornal
20.50 Solteiros
21.25 A Grande Aposta
22.20 Herman Enciclopédia
23.30 Millennium
00.30 24 Horas
01.20 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 O Jardim da Celeste
20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece

SIC

21.35 3º Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 Coração Tatuado
(de Ernst Josef Lauscher, Alem., com François Montagut, Nino Prester, Mahlena Bocanová. Ver Destaque)
01.55 Duckman, o Trapalhão

SIC

09.10 Buérré
10.30 Conversas Secretas
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Táxi
16.20 Trapalhões
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Médico de Família
23.00 Desaparecido em Combate
(de Joseph Zito, EUA/1984, com Chuck Norris, M. Emmet Walsh, David Tress. Guerra)
01.00 Último Jornal
01.25 Temos Maneiras de Vos Fazer Pensar
02.45 Vibrações

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 Detective de Saltos Altos
(de Jeff Kanew, EUA/1991, com Kathleen Turner, Charles Durning, Jay O. Sanders. Policial)
00.15 Lar, Louco Lar
00.55 Fora de Jogo
01.10 A Balada de Hill Street

Quarta, 4

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.25 Consultório
15.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.10 Coração Selvagem
17.40 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Teletjornal
20.50 Isto Só Video
21.25 A Grande Aposta
22.20 Em Nome de Deus
23.20 Dossier Pelicano
(de Alan J. Pakula, EUA/1993, com Julia Roberts, Denzel Washington, Sam Shepard, John Heard. Ver Destaque)
01.55 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 Uma Casa na Toscana
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 O Jardim da Celeste

SIC

20.05 Hugo
20.30 Tex Avery
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Unidos pela Guerra
23.25 Falatório
00.20 Querelle, Um Pacto com o Diabo
(de Rainer Werner Fassbinder, RFA/1982, com Brad Davis, Franco Nero, Jeanne Moreau. Ver Destaque)
02.00 Musical: «Stephane Grapelli»

SIC

09.10 Buérré
10.30 Primeiros Anos
11.30 Receitas do Dia
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 O Juiz Decide
14.50 Malucos do Riso
15.50 Táxi
16.20 Trapalhões
17.00 Bueréré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
21.50 Fantasma
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
12.25 Vamos ao Circo
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.25 Caprichos
15.50 O Jogo da Vida
16.40 S.O.S. Urgências
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.25 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
22.55 Aventura no Gelo
(de Zale Dalen, EUA/1990, com Robert Conrad, Matthew Le Blanc, Ocean Hellman. Ver Destaque)
00.45 Lar, Louco Lar
01.15 Lanterna Mágica
02.15 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Um Comunicado da Reuter

(Quinta, 00.20, RTP2)

Neste quarto filme pertencente ao ciclo que a RTP2 está a dedicar ao grande actor Edward G. Robinson, estamos perante a biografia romanceada do fundador daquela que hoje é conhecida por Agência Reuter, ou seja, Paul Julius Reuter. Partindo do facto verídico que foi a iniciativa de Reuter para salvar crianças em risco de serem erradamente medicamentadas - utilizando para tal uma rede de pombos-correios que se substituiu com vantagem às tradicionais diligências - o realizador William Dieterle debruça-se sobre o percurso histórico de Reuter, num filme que prima pela economia de meios e pela eficácia narrativa.

Dias de Tempestade (Sábado, 16.45, SIC)

A parilha Tony Scott (realizador) e Tom Cruise (actor principal) ensaiara anteriormente a este filme, com assinalável êxito de bilheteira, uma outra peça de «cinema-espectáculo», com o filme Top Gun - Asas Indomáveis. Mas em Dias de Tempestade os aviões de combate cedem agora o lugar aos carros de corrida - o que é remédio certo para algumas sequências de encher o olho. A «miúda» passa a ser Nicole Kidman (a qual, sem dúvida, ajuda a compor bastas vezes a imagem) mas é penoso ver Robert Duvall metido nesta aventura, aliás desastrosa, de um filme menor que nem sequer caiu no goto do público. Assim, o destaque apenas se justifica como aviso.

O Ódio

(Sábado, 22.50, RTP2)

Num filme que, independentemente de ter conquistado positivamente a crítica e o público presente no Festival de Cannes de 94, se caracteriza por alguns elementos polémicos que frequentemente vêm à superfície, o realizador francês Mathieu Kassovitz debruça-se sobre o quotidiano degradante e marginal de uma série de jovens que vivem nos arredores mais miseráveis de Paris, em virtude das discriminações de uma sociedade regida pelo lucro e apoiada na exclusão social. Tudo parte de um caso em que um miúdo de 16 anos é internado no hospital, com lesões gravíssimas, depois de ter sido interrogado pela polícia na sequência de uma série de incidentes e confrontos nas ruas - o que acaba por provocar uma revolta generalizada. Sendo certo que a plasticidade da imagem e o brilhantismo da movimentação da câmara impressionam pela sua qualidade e virtuosismo, pode também argumentar-se que factos sociais da dureza daqueles que constituem o objecto cinematográfico talvez não sejam porventura susceptíveis de um tratamento plástico como este, no fundo tão sofisticado. Ao fundo tão sofisticado, ao espectador cabe, em última análise, a sua própria opinião.

O Pai Tirano

(Domingo, 16.10, RTP1)

Este filme realizado por António Lopes Ribeiro - e admiravelmente apoiado no trabalho composicional de uma série de artistas altamente talentosos e dotados para o teatro (e para o cinema) - é uma das comédias mais marcantes do cinema nacional dos anos 40. Tipicamente lisboeta, a intriga é caracterizada pela habitual série de mal-entendidos, equívocos e trocadilhos que, a par da localização no tempo do ambiente popular e pequeno-burguês alfacinha em que é rodada, continua ainda hoje a despertar fortes gargalhadas. Claro que, em primeiro plano, não podem esquecer-se as interpretações de grandes actores e atrizes como Vasco Santana, Ribeirinho, Teresa Gomes ou Laura Alves.

Casa de Lava (Domingo, 18.15, RTP2)

Trata-se do segundo filme do jovem cineasta Pedro Costa, uma co-produção luso-franco-alemã. A história dá-nos a conhecer o trajecto de uma enfermeira portuguesa que acompanha até à Ilha do Fogo (Cabo Verde) um trabalhador cabo-verdiano que ficara ferido num acidente de trabalho e vê-se confrontada com uma trágica realidade para si desconhecida. Nos principais papeis: Inês de Medeiros, Pedro Hestnes e Isaach de Bankolé.

Sob Suspeita (Domingo, 23.10, SIC)

Não pode dizer-se que o argumento do filme seja absolutamente credível ou sequer convincente. Mas o facto é que o seu



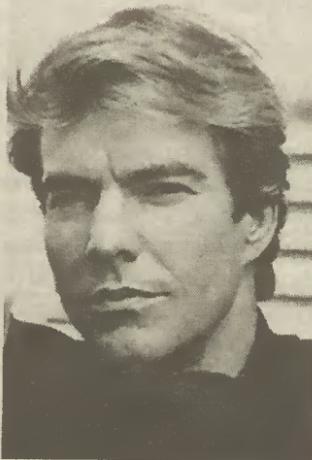
Termina o ciclo dedicado pela RTP 2 a Edward G. Robinson



Um fotograma de «O Pai Tirano», com Vasco Santana



Cher e Dennis Quaid, intérpretes principais de «Sob Suspeita»



realizador, o veterano Peter Yates, sabe manejar competidamente os mecanismos do «thriller» policial a ponto de ser crescentemente interessante de seguir a evolução desta história vivida por uma delegada do Ministério Público a quem é atribuída a tarefa de defender um ex-combatente da Guerra do Vietname acusado de duas histórias paralelas de crime, empresa na qual é, entretanto, ajudada por um dos jurados chegando à descoberta de uma trama que a levará até às mais altas instâncias do poder... Um filme no qual o destaque negativo vai para a menos feliz escolha de Cher para um papel que lhe é desajustado,

Coração Tatuado (Terça, 00.20, RTP2)

O mesmo poderá aplicar-se a este outro filme, também uma comédia, mas cujo argumento se desenrola em Viena, embora protagonizado por um siciliano, golpista, que é incapaz de deixar de fazer das suas. A ponto de convencer um actor especializado em dobragens e uma belíssima mulher a colaborar com ele na planificação e execução de mais um golpe. Diz-se que o filme é hilariante... mas só vendo. A realização é de um tal Ernst Josef Lauscher, tendo nos principais papéis a interpretação de François Montagut, Nino Prester e Mahlena Bocanová.

Querelle, Um Pacto Com o Diabo

(Quarta, 22.40, RTP2)

Último filme de Rainer Werner Fassbinder - grande (e controverso) cineasta alemão - Querelle é uma obra repelente pelo culto assumido da decadência, para além de se revelar uma adaptação falhada do romance de Jean Genet.

Aventura no Gelo

(Quarta, 22.55, TVI)

Considerado pelas referências como um telefilme acima da mediania habitual, Aventura no Gelo dá-nos conta da tragédia de um pai com os seus três filhos envolvidos num naufrágio que os surpreende durante uma viagem de barco pela costa do Alasca. Baseado numa história real, parece que a realização e a interpretação deste drama atingem momentos impressionantes. A confirmar.

Dossier Pelicano

(Quarta, 23.25, RTP1)

Com argumento escrito por um autor já amplamente experimentado no cinema de investigação - John Grisham - Dossier

Pelicano como que se desvia do habitual esquema dos «thrillers» de acção e suspense para se remeter a situações mais recatadas e menos espectaculares, porque envolvendo segredos de altas patentes e funcionários do Estado. De facto, na sua base, está a história de uma estudante de Direito que acaba por ver-se envolvida numa série de crimes em ligação com o Supremo Tribunal de Justiça - a tal ponto que as suspeitas começam a recair sobre personalidades frequentadoras do gabinete oval da Casa Branca... Neste imbróglio, a jovem estudante (Julia Roberts em grande forma) é ajudada por um jornalista que se interessa pelo caso e a apoia incondicionalmente - personagem muito bem composta por Denzel Washington. A realização é do roteirista (no género) Alan J. Pakula.



Denzel Washington e Julia Roberts, em «Dossier Pelicano», de Alan J. Pakula

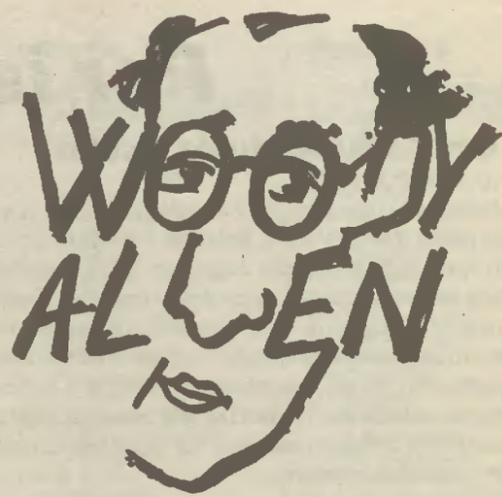
As Mulheres São Maravilhosas

(Segunda, 00.20, RTP2)

Inaugurando, curiosamente com duas comédias, um ciclo dedicado ao cinema alemão, As Mulheres São Maravilhosas é um filme no qual a realizadora Sherry Horman põe em cinema a história (repleta de mal-entendidos) de um produtor de televisão que, independentemente de se aproximar o dia do casamento, continua a alimentar a convicção de que todas as mulheres irremediavelmente se apaixonam por ele. Desconhecido entre nós (embora com a «garantia» de ter sido escolhido para a rubrica «Cinco Noites, Cinco Filmes»), As Mulheres São Maravilhosas pode ser um filme a descobrir.

■ Correia
da Fonseca

O senador sobrevivente



Parece haver cada vez mais filmes dos circuitos comerciais nos canais portugueses de TV. Por isso, cada vez é mais difícil obedecer à antiga regra que mandava a crítica de televisão não falar deles porque avaliar cinema é tarefa, aliás geralmente cumprida há muito, de especialistas dessa área. Contudo, parece certo que uma coisa é um filme no seu valor absoluto, se é que há disso, e outra coisa é a sua inserção num fluxo contínuo de programas, a transmissão para um dado público num concreto momento, as circunstâncias em que ela ocorra.

A avaliação, peça a peça, desligada do contexto, de quanto as estações de TV ininterruptamente nos vão fornecendo ao domicílio é um erro ingénuo e crasso. Os filmes entram, inevitavelmente, nessa globalização, e parece dificilmente sustentável que a crítica de televisão feche os olhos e finja que não os vê, pelo menos em certos casos e ainda que, coitada, de cinema pouco entenda, como será o caso presente. É claro que sempre poderá ir pilhar orientações e sabedorias na crítica de cinema previamente publicadas, de preferência em revistas norte-americanas da especialidade, mas essa peculiar prática, mesmo se exercida por gente excelente e muito bem reputada, não estará ao alcance de todos, porventura por razões de escrúpulos que, diga-se a verdade, hoje mal se compreendem.

Passando destas generalidades um pouco pernósticas para um assunto concreto, direi que na passada semana a TV2 transmitiu, integrado na rubrica «Cinco Noites, Cinco Filmes» (título que, deixem-me escrevê-lo, é uma homenagem decerto involuntária a Manuel Tiago), o filme «O Testa de Ferro» («The Front»), de Martin Ritt, com Woody Allen no principal papel. «The Front» é um filme com mais de vinte anos de idade, e o tempo em que decorre a acção por ele narrada situa-se a mais de quarenta anos de vista. Contudo, ao revê-lo mais uma vez, senti nele o gosto muito amargo de uma actualidade que, creio, não é reconhecida como tal. É o que me leva a trazê-lo hoje para tema desta página quando talvez houvesse uma expectativa generalizada quanto à visita do Papa a Cuba. É claro que a viagem de João Paulo foi importante, embora não saibamos até que ponto,

tal como foi significativo o relativo descaso com que a TV portuguesa em geral, e a RTP em particular, trataram o acontecimento, pelo menos em confronto com o que fizeram a TVE, a RAI e a Euronews, que não se lembraram de abandonar o discurso de Fidel para irem aviar outros fregueses. Mas acerca da incursão do Papa a Cuba já muitíssima gente andou por aí a escrever, e decerto bem melhor do que eu o faria, ao passo que sobre a actualidade de «O Testa de Ferro» raras ou nenhuma terão sido as notas publicadas.

Outro tempo, outros lugares

Como quase todos estarão fartos de saber, «O Testa de Ferro» decorre nos anos 50, nos Estados Unidos do macartismo, quando a caça ao suposto comunista infiltrado passou de obsessão a histeria na prática governativa. Por cá, na altura, apenas tivemos remotas notícias disso, e quando o acesso português à informação livre foi finalmente restaurado já muitos anos haviam passado e outros acontecimentos nos ocupavam a cabeça. Entretanto, apenas os mais interessados na realidade norte-americana e na repressão anticomunista ali praticada tinham ajeitado notícias sobre o assunto. Mesmo hoje, só os praticamente especialistas são capazes de enumerar quantas e quais vedetas do cinema americano, mesmo entre os muitos populares, foram alvo de intimidações, ameaças, interdições; quantas carreiras foram suspensas ou liquidadas; quantos resistiram, quantos capitularam e quantos traíram. E quem fala de actores bem poderia falar, com ainda mais numerosas justificações, de realizadores, técnicos, argumentistas.

«O Testa de Ferro» fala disso, dessa espécie de terror ideológico, de genocídio cultural, que inclusivamente assassinou pelo suicídio os que não foram capazes de suportar a destruição das suas vidas profissionais. Nesse sentido, é um libelo esclarecedor e impressionante. Mas é também uma homenagem a coragens havidas no passado e um estímulo para coragens a haver no futuro. A cena do depoimento de Prince perante a comissão de

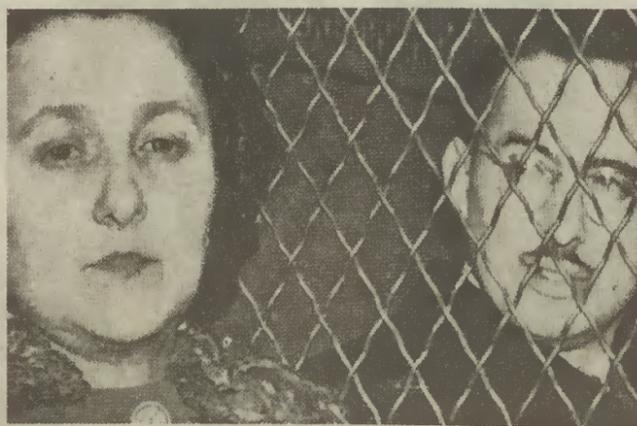
actividades antiamericanas é, no seu tom originalíssimo, um dos momentos mais empolgantes que posso recordar em todo o cinema norte-americano e também um portentoso instante da arte de representar. Se estou enganado, peço desculpa, mas já não há remédio: aquelas sequências fazem parte, irreversivelmente, do museu imaginário que, como cada um de nós, transporto comigo nos arquivos da memória.

Porém, não é apenas por força do meu apeço pessoal que venho falhar aqui de «O Testa de Ferro», mas muito mais para desmentir o equívoco de se supor que situações como as ali narradas são coisas situadas muito longe no tempo e na distância geográfica. O contrário é que é verdade: hoje, um pouco por todo o mundo que entretanto se tornou unipolar, isto é, submetido a um só poder, jornalistas e escritores comunistas ou simplesmente suspeitos de o serem são escorraçados do exercício da profissão, expulsos das sociedades ditas comunicacionais onde teriam lugar por direito próprio, forçados à clandestinidade de pseudónimos como única alternativa para as mordagens. Um pouco por todo o mundo e também aqui em Portugal, onde a sinistra «declaração anticomunista» do tempo do fascismo foi recuperada, embora em versão não escrita, para garantia da pureza democrática das redacções de grandes jornais chamados «de referência», de estações de rádio e de televisão. É certo que, tanto quanto se sabe, os bonzos que comandam essa filtragem ainda não têm as mãos tintas de sangue; mas é claro que sobre as regras de exclusão por eles ditadas se ergue, invisível mas presente, a cruz de pontas dobradas em gama que é sempre, mesmo à revelia dos próprios, o emblema final dos que praticam a caça às bruxas de que o senador McCarthy, afinal inesperadamente sobrevivo nos seus sucessores, foi nos anos 50 espectacular praticante. A insuspeita Françoise Giroud escreveu um dia que «o anticomunismo é o espelho onde o fascismo se mira e se acha belo». É o fascínio perante essa sonhada beleza, afinal de pesadelos, que encontramos no americanismo «puro» dos inquisidores que interrogam Prince e na «pura» democraticidade dos que hoje se aplicam a farejar comunismos para lhes recusarem a cidadania integral.

Quanto ao Portugal de hoje, as coisas são mais suaves, mais discretas; o crime desliza silencioso pisando bons tapetes em salas climatizadas. Sem cenários solenes, sem grandes tiradas verbais. Menos estúpido que o de «The Front», talvez mais cobarde, decerto muito menos institucionalizado. Mas real.



O macartismo não aconteceu sem lutas. E teve muitas vítimas. À esquerda, em cima: manifestação em Washington contra o Comité de Actividades Antiamericanas; em baixo: dirigentes comunistas junto ao tribunal. À direita, em cima: o casal Rosenberg, executado na sequência de um processo político; em baixo: apoiantes dos Dez de Hollywood protestam contra a prisão de artistas do cinema



ATALHE DE FOICE

«Quatrino»...

ou «A Quatro»?!

Um senhor belga foi recentemente incumbido pelo Instituto Monetário Europeu de elaborar uns documentos de propaganda ao «Euro», cuja distribuição pelos Estados membros da União há-de cumprir o objectivo de informar toda a gente sobre a moeda única que dizem vir aí. O artista - que deve ser um bom artista - lá se aplicou na tarefa de inventar material convincente e, num rásgo de criatividade, desenhou moedas metálicas.

Convenhamos que é um achado. Para figurar uma moeda única, nada melhor que desenhar várias.

Mas as moedas do senhor belga, que já circulam em calendários distribuídos em Bruxelas, não se limitaram a ser redondas como é de seu hábito. Dentro delas há conteúdo e, se não possuem valor facial, orgulham-se de ter um rosto.

O rosto da Europa dos cidadãos, a começar pelo senhor belga.

Pelo que no desenho de cada uma delas figura, pujante de contorno, o completo «espaço da União Europeia».

Só que as moedas do senhor belga não se ficam por aí. Dentro delas há ainda espaço para todos os bocados que fazem a União.

Todos?!...

Como diria, por interposto Astérix, um outro belga significativamente mais culto que este das moedas, **TODOS NÃO!**

Um resiste, ainda e sempre, a ser reconhecido pelos seus pares da Comunidade: o **irredutível Portugal.**

Foi assim que o senhor belga - que conseguiu desenhar na moeda as fronteiras do seu pequeno país e que, nela, até descortinou os contornos do minúsculo Luxemburgo - não foi capaz de lobrigar o território português, apesar de ter o dobro do território belga e ser 40 vezes maior que o do Luxemburgo.

E rabisçou, na figuração duma moeda única a haver, uma Península Ibérica que não há.

Uma Península Ibérica sem Portugal e integralmente ocupada pela Espanha.

O que nos leva a concluir que este senhor belga, além de não saber desenhar, nem sequer sabe contar até quinze - número que, caso ninguém lho tivesse dito, totaliza o conjunto dos membros que actualmente integram a União Europeia.

Mas até disseram, e em conferência de Imprensa, onde os jornalistas portugueses lhe interpelaram a sua versão fiduciária da União Europeia. A resposta do senhor belga não podia estar mais à altura da sua própria obra: afirmou-se «muito surpreendido» por a omissão de Portugal causar uma «controvérsia política», invocou a sua «visão de artista» e ensinou, estribado em tão qualificada visão, que «nada daquilo tinha importância» porque, «afinal de contas, estamos todos no mesmo espaço europeu.»

Nos Apólogos Dialogais, dizia D. Francisco Manuel de Melo: «Chega a tão alto, que por ser Quatrino a moeda mais cívica de Roma, disse já um crítico, com atrevida agudeza, que Deus em toda a parte era Trino, mas em Roma Quatrino.»

O dinheiro continua a ser Deus, Roma já lá vai, o novo Quatrino já lá vem e chama-se Euro. Só que, e pelos desenhos juntos, a nova moeda há-de ser, para uns, «Quatrino» e, para outros, «A Quatro».

Quanto ao artista que o Instituto Monetário escolheu - assim tão bom artista - há que exigir não se lhe pagar já o trabalho. Deve esperar-se pela moeda única para mandá-lo, então, vir buscar o dinheiro à Península Ibérica.

E pagar-lhe com as moedas que desenhou.

■ HC

Comissão Europeia reduz produção de azeite

A Comissão Europeia prepara-se para introduzir profundas alterações à actual organização comum do mercado do azeite que, a concretizar-se trará consequências negativas para o nosso país.

O comissário responsável pela agricultura pretende adiar a reforma do azeite até ao ano 2000 mas quer eliminar desde já as ajudas ao consumo e os actuais mecanismos de intervenção.

Através de alterações ao regulamento, Franz Fischer quer dividir a actual quota de produção (quantidade máxima garantida - QMG), estabelecida desde 1987 em um milhão e 350 mil toneladas, por Portugal, Espanha, Itália, Grécia e França. O nosso país passaria a poder produzir apenas 27.800 toneladas, ou seja menos 6.800 toneladas que a produção média nacional dos

últimos nove anos (34.600 toneladas).

A presente proposta prevê igualmente a proibição, a partir do mês de Março, de ajudas a novas plantações de olival e preconiza a atribuição de prémios para o abandono do cultivo, tornando-se claro que o objectivo desta mini-reforma é impedir o aumento da produção de azeite em detrimento dos actuais produtores comunitários.

Estas alterações não têm em conta as opiniões dos olivicultores europeus e suas organizações que tiveram o apoio do Parlamento Europeu ao aprovar por maioria um relatório apresentado pelo deputado da Esquerda Unitária Europeia, Salvador Jové, claramente a favor da manutenção dos apoios e do aumento da produção de azeite comunitários.

PCP realiza jornada contra novos preços

Tem hoje início uma jornada de informação e esclarecimento do PCP sobre o aumento dos telefones e outros serviços públicos, durante a qual os militantes comunistas vão distribuir uma folheta com as principais razões da sua oposição à subida dos preços.

No âmbito da jornada, hoje pelas 12 horas, dirigentes comunistas estão no Rossio para contactar com os lisboetas. A iniciativa, que prossegue até sábado, conta

ainda com um cartaz que será ainda afixado nas principais cidades do país, onde se realizaram várias iniciativas.

O folheto refere em particular os aumentos dos telefones, mas considera que também o preço da electricidade devia ter descido em vez de aumentar, uma vez que os portugueses já pagam a electricidade mais cara da Europa.

Cascais Não à chantagem!

Na sequência da disponibilidade manifestada para assumir pelouros na Câmara Municipal de Cascais, os vereadores da CDU foram contactados pelo PS e pelo Presidente da Câmara.

Após algumas conversas exploratórias, a CDU reiterou a sua disponibilidade para a assunção dos pelouros da Educação, Desporto, Juventude e Serviços Administrativos e Jurídicos que lhe foram propostos, desde que acompanhada de um tempo inteiro e dos adequados meios para o seu exercício.

Ao mesmo tempo, foi afirmado que a CDU não abdicaria da liberdade de intervenção sobre todas as matérias e o seu entendimento de que à assunção de pelouros apenas corresponde inteira dedicação, empenho, competência, saber e entusiasmo.

Assim não o entendem o PS e o Presidente da Câmara que para a atribuição de pelouros impõem como condição prévia a aceitação, aprovação ou «viabilização» dos Planos de Actividades, Orçamento e Contas. Condição que nenhum outro município alguma vez exigiu.

Assim, a CDU e o seu vereador esclarecem que «sempre estiveram e continuam a estar disponíveis para aceitar Pelouros», desde que «sem aquela condicionante», sendo a sua não atribuição «única e exclusivamente da responsabilidade do Presidente da Câmara e do partido político a que pertence - o PS».

Setúbal CDU contesta atribuição de pelouros

A CDU de Setúbal exigiu na passada terça-feira que o presidente da Câmara do concelho reconsidere a atribuição dos pelouros, afirmando que, caso tal não aconteça, os vereadores comunistas na autarquia poderão «não assumir» as suas funções.

Os comunistas acusam Mata Cáceres de «ter feito um acordo de secretária» com os sociais-democratas, tendo atribuído um pelouro a tempo inteiro a um dos dois vereadores do PSD, que nas eleições de 14 de Dezembro foram a terceira força política mais votada no concelho, e funções a tempo parcial aos três vereadores comunistas eleitos para a edilidade, que conseguiram o segundo lugar nas últimas autárquicas.

Para Ruben de Carvalho, cabeça-de-lista da CDU em Setúbal, a atitude de Mata Cáceres configura «um acordo com o PSD e não um acordo qualquer. É antes um acordo que se destina a viciar os resultados das eleições».

Faleceu Maria Luísa Guterres

Faleceu na madrugada de ontem, em Londres, com 51 anos de idade, Maria Luísa Guterres, mulher do Primeiro-Ministro, António Guterres.

Notícias divulgadas à hora do fecho da nossa edição, indicavam que o seu funeral teria um carácter íntimo e privado.

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, enviou um telegrama ao Primeiro-Ministro manifestando-lhe o seu pesar.

Dirigente comunista visita emigrantes na Alemanha

Henrique Sousa, membro do Secretariado e responsável pelas Organizações do PCP na Emigração, deslocou-se à Alemanha entre 23 e 26 de Janeiro, participando na reunião do Organismo de Direcção Nacional do PCP na emigração portuguesa da Alemanha.

Da sua visita fez parte um encontro com o Presidente do DKP, Heinz Stehr, e numerosos contactos e encontros com instituições e organizações ligadas à emigração portuguesa na Alemanha.

Os problemas, as aspirações e a realidade actuais da nossa emigração naquele país foram motivo de debate, nomeadamente com os dois eleitos pela Alemanha do Conselho das Comunidades Portuguesas e diversas personalida-

des ligadas à cultura e à comunicação social.

Na reunião com o Presidente do DKP, Henrique de Sousa aprofundou a cooperação entre os dois partidos, designadamente quanto à participação cívica e política dos emigrantes e o combate às tendências xenófobas e racistas que a política oficial alimenta na sociedade alemã contra os emigrantes.

De destacar são as conclusões da reunião do Organismo de Direcção na Alemanha, designadamente o lançamento de uma campanha de recenseamento dos emigrantes portugueses; a análise à concretização desta campanha e a sua associação às várias iniciativas de celebração do aniversário do Partido e do 25 de

Abril; o desenvolvimento de iniciativa política própria, particularmente no que diz respeito à expansão da língua e da cultura portuguesas e à inserção e sucesso escolar dos jovens.

Também a descentralização e qualificação dos serviços consulares e o fortalecimento do movimento associativo - com linhas oficiais de apoio que respeitem a sua autonomia -, para a valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas e contra as tentativas do Governo de o minorizar e instrumentalizar, foram motivo de debate.

Alvos de crítica foram ainda o facto de a recente visita do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas à Alema-

nia não ter dado resposta concreta aos principais problemas da emigração portuguesa e a situação dos milhares de trabalhadores portugueses da construção civil temporariamente destacados na Alemanha, a quem são negados direitos mínimos, tendo a reunião concluído pela necessidade de promover a aprovação em Portugal de legislação que penalize fortemente a exploração ilegal e criminosa dos trabalhadores destacados.

**OS
TELEFONES
VÃO MESMO
AUMENTAR!**



Governo e Portugal Telecom mentem
Não se deixe enganar

PCP-3

5 603199 000445



02998